

Leandro Salman Torelli

**A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da  
Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**

Campinas

2004

UNIDADE                       
 Nº CHAMADA ITUNICAMP  
T631d  
 V                      EX                       
 TOMBO BCI 65318  
 PROC 16-86-05  
 C                      D                       
 PREÇO 11,00  
 DATA 17-8-05  
 Vº CPD                       
 Bilibid 360949

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

T631d Torelli, Leandro Salman.  
 A defesa do café e a politica cambial : os interesses da elite paulista na primeira republica (1898-1920) / Leandro Salman Torelli. – Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Jose Ricardo Barbosa Gonçalves.  
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Politica cambial – Brasil – 1898-1926. 2. Café – Historia - São Paulo – 1898-1920. 3. Elites (Ciencias Sociais) – São Paulo. 4. Politica economica – Brasil – 1898-1920. I. Gonçalves, Jose Ricardo Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

Leandro Salman Torelli

**A Defesa do Café e a Política Cambial: os Interesses da  
Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves

Campinas

2004

*Dedicado aos meus avós Élio e  
Holga Torelli; Olga e Carlos  
Salman (in memoriam)*

## Agradecimentos

A realização deste trabalho seria absolutamente impossível sem o auxílio de muitas pessoas com as quais tenho, a partir de então, uma dívida de gratidão. Primeiramente, os amigos que fiz no Instituto de Economia, desde professores até a inesquecível turma de 2002 dos Programas de História Econômica e Economia Social e do Trabalho, foram os meus interlocutores nesta tarefa. Gostaria de poder citar o nome de todos, mas evidentemente, isso ocuparia algumas linhas, talvez até páginas. Neste caso, procurarei lembrar aqueles que estiveram mais próximos desta caminhada.

Carlos Henrique, Everton Dab, Ricardo Cardoso, Cássio Calvete, Tiago Falcão, Márcia Miranda, Átila, Lalo Watanabe, Carla Meneghetti, José Aparecido, Renata Belzunces, André Luís, Beatriz, Ana Carla, Fabiana, Luciane Bombach, Carolina, Robson, João Rodrigues, Fábio Calvan, Fernando Pelai, Milena, Renata e Eric. Todos amigos queridos, com os quais muito aprendi e, aos quais, muito agradeço.

Rogério Naques e Rodrigo Teodoro são companheiros de caminhada a muito tempo, sempre atenciosos, são interlocutores que muito respeito e estimo, sou grato pela amizade que me confiam. O mesmo posso dizer de Michael Luiz, com quem realizei esta pesquisa praticamente em conjunto, sempre na busca do auxílio mútuo; além de grande amigo a muitos anos, foi sempre o principal debatedor das idéias que aqui procurei desenvolver. Aos três meus sinceros agradecimentos.

Outros amigos tiveram papel importante, cito alguns: Marcelo Silva, Marcelo Natal, Gustavo Bueno, Reginaldo, Lucas, Luciene, Márcia Trípodí, Marcos, Alexandre, Rodrigo, Michele, Teresa e Rose. Agradeço a todos.

Cito, com muito prazer, os professores que compuseram a banca do Exame de Qualificação. Agradeço ao Professor Hernani Maia, pelas sugestões e críticas, e à Professora Alejandra Madi que, nestes últimos dois meses auxiliou decisivamente para que este trabalho tivesse algum resultado positivo, transformando-se numa autêntica co-orientadora a quem muito devo.

Agradeço, ainda, aos professores Pedro Geraldo Tosi e Aparecida da Glória Aissar, pelo papel que desempenharam na minha vida universitária; decididamente reconheço a

profunda dívida que tenho com ambos pelo resultados positivos que alcancei e que porventura venha a alcançar. Aos professores Waldir Quadros, Plínio Sampaio Júnior e Marcelo Proni agradeço pelo incentivo, humildade e respeito com que sempre se referiram a minha pessoa.

Ao professor orientador deste trabalho, José Ricardo Barbosa Gonçalves, devo especialmente agradecer não somente pela tarefa, muito bem realizada por sinal, de orientação desta dissertação, mas também pela paciência e competência com que a realizou, suas capacidades intelectuais e didáticas são raras e, mesmo assim, procurou sempre auxiliar o pesquisador no sentido da superação das suas próprias limitações evidentes.

Agradeço, ainda, à CAPES/MEC pela bolsa que concedeu para financiamento deste trabalho, assim como ao Instituto de Economia, seus funcionários sempre atenciosos e solícitos, e a Unicamp em geral pela estrutura que, apesar dos pesares, ainda possui para o desenvolvimento do saber e do pensamento.

Devo, ainda, agradecer aos alunos com os quais trabalhei na experiência que tive de participação no Programa de Estágio Docente (PED) do Instituto de Economia, além dos meus alunos do Ensino Médio, que, mesmo sem saber, foram importantes para a realização deste trabalho.

Agradeço a toda a minha família: avós, tios e primos. Com Nivaldo Torelli e Ana Maria, meus pais, a dívida é muito maior do que simplesmente com a realização desta dissertação. O alicerce moral, físico e espiritual que eles dedicaram a mim, a Thatiana e a Juliana, minhas irmãs, e agora ao meu cunhado Carlos Eduardo e meu sobrinho João Lucas, além do meu “irmãozinho” João Pedro, é obra das mais fecundas e, com certeza, maior do que qualquer aprendizado acadêmico.

Lembro, no entanto, que mesmo sendo decisivos para a realização deste trabalho, a nenhum dos citados pode se atribuir qualquer responsabilidade por possíveis erros ou equívocos que porventura possa conter as próximas páginas, devendo aqueles todos serem totalmente creditados ao autor destas linhas.

Leandro Salman Torelli

São Paulo, madrugada de 8 de dezembro de 2004.

*“(...) sempre nos pareceu que a grande e principal qualidade da ‘nova’ história está na abertura de nova temática, com o conseqüente enriquecimento do discurso historiográfico; mas também, em sentido contrário, sua fragilidade básica reside na como que recusa em elaborar um esquema conceitual igualmente novo e adequado à abordagem dos novos temas, preferindo antes acentuar o seu caráter ‘descritivo’, melhor seria dizer narrativo. De tal postura, muito visível, aliás, nos diversos ‘manifestos’ da nova escola, decorrem duas conseqüências: de um lado, belíssimas reconstituições dos hábitos, dos gestos, dos saberes, dos amores, do cotidiano, da sensibilidade, enfim da mentalité, ficam pairando no espaço, como se nada tivessem a ver com as outras esferas da existência, as formas de estruturação da sociedade e do Estado, os modos de organização da vida material etc – temas todos esses da ‘velha’ história; por outra parte, e por isso mesmo, a ‘nova’ história pode se apresentar como alternativa salvadora da perenidade de Clio”*

Fernando Antônio Novais, 1998.

## Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I – A Valorização do Café e a Caixa de Conversão: a Elite Paulista nos Debates Parlamentares.....	07
1-) O Tratamento da Crise do Café no Parlamento: questão nacional?.....	09
2-) O Problema Cambial e os Interesses da Elite Paulista.....	26
3-) Estado, Câmbio e Café na Historiografia da Primeira República.....	41
Capítulo II – As Políticas de Estado e os Interesses da Elite Paulista: o Café em Crise.....	53
1-) Crise do Café e Bancarrota do Estado: o que salvar?.....	56
2-) Ação Estatal na Valorização do Café e na criação da Caixa de Conversão.....	68
3-) O Fim da Caixa de Conversão e a Segunda Valorização: o café e a Guerra.....	84
Capítulo III – A Natureza da Ação Econômica do Estado e os Interesses da Elite Cafeeira Paulista: o Pragmatismo.....	91
1-) 1898-1906: Preservação do Estado e dos Interesses do Café.....	93
2-) 1906-1914: a Adoção do Padrão-Ouro e a Defesa do Café.....	102
3-) 1914-1920: o Ajuste Interno à Conjuntura da Grande Guerra.....	112
Considerações Finais.....	123
Fontes.....	127
Bibliografia Citada.....	129



## Resumo

Durante os primeiros anos da história republicana brasileira, a elite cafeeira paulista, sem dúvida a de maior força econômica do período, teve papel preponderante em todas as esferas de atividade, sejam estas de ordem social, política ou econômica. Partindo dessa premissa, nossa intenção neste trabalho é de discutir o papel da elite cafeeira paulista durante a Primeira República no que diz respeito aos debates políticos e econômicos relacionados a dois aspectos que interessavam decisivamente à elite paulista: a questão cambial e a política de valorização do café. Por meio da pesquisa com os debates parlamentares relacionados ao problema cambial e à defesa do café e aos relatórios do Ministério da Fazenda no período – além dos tratados econômicos no Brasil produzidos naquele momento –, perguntamo-nos em que medida a elite paulista ligada ao café conseguiu ou não impor os seus interesses relacionados a estas questões ao restante dos grupos políticos da Primeira República e como a ação do governo federal no campo econômico refletiu esta influência. Concluímos que, no jogo político com as outras elites regionais, a elite cafeeira paulista conseguiu transformar a questão cafeeira em problema nacional e, em certa medida, impôs uma política cambial que beneficiava a exportação de café sem prejudicar a sua pauta de importação – tão importante quanto a exportação na valorização do capital cafeeiro – com a criação da Caixa de Conversão. No entanto, a forma de inserção no sistema internacional de trocas que garantia um determinado padrão de acumulação para o capital cafeeiro demonstrava os limites da articulação pelo capital mercantil no momento em que este já se encontrava completamente subordinado aos capitais industrial e financeiro na era imperialista.

**Unitermos:** Elite Cafeeira Paulista; Defesa do Café; Política Cambial; Capital Cafeeiro; Política Econômica

## Introdução

*“Tenho sustentado a muitos anos que o Governo não deve intervir neste assunto, e a elevação recente dos preços do café está provando de um modo inludível que muito se pode conseguir nas relações comerciais internacionais sem a intervenção governamental que quase sempre é perturbadora dos mais sagrados interesses em jogo”<sup>1</sup>.*

*“O debate não pode deixar de ser circunscrito ao seu ponto capital, (...) o comércio do café põe em jogo os grandes interesses nacionais e o desamparo por parte da União aos esforços do Estado de São Paulo em impedir a venda desordenada dos cafés depositados no estrangeiro viria a ter um reflexo desfavorável sobre o nosso comércio”<sup>2</sup>.*

Galeão Carvalhal foi deputado federal por São Paulo por vários anos. Sua atuação diz muito sobre a postura da elite política paulista. Baiano de nascimento, ainda criança transferiu-se com a família para Santos, onde, após formar-se em Direito no ano de 1880, foi nomeado promotor público pelo Presidente da Província de São Paulo Laurindo de Brito. A partir de então, sua carreira política consolidou-se com a participação nos movimentos abolicionista e republicano, posteriormente veio a ser vereador e intendente em Santos. Em 1897, foi eleito Deputado Federal, ocupando o cargo até 1899, quando não se reelegeu.

Por ocasião da cisão do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1901, tomou parte a favor de Campos Sales contra Prudente de Moraes, o dissidente, o que permitiu a Galeão Carvalhal voltar a Câmara Federal como chefe da bancada paulista e membro da Comissão de Finanças da casa por conta da sua atuação na legislatura de 1897-1899, quando participou ativamente da reforma financeira oriunda do *funding loan*, com a criação dos fundos de garantia e resgate do papel-moeda.

---

<sup>1</sup> Voto em separado, na Comissão de Finanças, do Deputado paulista Galeão Carvalhal em relação ao projeto apresentado pelo Deputado Cândido Rodrigues, em agosto de 1903, que autorizava o Executivo Federal a promover a valorização do café sob garantias de juros e subvenções a empresas e/ou sindicatos particulares, nacionais e estrangeiros, que a esse intento se dedicassem. Cf. **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Valorização do Café (1895-1906)**. 1º Volume. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 145.

<sup>2</sup> Discurso proferido na Câmara dos Deputados por Galeão Carvalhal em 26 de novembro de 1908, por ocasião do debate em torno do projeto de endosso da União a um empréstimo a ser realizado pelo Estado de São Paulo para consolidar as dívidas contraídas para o plano valorizador do café. Cf. **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Valorização do Café (1908-1915)**. 2º Volume. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 216.

Nesta nova gestão como deputado, Carvalho deu parecer contrário a um projeto de valorização do café, algo que, em 1903, era questão de grande interesse e debate no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo, possivelmente o motivo central do “racha” do PRP em 1901<sup>3</sup>. Sua postura intransigente contra o projeto de Candido Rodrigues demonstra, primeiro, sua lealdade com o programa econômico do Governo Rodrigues Alves, que seguia as diretrizes do governo anterior de Campos Sales, estabelecidos na consolidação das dívidas brasileiras em 1898. E, segundo, que este grupo que liderava o PRP tinha na valorização do café uma questão menor, especialmente quando comparada com os aspectos da saúde financeira do Estado republicano, ou seja, a “obra saneadora” das finanças públicas estava acima dos interesses imediatos de melhores preços para o café, principal produto de exportação nacional.

Já em 1908, Galeão Carvalho destaca-se como um dos principais defensores na Câmara do projeto que concedia endosso federal a um empréstimo a ser contraído pelo estado de São Paulo para consolidar as dívidas referentes ao programa valorizador do café iniciado em 1906. Este projeto foi violentamente atacado por boa parte da imprensa da Capital, já que o Governo Federal já havia cedido, por meio do Banco do Brasil, empréstimo para que São Paulo valorizasse o café. Juntamente com Alcindo Guanabara (DF) e Serzedello Corrêa (MT), Carvalho enfrentou parlamentares da estirpe de Barbosa Lima (DF), Pandiá Calógeras (MG) e Pedro Moacyr (RS), defendendo o endosso contra as acusações de que se tratava de um privilégio para São Paulo em detrimento da nação.

Dessa forma, em 1903, Carvalho se diz contrário à valorização do café; em 1908 a defende. Em 1903, posiciona-se absolutamente avesso à atuação do Estado nos assuntos econômicos; em 1908 exige que o governo federal tome parte num truste para defender o café. Em 1903, afirma o deputado paulista que as livres forças do mercado reequilibrariam os preços do café nos patamares justos; em 1908 o mercado era nocivo aos interesses nacionais. Entender a lógica, os motivos e o porquê desta mudança de posição tão radical de Galeão Carvalho passa pela compreensão da atuação da elite paulista neste jogo de interesses: buscar

---

<sup>3</sup> “A cisão é o choque entre dois grupos de políticos dentro do Partido. Um agrupamento em torno de Campos Sales – chamado grupo da ‘oligarquia’, que apoiava os governos paulista e federal, conivente com a ‘política dos governadores’. Outro, em torno de Prudente de Moraes – ‘os dissidentes’, ‘os empurrados’ que acabaram por lançar o Partido Republicano Paulista Dissidente. Estavam contra a ‘política dos governadores’, propunham uma revisão constitucional no âmbito federal e no estadual, uma República parlamentar como forma de atacar a ação política de Campos Sales, calcada no presidencialismo, além de uma moralização dos costumes políticos”. Cf. **José Ê. Casalecchi**. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 101-102.

o entendimento dos problemas que estes homens se colocavam em função dos interesses que tinham é a forma pela qual podemos encontrar algumas respostas.

É inegável que a gestão econômica do Estado republicano era uma questão que estava colocada para estes homens de governo. Por ela, passava outra questão importante: a nossa inserção internacional, algo que articula, por seu lado, o problema do café, especialmente a partir da segunda metade da década de 1890, quando este entra em crise de preços. A crise do café acaba por deixar evidente outra questão importante, qual seja, a incapacidade do país em construir uma solução para o problema financeiro e monetário.

Para Florestan Fernandes, em seu clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, as transformações econômicas a partir da lógica de produção do café engendram uma nova realidade que reconstrói o cenário brasileiro. Lembra Florestan que a existência de fazendeiros de café divorciados da visão senhorial surge em São Paulo já que os bônus advindos desse tipo de estrutura não chegaram a ser grandes, assim, portanto, suas deformações não se enraizaram. Isso explicaria “o estado de espírito de alguns fazendeiros preocupados com a modernização e a racionalização da produção agrária, segundo um estilo bem diferente do que prevaleceu no Vale do Paraíba, empenhando-se desde os meados do século XIX em sucessivas experiências com a introdução e a utilização do trabalho livre ou com os custos marginais da produtividade das técnicas agrícolas”. Assim sendo, “sem saber (e também sem o desejar de forma consciente), o fazendeiro acabou compartilhando o destino burguês”<sup>4</sup>.

Logo, o surgimento e expansão da economia agro-exportadora baseada no café é um marco decisivo no processo de formação do capitalismo no Brasil e, portanto, dos problemas a que estamos nos referindo. Mais especificamente, caracteriza-se como uma etapa de transição do processo de incorporação das forças produtivas especificamente capitalistas<sup>5</sup>. Podemos dizer, *grosso modo*, que o capital cafeeiro, em seu movimento em busca de valorização, se diversifica, criando atividades econômicas que, muito além da produção de café propriamente dita, acabam se articulando num determinado complexo composto por outros elementos: uma agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas; implantação e desenvolvimento de um sistema ferroviário; expansão de um sistema bancário; atividades criadoras de infra-estrutura;

---

<sup>4</sup> Cf. Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974, p. 120 e 104.

<sup>5</sup> Para uma análise deste processo e entendimento do papel da economia primário-exportadora na transição capitalista no Brasil ver J. M. Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998; Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; M. Conceição Tavares. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998, capítulo III.

uma atividade estatal ligada ao complexo; e, por fim, a grande indústria e mesmo um núcleo embrionário de bens de produção<sup>6</sup>. Todas essas atividades, entretanto, subordinavam-se ao comércio de exportação, ou seja, o elo que guardava relações com o sistema capitalista mundial era o capital mercantil, braço forte do capital cafeeiro<sup>7</sup>.

O complexo cafeeiro em São Paulo surge a partir do último quarto do século XIX e as suas características gerais já estão presentes na primeira década republicana. Este movimento forja uma elite<sup>8</sup> ligada aos negócios do complexo cafeeiro; esta é, com toda a certeza, a elite mais forte economicamente da Primeira República. Logo, sua ação, na defesa dos seus interesses, é um aspecto chave do contexto político, social e econômico de, pelo menos, o primeiro meio século da história da República brasileira.

Nesse sentido, o nosso esforço é de buscar entender, a partir da crise que se manifesta nos preços do café em meados da década de 1890, como a elite paulista se organiza para defender seus interesses na esfera nacional e internacional, especificamente nos debates políticos em torno da valorização dos preços do café e da questão cambial entre 1898 e 1920. A compreensão deste processo é o nosso objetivo.

No primeiro capítulo, a nossa intenção é organizar as idéias defendidas pelos parlamentares paulistas nos debates sobre a defesa do café e, também, aqueles referentes à criação da Caixa de Conversão, acompanhando as mudanças dos posicionamentos e a postura da oposição aos projetos. Além disso, estabelecer o fio condutor da argumentação que faremos

---

<sup>6</sup> Sobre a noção de complexo cafeeiro ver **Wilson Cano**. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998, capítulo I, parte 1.

<sup>7</sup> Nas palavras de Sérgio Silva, “a dominação do capital comercial explica-se pela posição ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial. Dado o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, o Brasil se vê designado, na divisão internacional do trabalho, a posição de país exportador de produtos agrícolas. Esse efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais (sobre as condições próprias da estrutura econômica brasileira, isto é, um capitalismo ainda fraco) manifesta-se por uma dependência em relação ao mercado mundial. Essa dependência vem reforçar o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral”. Cf: **Sérgio Silva**. *Op. cit.*, 1976, p. 62.

<sup>8</sup> Quando nos referimos a elite paulista no período em questão (1898-1920), estamos falando a respeito daquele grupo que, com atividades nas diversas etapas de reprodução do capital cafeeiro, tinha articulação direta com o sistema internacional por meio do negócio de exportação do café. Como demonstra Flávio Saes, a medida que a economia paulista ligada ao café vai se desenvolvendo, formam-se claramente dois grupos distintos: o médio capital, ligado apenas à produção de café propriamente dita – a lavoura; e o grande capital, aquele que espalhou seus tentáculos pelas diversas etapas de realização do capital cafeeiro que é predominantemente mercantil – o grande capital cafeeiro. A elite paulista refere-se a este segundo grupo, já que é esta que dirige o processo de formação do Estado republicano. Cf: **Flávio A. M. de Saes**. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986. Quanto a noção de capital cafeeiro e seu caráter mercantil ver: **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998; e **Sérgio Silva**. *Op. cit.*, 1976. Nossa visão, portanto, é um pouco diferente daquela presente em Love, onde os aspectos políticos predominam em relação ao econômico na definição de elite. Cf: **Joseph Love**. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, cap. 5.

nos dois capítulos seguintes a partir da análise dos autores que, nos últimos anos, colocaram-se estas questões.

O capítulo II discute as políticas do Estado e os interesses da elite cafeeira paulista. Assim, a vontade neste capítulo é em confrontar estes interesses às ações do Estado nas políticas de café e de câmbio para concluirmos em que medida a força de São Paulo determinou estas políticas no período em questão.

O terceiro e último capítulo, é uma tentativa de síntese explicativa em torno das questões tratadas nos dois primeiros capítulos, ou seja, levantamos a hipótese de que a elite cafeeira paulista, para além das questões de doutrina e/ou ideologia<sup>9</sup>, procurou impor através do Estado uma ação na política econômica no sentido de defesa dos seus interesses mais específicos, especialmente nos campos da política cambial e na defesa do café.

Enfim, o intento deste trabalho é de compreender em que medida a elite paulista determinou as ações do Estado nacional em defesa dos seus interesses econômicos e, para isso, compreender a natureza destes interesses. Nesse sentido, nossa tentativa deve se focar numa abordagem que dê conta deste processo, ou seja, elucidar as dimensões específicas no jogo do poder interno que determinem as formas e as ações do aparelho estatal e, por outro lado, as dimensões e articulações que as transformações ao nível do sistema promovem na relação do próprio sistema, com o capital cafeeiro e com o poder estatal na sociedade brasileira de então.

---

<sup>9</sup> Sobre estas questões ver **José Ricardo Barbosa Gonçalves**. *A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (tese de doutoramento)



## Capítulo I – A Valorização do Café e a Caixa de Conversão: a Elite Paulista nos Debates Parlamentares

*“(...) a iniciativa que assumiram os chefes dos três grandes Estados da União esboça uma fase nova entre nós, de ação fecunda e decisiva por parte dos poderes públicos no revigoreamento da principal das nossas fontes de riqueza, a que deve o país cerca de metade dos seus valores exportáveis e a sua quase única moeda internacional”<sup>10</sup>*

*“(...) nem a alta nem a baixa podem constituir um bem em absoluto para o Estado ou para a lavoura. Mas o que é, em absoluto, um mal, é a oscilação permanente de valores, é esse o mecanismo sutil e irrefreável do câmbio entre nós, cujos movimentos desordenados uma respeitável associação chamou expressivamente de dança das taxas”<sup>11</sup>*

Os trechos supracitados, no nosso entendimento, revelam claramente os principais argumentos apresentados durante os debates em torno dos projetos de valorização do café e de criação da Caixa de Conversão. No que tange à defesa do café, o que diziam seus defensores era que o produto responsável pela nossa riqueza em ouro, isto é, que garantia a entrada de moeda forte no país – já que, em média, mais da metade das exportações brasileiras eram compostas por café – não podia ser abandonado no momento de crise que vivia na virada do século XIX para o XX, visto que isso era punir toda a economia nacional e não apenas as regiões produtoras de café, pois o Estado nacional e a sociedade sofreriam as conseqüências da falta de capitais para fazer frente aos compromissos externos e à necessária pauta de importações de produtos indispensáveis ao país como um todo.

---

<sup>10</sup> Trecho do parecer da Comissão de Finanças quanto ao projeto de aprovação do Convênio de Taubaté entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais escrito pelo deputado mineiro David Campista. Cf: **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Valorização do Café (1895-1906)**. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 209.

<sup>11</sup> Trecho do parecer da Comissão de Finanças, também escrito por David Campista, em defesa do projeto de instalação da Caixa de Conversão para a estabilização cambial. Cf: **Documentos Parlamentares. Caixa de Conversão (1906)**. Volume I. Paris: Tipografia Aillaud, Alves Cia., 1914, p. 63.



A questão cambial, por seu lado, suscitou um debate mais acirrado ainda. Os defensores da Caixa de Conversão diziam que este era um instrumento eficaz contra a oscilação cambial, algo absolutamente pernicioso para toda a produção nacional. Além disso, afirmavam que esta nova política não era atentatória àquela feita nos governos Campos Sales e Rodrigues Alves, mas sim um complemento, uma forma mais harmônica de se chegar à conversibilidade cambial.

David Campista, deputado federal e membro destacado da Comissão de Finanças para ser o relator dos projetos em questão na Câmara, foi o maior defensor no Parlamento dos projetos de defesa do café e da Caixa de Conversão. Nascido no Rio de Janeiro em 1863, filho de farmacêutico, em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1883 ao lado de nomes importantes na elite política da República como Júlio de Mesquita, Homero Baptista, Bueno de Paiva e Pedro Lessa. Casou-se em Rio Preto, cidade mineira, com a filha de João Araújo Maia, abastado fazendeiro de café.

Parece que o bom casamento “abriu portas” para o seu talento; a partir de então, sua carreira política foi meteórica: Deputado da Assembléia Constituinte Mineira; Secretário de Agricultura e Obras Públicas durante o governo Afonso Pena em Minas Gerais; superintendente do serviço de imigração no governo Bias Fortes; Secretário de Finanças na administração Silviano Brandão; além de professor na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Tudo isso antes de se tornar deputado federal por este estado. Chegando, posteriormente, a Ministro da Fazenda e quase se tornando presidente da República na sucessão de Afonso Pena.

Esse homem, muito requintado, com modos de um *gentleman*<sup>12</sup>, travou acirrado debate na Câmara dos Deputados para defender os dois projetos dos quais foi relator, especialmente o da Caixa de Conversão. O seu papel foi o de rebater os argumentos contrários

---

<sup>12</sup> Vejamos o que afirma seu biógrafo a este respeito: “David Campista era requintadamente civilizado. Trajava-se com apuro. Com o monóculo irreverente, a sua fisionomia lembra a de Eça de Queiroz. As maneiras eram fidalgas. A cultura variada e moderna. A inteligência, maleável e vivíssima. Um apaixonado da ciência e da arte. Romântico, executava ao piano as sonatas de seus autores prediletos: Beethoven, Mozart e Chopin. O gênio de Bohn era o seu ídolo. A natureza, que lhe fora pródiga, o fez pintor. Estudante, recebera lições de Almeida Júnior. Em Genova, onde fixara moradia, o seu passatempo era copiar algum quadro melhor, que alugava dos Museus, mediante fortes garantias. Em Belo Horizonte, aproveitando as férias parlamentares, decorou uma sala de música da sua residência, com alma de um verdadeiro artista. Os painéis representam as quatro estações e as horas do dia. Um quadro, de concepção sua, a cabeça de Agar, orna a sala de visita da vivenda de Afonso Pena”. Cf. **Antônio Gontijo de Carvalho**. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1968, p. 54-55.

aos projetos; como representante mineiro, uniu-se aos paulistas e ao *Bloco*<sup>13</sup> para defender uma determinada forma de encarar os problemas do café e do câmbio.

Nosso intuito, neste capítulo, é acompanhar este grupo – e, por consequência, os seus adversários – na defesa desses princípios (ou seriam interesses?) nos debates parlamentares e reconstruir a argumentação dos dois lados para, em seguida, podermos discutir as posições da historiografia a respeito do tema e, posteriormente, avançar no sentido das ligações entre as medidas tomadas com a valorização do café e a Caixa de Conversão e os interesses que estavam em jogo.

### 1-) O Tratamento da Crise do Café no Parlamento: questão nacional?

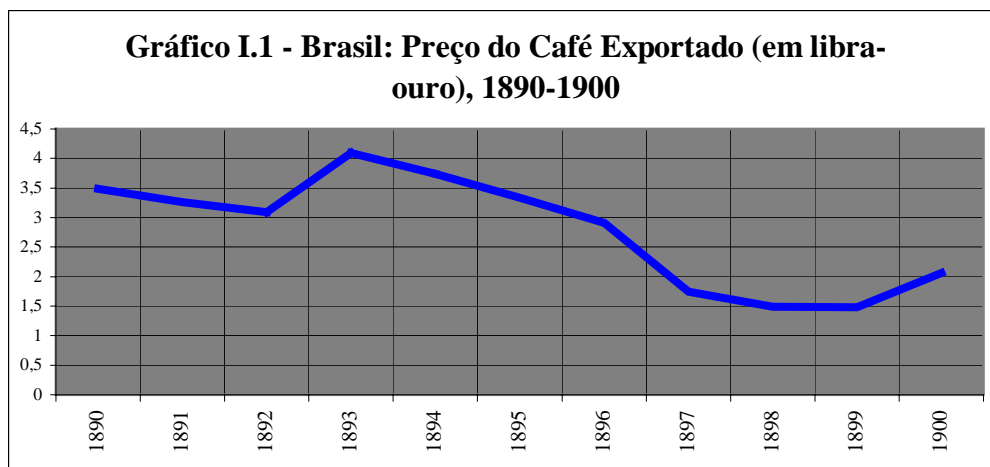
A queda dos preços do café desde meados da década de 1890 (ver Gráfico I.1) reflete no Parlamento rapidamente. Vários discursos, propostas de comissões, requerimento de estudos sobre a produção de café no Brasil e no estrangeiro, entre outras solicitações aparecem nos debates.

Já em 1895, o deputado pelo Rio de Janeiro, Érico Coelho, propunha à Câmara projeto que transformava em monopólio oficial o comércio do café. Em virtude deste, foi instalada uma Comissão para estudar o assunto, sendo Serzedello Corrêa, deputado por Mato Grosso, o presidente desta. No entanto, o projeto foi abandonado.

Em julho de 1897, a casa exportadora Chagas, Duprat & Companhia, enviou requerimento para solicitar subsídio para fazer propaganda do café no exterior. O requerimento foi indeferido pela Comissão de Finanças da Câmara, sendo o relator Pandiá Calógeras.

---

<sup>13</sup> Esta era a designação dada ao grupo majoritário de parlamentares liderado por Pinheiro Machado, senador gaúcho. Este estudou durante algum tempo na Escola Militar, que abandonou para lutar na Guerra do Paraguai. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1878. Ao regressar para seu estado natal, fundou o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), em 1879. Tornou-se, também, General honorário do Exército brasileiro. Eleito senador, participou da primeira Constituinte republicana em 1891. Dominou a política do Rio Grande do Sul e projetou sua liderança pessoal sobre o Senado, formando um bloco majoritário muito mais seu que do governo. Conquistou também a maioria da Câmara dos Deputados, reunindo, desta maneira, um poder que nenhum outro parlamentar conseguiu na história da política brasileira. Morreu apunhalado pelas costas, no Hotel dos Estrangeiros, por Francisco Manso de Paiva, por motivos não suficientemente esclarecidos. Com sua morte desapareceu o Partido Republicano Conservador. Segundo Eduardo Kugelmas, o Bloco surgiu “quando da constituição da ‘política dos governadores’, à qual Pinheiro prestou o mais decidido apoio nos reconhecimentos; essa atitude do senador gaúcho fez com que surgissem laços sólidos entre sua orientação e as oligarquias que se iam formando no Norte e no Nordeste. O papel de líder do Senado surge como decorrência natural dos fatores já apresentados”. Cf: **Eduardo Kugelmas**. “A Primeira República no Período de 1891 a 1909”. In: Paula Beiguelman. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 211. Sobre a vida de Pinheiro Machado ver: **Ciro Silva**. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora da UnB, 1982.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil**, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1378.

Estes são apenas dois exemplos de projetos e requerimentos que, entre 1895 e 1902, surgem na Câmara dos Deputados. São, no total, 13 propostas em torno do problema do café<sup>14</sup>. Entre estes se destacam aqueles enviados por Alfredo Ellis.

Ellis foi deputado por São Paulo até 1903, quando é eleito senador, sendo membro importante do Congresso Nacional durante todo o período da crise do café, posicionando-se sempre em defesa de sua valorização. Filho de imigrante inglês, que chegou à São Paulo em 1830, com uma das filhas de Francisco Mariano da Cunha Bueno, Alfredo Ellis nasceu em 1850. Em meados da década de 1860, o jovem Alfredo foi estudar medicina nos Estados Unidos, onde acompanhou de perto a Guerra da Secessão, algo que, segundo seu biógrafo, marca profundamente a sua personalidade liberal<sup>15</sup>. Retornando a São Paulo em 1869, Ellis casa-se com a filha de seu tio Francisco da Cunha Bueno e decide segui-lo pelo interior do estado para formar a fazenda de café Santa Eudóxia na região de Rio Claro.

Desentendimentos com o tio o obrigam a sair da fazenda que tinha em sociedade com este, formando outra, onde viveu até a Proclamação da República, da qual participou como propagandista. Em 1890, Alfredo Ellis muda-se para a capital do estado e, depois, para o Distrito Federal, começando a sua vida política como deputado constituinte, posteriormente membro da Câmara até atingir, em 1903, o posto de senador da República representando o

<sup>14</sup> Cf: **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Valorização do Café (1895-1906)**. 1º Volume. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 09-93.

<sup>15</sup> O filho e biógrafo afirma que “vários anos passados nesse ambiente psicológico, endurecido pelo amor à sagrada memória de Washington e apaixonado ao rubro pela sombra de Lincoln, foi cunhada em Alfredo Ellis uma tal influência, que nele se manteria indelevelmente até o túmulo”. Cf: **Alfredo Ellis Jr. Um Parlamentar Paulista da República**. São Paulo: João Bentivegna, 1949, p. 45.

estado de São Paulo e tornando-se um dos principais defensores da política de defesa do café<sup>16</sup>.

Em outubro de 1897, Alfredo Ellis apresenta seu primeiro projeto ligado ao café. Este manda proceder a estudos da cultura do café no estrangeiro. Sua idéia era de que, para agir diante da crise, o país deveria ter rigor com as informações e intervir a partir delas.

Dois anos depois, o deputado paulista apresentou outro projeto, que foi arquivado, onde autorizava “o Governo a despender até a quantia de Rs.1.000:000\$, em prêmios de Rs.100:000\$, que serão concedidos – de uma vez ou parceladamente – às associações nacionais que montassem, nas principais cidades européias ou da América do Norte, instalações para torrefação, moagem e venda de café do Brasil”<sup>17</sup>. Esta era a primeira intervenção clara no sentido de acusar os grandes comerciantes estrangeiros do café de serem os culpados pela crise, visto que, nesta visão, eram eles que pressionavam o preço do produto para baixo, com seus mecanismos de venda e estocagem. Nesse sentido, Ellis propunha que o governo incentivasse grupos nacionais a entrar no mercado internacional, estocando, moendo e vendendo o café nas praças norte-americanas e européias.

O ano de 1902 foi o de maior dificuldade para a lavoura, neste momento os preços desceram a seu nível mais baixo desde a Proclamação da República. Esta queda associou-se a uma política econômica recessiva, de elevação cambial, ou seja, a lavoura cafeeira enfrentava, por um lado, uma forte crise nos preços internacionais, cotados em moeda forte, e também uma profunda apreciação cambial, resultado da política econômica de consolidação das dívidas. Todas estas questões serão tratadas em pormenores no próximo capítulo, chamo a atenção para estes fatos para contextualizar o início de um movimento no seio da base da elite cafeeira paulista, que reflete claramente em seus representantes no Parlamento. Este movimento defendia que o Estado deveria intervir diretamente na questão do café, algo que gerou uma disputa dentro do próprio partido representativo dos interesses da elite cafeeira paulista, o PRP.

A chamada Cisão de 1901 e a Rebelião Monarquista de 1902<sup>18</sup> possuem o mesmo estopim, qual seja, a crise dos preços do café, que atingia fortemente os agricultores que não

---

<sup>16</sup> Todas as informações a respeito da vida de Alfredo Ellis foram retiradas de **Idem. *Ibidem.***

<sup>17</sup> Cf: **Documentos Parlamentares. *Op. cit.***, volume I, 1915, p. 40.

<sup>18</sup> Com relação à crise partidária de 1901, Perissinotto lembra que esta já era resultado de insatisfações constantes dos lavradores em relação à política econômica do governo de Campos Sales e seu Ministro da Fazenda Joaquim Murinho,

tinham ligações com outros negócios, especialmente aqueles vinculados ao capital mercantil. Como lembra Casalecchi, é a crise e penúria da lavoura que forneciam o substrato para que esses movimentos tivessem força e fossem capazes de colocar em questão a própria direção tomada pelas lideranças do Partido Republicano Paulista<sup>19</sup>.

Esta cisão colocou de lados opostos republicanos históricos, como Campos Sales e Bernardino de Campos na situação, Prudente de Moraes e Cerqueira Cezar na dissidência. No Parlamento, os deputados paulistas passaram a representar estes interesses da situação ou da dissidência.

Na sessão de 27 de setembro de 1902, o Deputado Alfredo Ellis profere um discurso para apresentar um novo projeto. Afirma que o problema do café é uma questão nacional, e que da sua solução dependem talvez mesmo a unidade e independência nacionais. Segundo Ellis, a crise do café não é somente resultante da superprodução, mas principalmente produto da especulação. Para ele era possível provar isto, pois os preços no varejo continuavam altos, sendo a especulação dos atravessadores o maior responsável pela queda para os produtores e a manutenção dos preços para os consumidores, ficando o excedente com os grandes comerciantes estrangeiros.

Assim sendo, para Ellis há somente duas soluções para a melhoria dos preços do café, ou “desaparece metade da lavoura, determinando a escassez da produção, ou os poderes públicos, cômicos da situação e resolvidos a enfrentar o problema, tratem de estudar os meios de proteger e defender o produto que é monopólio nosso”<sup>20</sup>.

O estado de São Paulo, segundo Ellis, tomou medidas; contratou uma comissão para estudar o caso, esta propôs as seguintes alternativas: limitação das plantações de café,

---

manifestadas, por exemplo, em 1899, com a proposta de criação de um Partido da Lavoura, “uma atitude que visava claramente defender os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro. Portanto, o Partido da Lavoura revela claramente uma cisão entre a lavoura, o Estado (leia-se o PRP – Partido Republicano Paulista) e os interesses urbanos do grande capital”. Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994, p. 50. Dessa forma, a raiz deste movimento de ruptura dentro do partido paulista é justamente o interesse econômico do capital agrário que, nos movimentos de 1901 e 1902, foi capitalizado por lideranças que estavam sem espaço no núcleo duro do PRP. Na visão de Perissinotto, justifica-se esta disputa exatamente porque o PRP, a partir da chamada Política dos Governadores de Campos Sales, deixa de ser um partido de classe e passa a representar os interesses do Estado. Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp; Campinas, SP: Unicamp, 1999, Tomo II, p. 190-191. Acreditamos, porém, que esta interpretação acaba por atribuir ao Estado um poder de fato mais correspondente àquele exercido pela elite paulista na definição que demos na Introdução. Sobre esta discussão, veja a terceira parte deste capítulo. No que diz respeito aos acontecimentos relacionados à Cisão do PRP em 1901 e à Rebelião Monarquista de 1902 ver **José Ê. Casalecchi**. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 100-124. Além de **Edgar Carone**. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971, p. 185-192.

<sup>19</sup> Cf: **José E. Casalecchi**. *Op. cit.*, 1987, p. 116.

<sup>20</sup> Cf: **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 72.

eliminação indireta dos cafés inferiores, que tanto pesam sobre os estoques e tanto desvalorizam o produto, além da redução dos fretes ferroviários. Estas medidas, indiretas, podiam inferir na diminuição dos custos de produção e na redução dos estoques, entretanto nada afetaria a especulação<sup>21</sup>.

Afirma Alfredo Ellis que “o especulador, completamente dono das situação e dispondo de capital, escravizou o lavrador à condição inferior à do colono, e dá-lhe pelo café o que bem quiser, isto é, o suficiente para mantê-lo na lenta agonia em que se acha. E se o não mata de vez, baixando ainda mais o preço do café é porque isso não lhe convém. Cessariam os lucros e perderia a galinha de ovos de ouro”. Conclui ainda o raciocínio afirmando que “o café é o único produto, o único gênero, em cuja venda o produtor não marca o preço”<sup>22</sup>.

Termina dizendo que, na medida em que “a nossa verdadeira moeda é o café, porque com ele fazemos o nosso intercâmbio comercial”<sup>23</sup>, o Estado tem obrigação de defendê-lo. Por isso apresentou um novo projeto nesse sentido. Este autorizava o Poder Executivo a dar garantia de juro de 6 a 8% ao ano para qualquer banco que no prazo de 20 anos emprestasse a lavoura de café ou de cana a quantia de Rs.100.000:000\$.

Em outubro, Alfredo Ellis volta a tribuna da Câmara dos Deputados para apresentar novo projeto, desta vez com o intuito de diminuir os custos do transporte, exigindo a interferência federal nesta questão. Entretanto, o mais interessante de seu discurso neste dia foi a afirmação categórica de que a questão financeira – matéria que ocupou todos os esforços do Governo Campos Sales, naquele momento em crepúsculo – somente poderia ser resolvida com a solução da crise cafeeira. Afirma Ellis que “se os preços do café fossem os mesmos de cinco anos atrás, isto é, de 80 a 100 francos por saca de 50 quilos, exportando só o Estado de São Paulo, como exportou, 11 milhões de sacas de 60 quilos, teríamos recebido, em pagamento, 50

---

<sup>21</sup> Explica o Deputado Alfredo Ellis como agem os especuladores:

“Baixos como estão os preços do café, não fora a gananciosa especulação, estaria o preciso produto ao alcance das classes pobres, que alargariam o seu consumo, porque, com certeza, dariam preferência a ele em vez de ingerirem as repugnantes misturas vendidas como café. Essa é a principal razão de não se alargar e generalizar o consumo. Os preços que atualmente vigoram nos mercados a retalho são os mesmos que vigoravam a 6 ou 7 anos, quando alcançavam 100 francos os 50 quilos. Onde vai esta enorme diferença? Qual o alçapão por onde desaparecem as centenas de milhões?! É o truste que opera! É o truste que recolhe os lucros! Uma chusma de empregados seus percorre o interior do Estado e vai apanhar o pobre lavrador torturado pelas exigências dos colonos. É o momento psicológico para marcar o preço do café, entulhado ou beneficiado. É o momento próprio para realizar um bom negócio! De posse do café comprado no interior, afastam-se do mercado e deixam que cresça o estoque e, com ele, as necessidades dos comissários que tem de fazer face aos saques e aos fretes. Esgotados os recursos são estes, por seu turno, forçados a entregar-lhes a mercadoria pelo preço que estipulam e marcam a seu talante. Chegamos a esta tristíssima situação por falta de capital. O café não tem defesa!” . Cf: **Idem. Ibidem**, p. 81.

<sup>22</sup> Cf: **Idem. Ibidem**, p. 79.

<sup>23</sup> Cf: **Idem. Ibidem**, p. 81.

milhões esterlinos. Pois bem, sabem a quanto montou a exportação total da República no ano passado? Não atingiu a 38 milhões esterlinos”<sup>24</sup>.

Dessa forma, o deputado paulista declara seu descontentamento com a política econômica do Governo Campos Sales, que teria abandonado os interesses do café para salvar o Estado republicano. No entanto, na visão de Alfredo Ellis, a salvação deste Estado passava pela solução da crise do café, visto que era dele que provinham os recursos necessários para a reprodução do aparelho estatal.

A posição de Alfredo Ellis nesse momento é bastante ambígua. Por um lado, afirma que a crise cafeeira é reflexo da especulação do capital mercantil internacional e de que a ação estatal é decisiva para solucionar a crise. Por outro, ainda é incapaz de propor uma lei de intervenção direta do Estado no problema do café. Esta posição talvez esteja associada à postura neutra<sup>25</sup> que Ellis tomou em relação à Cisão do PRP em 1901, visto que, se claramente defendia a ação do governo para valorizar o café, não foi capaz de romper com os compromissos do governo de Campos Sales e suas políticas de saneamento das finanças públicas.

No entanto, em julho de 1903, já no Senado, Alfredo Ellis apresenta um projeto que fala em interferência direta do Estado na defesa dos preços do café. O senador destaca que em volta da lavoura todos lucram: os acionistas das ferrovias, os comissários, os colonos. A exceção é o próprio produtor e, além dele, o Estado. No entanto, a grande riqueza do café não fica nas mãos destes que, de alguma forma, conseguem boa remuneração. A grande diferença entre os preços pagos aos produtores e o alto cobrado dos consumidores vai “para os bolsos dos torradores americanos, que com suas vastas instalações, e com a cumplicidade dos mercados do Havre e de Hamburgo, deprimem o mercado para obter a matéria-prima para os seus grandes estabelecimentos de torração”<sup>26</sup>.

Isso significa que “a principal causa da desvalorização do precioso produto é a nossa fraqueza, a nossa impotência para defendê-lo”. Por isso propõe uma lei, segundo ele, muito simples, mas de grande valia. Diz o projeto em seu artigo 1º: “fica o Governo autorizado a

---

<sup>24</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 89.

<sup>25</sup> No que diz respeito à postura de Ellis na Cisão de 1901, afirma Alfredo Ellis Júnior o seguinte: “O Deputado Alfredo Ellis, não fazendo parte de nenhum grupo dos chefes acima nomeados, entretanto, achou que, não havia motivo para sair do partido. Todas as rusgas e desentendidos deveriam ser resolvidos ‘intramuros’, democraticamente, por simples maioria de votos”. **Alfredo Ellis Jr. Op. cit.**, 1949, p. 160.

<sup>26</sup> Cf. **Documentos Parlamentares. Op. cit.**, volume I, 1915, p. 100.

promover, de acordo com os Estados produtores, com capitais nacionais e estrangeiros, os meios de defender e valorizar o café”<sup>27</sup>. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Finanças, tendo como relator Ramiro Barcelos, senador gaúcho, e aprovado pela Comissão de Agricultura, com parecer do *prócer* paulista Francisco Glicério.

O ano de 1903, que aprofunda ainda mais a crise dos preços já muito baixos em 1902, foi o momento em que surgiram vários projetos no sentido de defender o café. Além deste apresentado por Ellis ao Senado, aparece também outro de Cândido Rodrigues na Câmara dos Deputados e um terceiro na Sociedade Paulista de Agricultura, apresentado por Alexandre Siciliano<sup>28</sup>.

O projeto Cândido Rodrigues autorizava o Executivo Federal a promover a valorização do café sob garantias de juros e subvenções a empresas e/ou sindicatos particulares, nacionais e estrangeiros, que a esse intento se dedicassem. A apreciação da Comissão de Finanças da Câmara, tendo como relator o Deputado Anízio de Abreu deu parecer favorável, lembrando que David Campista estava entre os membros da Comissão, assim como o deputado paulista Galeão Carvalhal, que votou contra, com texto em separado. O parecer de Anízio de Abreu diz que o projeto cogita de auxílios indiretos, portanto de inteiro acordo com os princípios doutrinários da moderna economia política. Lembra, entretanto, que a crise é responsabilidade da superprodução paulista, logo, não é uma questão nacional.

O voto em separado de Galeão Carvalhal trata de questões importantes para o nosso objetivo. Por esta razão, é interessante sumariá-lo e compreender as raízes de seus argumentos. Diz o deputado por São Paulo que a crise do café é resultado de superprodução; não há falta de crédito, nem de recursos monetários, já que a própria expansão produtiva prova isso. Esta expansão e a crise estão, portanto, associadas. Para Carvalhal, foi a política econômica do Encilhamento<sup>29</sup> que permitiu, com a queda do câmbio, preços muito altos para o café e, dessa

---

<sup>27</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 101.

<sup>28</sup> O Projeto Siciliano será discutido no Capítulo II deste trabalho.

<sup>29</sup> A política econômica de Rui Barbosa à frente do ministério da Fazenda durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca entre 1889 e 1891 é a que recebeu a alcunha de Encilhamento. Sua tentativa era de estimular o crescimento econômico por meio de uma política pluriemissionista, que expandisse o crédito e permitisse que a crise da “falta de braços” resultante da abolição da escravatura em 1888 fosse superada. Este crescimento do meio circulante, *grosso modo*, levou a uma forte onda especulativa, que redundou em profunda crise financeira, *débâcle* cambial e desestruturação das finanças públicas, resolvidas somente com o chamado *funding loan* de 1898. Sobre o Encilhamento ver: **Gustavo H. B. Franco**. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983. Além de, **Luís A. Tannuri**. *O Encilhamento*. Campinas, SP: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1989.



forma, uma forte expansão da produção. Assim, a lavoura cafeeira padece deste mal e também dos justos resultados da retomada da curva ascensional do câmbio.

Sendo assim, se a lavoura de café for entregue a própria sorte, “conseguirá naturalmente o equilíbrio entre a produção e o consumo. Se continuarmos a tudo sacrificar em benefício do café, nada nos ficará para explorar àquelas tantas outras riquezas que a justo título nos ufanamos de possuir encerradas em nosso solo”<sup>30</sup>.

Por outro lado, Carvalho ressalta a diferença entre crise do produtor e crise do negócio como um todo. Segundo ele, “é verdade que muitos produtores estão comprometidos e outros arruinados, mas nem por isso a lavoura irá perecer; o negociante que é falido não concorre para a falência do negócio; se o interessado vem a falir, outros com recursos novos exploram o mesmo negócio ou a mesma indústria. O mesmo raciocínio se aplica a todos os ramos da atividade”<sup>31</sup>.

Esta posição de Galeão Carvalho diante da crise do café é representativa daquela que defendia os governos paulistas de Campos Sales e de Rodrigues Alves, claramente colocadas pelos seus ministros da Fazenda, Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões, respectivamente. Murinho, no seu Relatório do Ministério da Fazenda de 1899, dizia que “no Relatório que tive a honra de apresentar-vos o ano passado, analisando as circunstâncias que determinaram a nossa crise econômica e financeira, condensei todas as suas causas nestas três fórmulas: i) discordância entre a produção do café e seu consumo, determinando a redução do preço daquele gênero, e, como consequência, o empobrecimento da lavoura e do país; ii) discordância entre a nossa riqueza anual em ouro, representada pelo valor da exportação e a massa de papel-moeda inconvertível em circulação, produzindo redução do preço do papel, baixa do câmbio, empobrecimento da circulação nacional; iii) discordância entre a receita e a despesa federal, produzindo déficits orçamentários, novas emissões, novos empréstimos, e, como consequência, o descrédito no exterior”. O Ministro, então, propõe o seguinte: “Colocada neste terreno, a solução da questão econômico-financeira, entre nós, só se podia encontrar no restabelecimento da concordância daqueles elementos, reduzindo a produção do

---

<sup>30</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 153.

<sup>31</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 158.

café e aumentando o seu consumo, reduzindo a massa do papel-moeda e aumentando o valor da exportação, reduzindo a despesa pública e aumentando a receita”<sup>32</sup>.

Dessa forma, sendo o problema dos preços do café uma questão vinculada apenas à superprodução, bastaria que as forças do mercado agissem no sentido de destruir os empreendimentos mais frágeis para se restabelecer as condições normais de oferta e demanda, solucionando a crise do café, ou seja, o Estado nada deve fazer a respeito.

Acreditamos, portanto, que a posição de Galeão Carvalho coaduna com a que elite paulista defendeu pelo menos até 1906, quando da realização do Convênio de Taubaté. Isso porque o interesse desta elite, com mecanismos de inserção no mercado internacional, tinha na construção de um Estado representativo de seus interesses algo muito mais importante do que a solução da crise de preços do café. Do ponto de vista dos interesses da elite paulista, a salvaguarda do Estado era uma necessidade maior naquele momento, na medida em que assegurava a sua própria inserção ao sistema internacional, por isso talvez os governos paulistas de Campos Sales e Rodrigues Alves tenham promovido a estruturação do Estado em detrimento da crise de preços pelo qual passava o café, já que, na verdade, o grande capital cafeeiro tinha totais condições de resistir à crise por meio do achatamento dos salários<sup>33</sup> e pelo próprio rendimento das outras atividades do complexo cafeeiro<sup>34</sup>. Enfim, o corte do financiamento externo seria muito pior do que a crise dos preços do café para o grande capital cafeeiro.

Esta idéia será mais bem discutida no terceiro capítulo, por enquanto nos interessa firmar a posição da elite paulista, sendo Galeão Carvalho, nos debates em torno dos primeiros projetos de valorização do café, a voz representante da posição da elite paulista, ao passo que Alfredo Ellis apresenta-se como dissonante desta idéia, porém numa condição sempre ambígua quanto à crise da lavoura e os interesses do Estado e do próprio negócio do café. Essa

---

<sup>32</sup> Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda**. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murinho no ano de 1900”. In: Documentos Parlamentares. *Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1903)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914, p. 447.

<sup>33</sup> Cardoso de Mello esclarece que se a valorização cambial diminuiu os preços internos do café, por outro permitiu a redução dos salários, o que manteve a realização do negócio até a super-safra de 1906: “A valorização da taxa de câmbio tinha sobre a economia cafeeira um duplo efeito: de um lado, reduzia os preços internos do café, mas, de outro, diminuía, os custos dos elementos importados componentes dos salários, contribuindo para rebaixa-los”. Cf. **J. M. Cardoso de Mello**. *O capitalismo tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998, p. 144-45.

<sup>34</sup> Flávio Saes afirma, sobre as ferrovias que, “em plena crise da lavoura (que só se resolve com o Convênio de Taubaté de 1906), a prosperidade ferroviária devia aguçar a oposição da primeira, ao passo que as empresas ferroviárias comemoravam com júbilo seu sucesso”. Cf. **Flávio A. M. de Saes**. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 123.

posição diferenciada dos dois parlamentares pode ser associada à história de vida de cada um, uma vez que Carvalhal não possuía quase nenhuma ligação mais profunda com os produtores de café, ao passo que Ellis se dizia um deles.

Entretanto, a safra prevista para 1906 tornou a crise intolerável e uma reunião entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Jorge Tibiriçá, Francisco Antônio Sales e Nilo Peçanha, respectivamente) em fevereiro daquele ano, na cidade de Taubaté, acabou resultando num acordo em torno de um projeto de intervenção com o intuito de valorizar o café. A proposta era a que segue: “(1) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca; (2) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras para amparar a intervenção no mercado; (3) imposição de um imposto ao plantio de novos pés de café; (4) criação de uma ‘Caixa de Conversão’ destinada a estabilizar o câmbio, impedindo sua valorização; (5) proibição da exportação de cafés inferiores”<sup>35</sup>.

O Congresso Nacional é chamado a se manifestar em maio de 1906, com a mensagem do Presidente Rodrigues Alves e a tramitação do Convênio de Taubaté no Parlamento. No trecho da mensagem em que o Presidente comenta o acordo entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ele afirma que a lei do orçamento já havia aprovado apoio do governo federal a uma política de defesa do café. Logo, “pode-se dizer que as indicações formuladas com o intuito de regular a situação do comércio do café não dependem mais de lei e quando os Estados produtores, além de uma considerável renda, dispõem de avantajado crédito, estão sempre habilitados, sem dependências de qualquer natureza, para prepararem nos mercados a resistência que considerarem eficaz”<sup>36</sup>. A preocupação do governo era que a questão cambial ficasse de fora desta discussão, pois tratava-se de problema da União e não cabia aos estados intromissão neste assunto.

Seguindo a orientação do Governo, os protagonistas do Convênio de Taubaté aprovam um aditamento ao mesmo em julho, retirando dele a proposta da Caixa de Conversão, que ficaria na espera de lei independente do Convênio. Dessa forma, o projeto passou a ser discutido na Câmara dos Deputados sem a criação da Caixa de Conversão, o que, para os opositores, representava que o Legislativo federal nada tinha que aprovar, por se tratar de um

---

<sup>35</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 146-47.

<sup>36</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 205.

Convênio entre estados da federação, dependentes, pela Constituição de 1891, de aprovação do Executivo federal<sup>37</sup>.

O parecer da Comissão de Finanças da Câmara aprovou o Convênio de Taubaté, tendo como relator, como já dissemos, o deputado por Minas Gerais, David Campista. O texto de seu parecer é claro em defender a intervenção do Estado em questões de decisiva importância para a nação, este era, em sua opinião, o caso evidente do café, responsável por mais da metade dos recursos em moeda forte que o país possuía. Além disso, em todos os países desenvolvidos, diz Campista, vinha se tomando esta postura, qual seja, a de defender os seus interesses econômicos diante de crises de seus principais produtos. Assim ocorreu com os EUA no caso do algodão, com a Grécia no caso das uvas passas, com a Rússia na crise do trigo, e com a própria Holanda em relação ao café javanês<sup>38</sup>.

Dessa forma também se expressou o parecer da Comissão de Finanças do Senado Federal, sendo o Senador Álvaro Machado (PB) seu relator. Segundo este, a lei orçamentária votada em 1905 para o exercício de 1906 já havia autorizado o governo a agir em defesa do café. Nesse sentido, a aprovação do Convênio é uma questão de compromisso assumido pelo governo federal já no orçamento de 1906.

O debate, tanto na Câmara quanto no Senado, foi extremamente rápido, sempre apressado pelas bancadas paulista e mineira, interessadas que a aprovação do acordo ocorresse o mais depressa possível. Um dos temas mais discutidos em torno do acordo de Taubaté era da possibilidade ou não do Congresso poder emendá-lo, isto é, seria ao Parlamento possível mudar os termos do acordo?

Para os opositoristas, isto era não só possível como condição básica para sua tramitação no Legislativo federal. Barbosa Lima<sup>39</sup>, deputado pelo Distrito Federal e acirrado opositorista do Convênio, apresentou emendas que nem chegaram a ser colocadas em debate, impedidas pelo Presidente da Câmara, que julgou ser impossível emendar um acordo entre estados. Restava ao Parlamento, dessa forma, aprovar ou não o Convênio.

---

<sup>37</sup> Esta foi a posição dos deputados Cornélio da Fonseca (PE), Barbosa Lima (DF) e Miguel Calmon (BA). Além dos senadores Barata Ribeiro (DF) e Rosa e Silva (PE).

<sup>38</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 208-214.

<sup>39</sup> Trata-se de um “republicano histórico”. Participou do movimento pela Proclamação da República e integrou o Governo Provisório. Foi deputado à Constituinte de 1891, e elegeu-se Presidente de Pernambuco em 1892. Posteriormente, em sucessivas legislaturas, representou os estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Foi também senador pelo Amazonas e pelo Distrito Federal.

O Senador Barata Ribeiro (DF), outro radical opositor do projeto de valorização do café, assim se manifesta a este respeito: “Quero, como brasileiro, e como representante da nação nesta Câmara do Congresso, reservar-me o direito de, aqui ou em qualquer outro lugar, se vivo for, protestar contra o sistema adotado pelo Congresso Nacional Brasileiro de recusar emendas a um projeto de lei que adstringe a União a um contrato de Estados que lhe compromete os créditos em benefício de seus exclusivos interesses e começo por protestar que o interesse do Brasil seja o interesse do café; começo por protestar que o café represente a riqueza exclusiva do país”<sup>40</sup>.

O senador carioca toca na questão mais decisiva de todo o debate em torno da defesa do café, qual seja, a valorização deste produto é ou não uma questão de interesse nacional? Os opositores diziam, evidentemente, que não. O deputado baiano Miguel Calmon afirmava que se tratava de um projeto que atendia aos interesses de uma determinada camada dos cafeicultores paulistas que, ao expandir por demais suas plantações, acabaram criando o fenômeno da superprodução, responsável pela queda dos preços do café. No entanto, estes poucos cafeicultores exigem da nação, com o plano valorizador, um grande sacrifício para que sejam premiados pela postura anti-econômica que tiveram. Já Barbosa Lima, dizia na Câmara que o Convênio de Taubaté era resultado do crescimento vertiginoso da idéia de “Estado-providência” que tomou conta dos principais homens de governo no país.

Interessante notar que estes foram os argumentos utilizados pelos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves que se recusavam a promover um plano valorizador do café, e também por Galeão Carvalhal, ao votar contra o projeto de defesa do café do deputado Cândido Rodrigues em 1903. Isso significa que a elite paulista e seus aliados utilizaram-se dos argumentos liberais de Barbosa Lima e também das idéias de que se tratava de algo regionalista ou, até mesmo, de interesse isolado de alguns produtores defendido claramente por Miguel Calmon nos debates em torno da aprovação do Convênio de Taubaté, para não realizar nenhum plano de defesa do café entre 1898 e 1906, interregno de recuperação das finanças do Estado republicano.

---

<sup>40</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 430.

**Tabela I.1 – Taxa Cambial (pence por mil-réis) e Preços do Café (1895=100), 1895-1906**

Ano	Câmbio	Preço Externo	Preço Interno
1895	9,93	100	100
1896	9,06	87	96
1897	7,71	52	69
1898	7,18	45	62
1899	7,43	44	60
1900	9,50	62	65
1901	11,37	49	43
1902	11,96	46	39
1903	12,00	44	37
1904	12,21	60	48
1905	15,89	59	37
1906	16,18	59	37

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354 e 1.378.

É evidente, no entanto, que as pressões políticas vindas da base do Partido Republicano Paulista, resultante da queda dos preços externos do café e da política de apreciação cambial, conseqüentemente, forçando também a queda dos preços internamente (verificar os números na Tabela I.1), foi se tornando quase que insuportável, obrigando primeiro o estado de São Paulo a tomar uma postura para encontrar uma solução para a crise, posteriormente resultando no Convênio de Taubaté, que passa a ser defendido por estes mesmos homens da elite paulista que, até pouco tempo antes do acordo, diziam ser o plano de valorização do café uma medida anti-econômica, regionalista e, possivelmente, ineficaz.

A alteração da postura é evidentemente notada inclusive pelos opositoristas que, a todo o momento, durante os debates, se referiam aos posicionamentos de Galeão Carvalhal em 1903, dos governos paulistas na presidência da República, Campos Sales e Rodrigues Alves, e mesmo da posição mais radicalmente contrária ao projeto vinda, por exemplo, do prefeito da cidade de São Paulo Antônio Prado, que tinha negócios diversificados, inclusive no ramo da exportação, com a Casa Prado, Chaves e Cia.

No entanto, a nova postura foi claramente assumida pelos deputados e senadores paulistas e seus aliados, agora unidos em torno do projeto de valorização do café. A dissidência do PRP voltou a compor o partido em 1906 com o *Congraçamento*<sup>41</sup>. As

<sup>41</sup> “A homenagem da Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria a Jorge Tibiriçá [então presidente do Estado de São Paulo], em janeiro de 1907, foi também o lacre do congraçamento; nessa ocasião, Alfredo Pujol, ‘dissidente

lideranças políticas paulistas, em conjunto, passaram a defender a intervenção estatal no mercado cafeeiro. E qual passou a ser o discurso?

Ora, o café é um “monopólio nacional”, dizia Eloy Chaves, deputado paulista e sócio de Antônio Prado, e, além disso, “é a garantia das rendas nacionais”, lembra o senador Alfredo Ellis. Mais ainda, é necessária a aprovação do Congresso, pois a recusa desta, destaca David Campista, “seria de efeito moral grandemente desastroso para o êxito da operação”<sup>42</sup>.

Evidentemente, a questão da crise do café passou a ser tratada como um problema nacional pela elite paulista. Começaram a dizer que a intervenção no mercado cafeeiro era não somente possível e saudável pelas leis econômicas, como necessária e decisiva para os interesses nacionais. Afinal, o café era nossa moeda internacional de troca e todos os países “cultos” defendiam os seus principais interesses econômicos no mercado internacional; com ele adquiriríamos o que era necessário para a reprodução da sociedade brasileira; a defesa deste produto era questão de sobrevivência do Estado, pois era com o café que honrávamos os nossos compromissos com os credores internacionais. Definitivamente, somente com a melhora dos negócios do café é que poderíamos garantir o desenvolvimento nacional, comprando o que no Brasil não éramos ainda capazes de produzir, além de poder defender o crédito nacional.

O Convênio foi aprovado com a aliança entre as bancadas paulista, mineira e o Bloco, mas nunca foi levado à frente como foi proposto. A questão do crédito, por seu lado, é que impediu que o plano estabelecido em Taubaté fosse colocado em prática. Com a negativa de financiamento para o projeto do nosso velho credor Rothschild, os estados mais fracos economicamente, Rio de Janeiro e Minas Gerais, abandonaram o plano<sup>43</sup>, ficando São Paulo sozinho no intento de valorizar o café. Entrementes, a elite paulista não desistiu, colhendo

---

histórico’, teceu largos elogios ao governante e pediu que a ‘imensa legião dos lavradores paulistas, os credores de nossa opulência, os impulsores do nosso progresso’ apoiassem a política do Estado. O tom dos discursos nada lembra as manifestações anteriores dos congressos agrícolas. Tem razão o depoimento de Paes de Barros, em 1909, ao identificar a valorização do café como um fator responsável pelo conagraçamento de todas as forças políticas do Estado”. Cf: **José Ê. Casalecchi**. *Op. cit.*, 1986, p. 130.

<sup>42</sup> Cf: **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume I, 1915, p. 277.

<sup>43</sup> “Depois do fracasso do plano de Taubaté, os estados de Minas e do Rio estavam satisfeitos, por várias razões, em deixar São Paulo continuar sozinho no plano de valorização. Os produtores mineiros e fluminenses não eram tão negativamente afetados pela crise do café como os paulistas. O modelo predominante da parceria, no Rio e em Minas, permitiam a minimização dos efeitos de uma queda de preços, além de fazer com que esses fazendeiros não tivessem um envolvimento financeiro tão amplo e diversificado quanto os grandes fazendeiros paulistas. Também pelo fato dos orçamentos governamentais dos estados de Minas e do Rio serem menores do que o de São Paulo o risco financeiro de participar no esquema era proporcionalmente maior. Se São Paulo conseguisse manter, com o plano, preços altos, Minas e Rio seriam beneficiados por este sucesso; caso fracassasse, haveria provavelmente pouco o que os outros estados pudessem fazer para evitar o fracasso”. Cf: **Thomas Holloway**. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 74.

empréstimos de curto prazo para comprar café: obteve, primeiro, um empréstimo de um milhão de libras, que lhe foi concedido pelo Disconto Gesellschaft, de Berlim. Depois tomou três milhões ao City Bank, de Nova York, e à casa Schroeder, de Londres, um dos quais foi destinado a reembolsar o Disconto. Tomou ainda um milhão ao Banco Nacional do Brasil e dois à Sorocabana. Finalmente, em 1907, deu-se o empréstimo federal de três milhões de libras<sup>44</sup>.

Em fins de 1908, em negociação com a J. Henry Schroeder, de Londres, São Paulo conseguiu um empréstimo de quinze milhões de libras para a consolidação das dívidas anteriores de curto prazo<sup>45</sup>. Entretanto, os banqueiros exigiam o endosso federal para o empréstimo. A bancada paulista e seus aliados deveriam novamente enfrentar os opositores do plano de valorização do café no Parlamento para obter a fiança do governo federal. No parecer, o relator Serzedello Corrêa afirmava que o empréstimo, segundo a mensagem do presidente do estado de São Paulo, precisava ser contraído para dar cabo às especulações sobre as quase 7 milhões de sacas que o Estado possuía com operações de empréstimos de curto prazo. O endosso da União se fazia necessário para soma desta magnitude e o presidente da República, em mensagem, afirmava ser justo o pedido.

Dessa forma, propõe a Comissão a aprovação do endosso, num projeto que versa o seguinte: que a União passe a recolher a taxa de 5 francos; que fique claro na lei a sua cobrança até o fim do serviço de empréstimo; que o café estocado seja vendido em comum acordo entre São Paulo e a União.

O relator do projeto na Comissão do Senado foi o senador Urbano Santos (MA). Este afirmou que o processo adotado por São Paulo a partir do fracasso do Convênio foi equivocado. No entanto, “no parecer da Comissão de Finanças, o Senado deve aprovar a proposição da Câmara, autorizando o endosso requerido. O interesse da União acha-se hoje preso ao êxito do plano concebido pelos três Estados e executado pelo de São Paulo”, já que, “na valorização do café existe, é certo, um interesse imediatamente regional, e nem valem artifícios de argumentação para velar esta verdade evidente. Mas não é menos certo que o

---

<sup>44</sup> Dados apresentados pelo deputado fluminense Alcindo Guanabara, em discurso na Câmara no dia 20 de novembro de 1908 sobre o projeto de endosso da União para um empréstimo de 15 milhões de libras a ser realizado pelo estado de São Paulo para a consolidação das dívidas em torno do plano de valorização do café. Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume II, 1915, p. 81-82.

<sup>45</sup> Um detalhamento minucioso das negociações e dos termos do acordo de empréstimo está presente em **Thomas Holloway**. *Op. cit.*, 1978, capítulo IV.



insucesso do plano valorizador neste momento repercutirá profundamente na economia do país em geral, e conseqüentemente nas finanças públicas”. Isso significa que um “insucesso nas circunstâncias atuais acarretaria, sem dúvida, uma crise intensa na distribuição das nossas riquezas, e só com ingentes sacrifícios o país se restabeleceria dessa grave perturbação”<sup>46</sup>.

Os debates em torno do endosso ganham, dessa forma, os mesmos contornos que tinham no momento da aprovação do Convênio de Taubaté. O problema do café é ou não uma questão nacional? O país deve intervir em assuntos econômicos? A nação deveria expor o seu crédito a um negócio arriscado como o da defesa do café?

O tom de Barbosa Lima e Pandiá Calógeras, opositores radicais da intervenção na economia, foi ainda mais agressivo contra a política de defesa do café. Diziam os deputados pelo Distrito Federal e por Minas Gerais, respectivamente, que esta política de interesse de alguns lavradores era contrária à nação. Para Pandiá Calógeras, em primeiro lugar, era um equívoco teórico a política de valorização: “É violenta e ineficaz a intromissão oficial, querendo fixar preço mínimo para um gênero de que não possuímos o monopólio, cujo mercado de consumo não se acha no país, que não é um gênero de primeira necessidade e que têm numerosos e fortíssimos sucedâneos, prontos a ocupar o lugar deixado pela rarefação originada no alto preço exigido para o café brasileiro”. Além do mais, “é imoral exigir do contribuinte novas taxas, novos sacrifícios, para acudir às dificuldades dos fazendeiros, quando, entretanto, na vigência da mesma crise, permanecem idênticos os lucros de todos quantos se acham diretamente ligados à mesma lavoura e dela vivem”<sup>47</sup>.

Barbosa Lima, por sua vez, afirmava que “o Brasil não pode ser esse socialismo unilateral, essa concepção quase coletivista da monocultura, esse capitalismo oficial, como raiz da superprodução, essa perturbadora quimera da valorização por decreto, do Estado negociante, cambista, *book-maker*”, pois “essa concepção da riqueza nacional enquistada na baga rubra dos cafezais, e assediado pelo fantasma do câmbio”, faz com que “o Brasil seja cada vez mais o papel-moeda, as finanças avariadas, o desassossego e a instabilidade”; porém, em sua visão, “o Brasil pode ser atualmente tudo isto; patriótico é trabalhar para que não

---

<sup>46</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, volume II, 1915, p. 270.

<sup>47</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 11-12.

continue a ser cada vez mais isto mesmo”, ou seja, “há que cessar o clorofórmio dos auxílios à determinada lavoura; a obsessão tem que ceder”<sup>48</sup>.

O discurso radical contrário ao endosso federal ao empréstimo paulista aplicado na defesa do café era contrastado por palavras não menos radicais na defesa dos seus interesses. Cincinato Braga, deputado paulista, é um exemplo claro disso. Respondendo a Calógeras, afirma que “todo o mecanismo do plano financeiro, que instituiu o fundo de resgate e o fundo de garantia do nosso papel-moeda, baseia-se substancialmente nos nossos elementos de riqueza agrícola exportável. Conseqüentemente na defesa da produção do café e da borracha não estão interessados exclusivamente os filhos de São Paulo e da Amazônia. Cada brasileiro que tiver no bolso uma cédula de mil-réis, banqueiro no Rio de Janeiro, ou sertanejo em Goiás, tem direto interesse na defesa da produção daquelas mercadorias”<sup>49</sup>. Completa o deputado paulista dizendo que “a perturbação econômica em que São Paulo está se debatendo é mais obra da União e dos filhos do Brasil, do que dos paulistas; porque foi a União que, vilipendiando a moeda, levou a golpes de emissões tresloucadas a desordem ao seio da produção agrícola cafeeira”<sup>50</sup>. Ou seja, o café é que garante a moeda nacional e sua crise é responsabilidade da nação, em razão do Encilhamento. Interessante que o mesmo argumento utilizado por Carvalho para negar apoio à valorização em 1903, foi lançado por Cincinato Braga em 1908 para dizer que a responsabilidade da União estava colocada pelo Encilhamento, e que portanto esta deveria assumir a postura de defender o café, pois têm, além de interesses, culpa pelo que aconteceu com os preços.

Mais uma vez, São Paulo consegue impor a sua vontade ao Parlamento, fazendo aprovar o endosso federal ao empréstimo de quinze milhões de libras esterlinas, realizado em dezembro de 1908. Após este acordo, os preços começam a subir rapidamente e o consórcio formado para gerenciar as operações de compra, estocagem e venda do café da valorização começam a desovar os estoques com grandes lucros. A elite paulista, associada ao capital financeiro internacional, conseguiu fazer a política de defesa do café com relativo êxito, os preços disso discutiremos mais adiante.

Por enquanto, cabe ressaltar a mudança de postura da elite paulista diante da crise do café no interregno de 1898 a 1906. Os dois presidentes da República nesse período, apesar de

---

<sup>48</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 120-121.

<sup>49</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 29.

<sup>50</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 42.

paulistas e produtores de café, realizaram uma política econômica tida como anti-paulista e, por consequência, contrária aos interesses do café. As disputas internas da elite e os interesses da sua base política, como o lavrador que possuía a sua fazenda de café e não contava com mais nenhuma outra forma importante de reprodução do seu capital, levou a rupturas dentro do Partido Republicano Paulista. Destas disputas é que acabou nascendo o Convênio de Taubaté, somente após os preços estarem em queda e uma super-safra ameaçar os níveis de lucratividade inclusive do próprio grande capital cafeeiro.

A consubstanciação de um programa de defesa do café, no entanto, somente foi possível com a entrada dos grandes comerciantes e banqueiros estrangeiros que financiaram e, mesmo, executaram todo o programa de valorização, ou seja, o velho problema apontado pelo senador Alfredo Ellis desde 1899, da subordinação do café brasileiro aos interesses de realização do capital mercantil internacional parece não ter sido resolvido com a defesa do café realmente levada à frente.

## **2-) O Problema Cambial e os Interesses da Elite Paulista**

Naquela mesma mensagem já citada, em maio de 1906, o presidente Rodrigues Alves condenava aqueles que acreditavam que a lavoura somente podia prosperar com câmbio baixo, algo que se sustentava em virtude do "regime do papel-moeda de curso forçado que anima esses desvios da sã doutrina". Afirma ainda o presidente que a política monetária é um problema do governo federal, não cabendo aos estados interferência nestas questões, já que "o sistema político que adotamos, instituiu uma dupla organização, federal e local, com poderes distintos e funções bem discriminadas. Girando em esfera própria, sem uma perfeita harmonia entre ambas, não poderá se fortalecer a unidade nacional. Não deve a União embaraçar a vida dos Estados, nem estes entorpecê-la em seus movimentos"<sup>51</sup>.

O presidente Rodrigues Alves deixava bem claro sua insatisfação com o projeto de criação de uma Caixa de Conversão, naquele momento proposta no Convênio de Taubaté. A aprovação do Convênio, sem este instrumento inspirado na *Caja de Conversion* argentina, atendeu, num primeiro momento, ao desejo manifestado do presidente de que os estados não interferissem nas questões que diziam respeito à União, como a política monetária. Entretanto,

---

<sup>51</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Caixa de Conversão*. Volume I. Paris: Tipografia Aillaud, Alves Cia., 1914, p. 09-10.

no instante em que o projeto de criação da Caixa de Conversão foi apresentado à Câmara, estava claro que os interesses que a ela se vinculavam não iriam deixar de impor a sua vontade.

Com a separação dos projetos da Valorização do Café e da Caixa de Conversão, o deputado por Minas Gerais, David Campista, assumiu o papel de relator da proposta da criação da Caixa de Conversão, que, na sessão de 16 de agosto de 1906, teve apresentada o parecer da Comissão de Finanças da Câmara, com os votos contrários dos deputados Serzedello Correia (MT), Paula Ramos (SC) e Cornélio da Fonseca (RS).

O parecer da maioria da Comissão afirmava que o Brasil, assim como a Argentina, tinha toda a sua economia nacional dependente basicamente da produção agrícola. Dessa forma, pensar na solução dos problemas econômicos de países como estes era sobretudo examinar, propor e resolver os problemas que o meio agrícola padecia. Além disso, em nações jovens como o Brasil, "o meio econômico oferece condições de relatividade às quais nem sempre perfeitamente se ajustam fórmulas pré-estabelecidas que pretendem o caráter de universalidade"<sup>52</sup>.

Nesse sentido, o bom câmbio no Brasil não seria este de que se orgulham as administrações dos oito anos anteriores a 1906, pois ele é resultado de medidas artificiais de atração de ouro que emigram para o país não tanto em função da melhor situação de crédito e mesmo de prosperidade dos nossos negócios, mas por garantias reais que envolvem "humilhações e que andam na razão direta do descrédito do devedor e dos receios do capital"<sup>53</sup>.

A lei proposta por David Campista fixava o câmbio da Caixa em quinze dinheiros por mil-réis, garantindo aos bilhetes emitidos pelo novo aparelho curso legal. O ouro que a Caixa recebesse teria que ser conservado em depósito. Os bilhetes poderiam ser emitidos até que o teto de quinze milhões de esterlinos ou trezentos e vinte mil contos fosse atingido, podendo, então, por lei especial, ser elevada a taxa de emissão<sup>54</sup>. O que a lei criava era uma espécie de *currency board*, que aprisionava o câmbio a uma taxa pré-fixada. A proposta era criar um banco regulador da moeda, funcionando também como um estabilizador cambial, procurando pôr fim nas especulações monetárias, já que o organismo tinha a capacidade de controlar e

---

<sup>52</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 61.

<sup>53</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 63.

<sup>54</sup> Ver o projeto original proposto em **Idem. Ibidem**, p. 71-72.

centralizar todas as reservas em moedas-ouro que o país viesse a possuir por saldos comerciais ou empréstimos estrangeiros<sup>55</sup>.

O movimento oposicionista à proposta começa a se manifestar nos debates já nos votos em separado de Serzedello Correia (MT) e Paula Ramos (SC). Para o primeiro, a fixação do valor do ouro é um absurdo, um equívoco teórico, na medida em que este é uma mercadoria como qualquer outra e, dessa forma, também está submetido à lei de oferta e demanda. Já Paula Ramos considera que, em matéria cambial, o grande problema nacional é o papel inconversível, é o curso forçado, algo que a Caixa não vai solucionar. Por outro lado, a fixação cambial é algo absolutamente impossível, já que a oscilação é o curso natural do câmbio. O fato é que, apenas valorizando o papel existente é que se tornaria possível diminuir as oscilações, o meio de realizar isso era resgatando o papel excessivo e não emitindo mais moeda, seja esta de que natureza for.

Afonso Costa, deputado pernambucano, afirmou, por sua vez, que a Caixa de Conversão foi trazida à baila pelo “famigerado” Convênio de Taubaté. Sua postura em defesa da “sã doutrina” fez com que votasse contra o acordo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, da mesma forma vai votar contra a Caixa de Conversão, instrumento que beneficia apenas alguns produtores de café, em discordância dos interesses nacionais, que são aqueles ligados à conversibilidade da moeda e ao câmbio par, vinte e sete pence por mil-réis.

Em opúsculo publicado em 1910, o deputado Afonso Costa lamentava o fato que os ensinamentos da economia política tinham sido abandonados com a criação da Caixa de Conversão; em seu lugar haviam estabelecido um mecanismo sutil de espoliação das classes sociais não dependentes do café. Esqueceram-se os que impuseram a Caixa que “a estabilidade da taxa cambial depende, pois, de exportações abundantes e continuadas, de uma política econômica e financeira firme e segura, de modo a não perturbar-se, pela intervenção do governo, abuso de operações de crédito, ou desconfiança justificável, o equilíbrio que as forças e agentes econômicos e naturais espontaneamente originam e mantêm”<sup>56</sup>.

Para Barbosa Lima, por sua vez, o padrão monetário seria quebrado com a criação da Caixa, algo que era absolutamente imoral, pois negava todos os contratos em vigor e acabava por prejudicar profundamente o crédito nacional. Assim, o mecanismo da Caixa de Conversão

---

<sup>55</sup> Cf. **Edgar Carone**. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel, 1970, p. 117.

<sup>56</sup> Cf. **Afonso Costa**. *A Caixa de Conversão e a taxa cambial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. XI.

não passava de um instrumento que barra a elevação cambial, algo nocivo para a "revolução monetária" que o Brasil vinha fazendo desde 1898, pois impede a conversibilidade ao par: "Dado o alcance prático das faculdades conferidas pelo curso legal ao bilhete emitido pela caixa, penso que há o abandono do padrão ou quebra sem resgate, imediato, desde que daqui por diante (até que outra lei mande outra coisa) o mil réis papel, que tinha por limite máximo na sua valorização crescente 27 dinheiros esterlinos, passou a não poder transpor o *maximum* de 15"<sup>57</sup>.

Do outro lado da trincheira se enfileiraram os paulistas, os mineiros e o Bloco. O discurso do jovem deputado paulista, Altino Arantes<sup>58</sup>, é interessante porque coloca claramente a circulação metálica como algo que interessa a todas as classes sociais e ao governo, mesmo que para isso seja necessário quebrar o padrão monetário, ou seja, não nega o fato de a Caixa de Conversão representar uma espécie de quebra do padrão de vinte e sete dinheiros por mil-réis. Ao contrário, argumenta que este é, de fato, o interesse nacional.

No entanto, na sua visão, não é o curso forçado o único fator responsável pela instabilidade do câmbio. A especulação, feita por aqueles que procuram lucrar com a jogatina, é um fator decisivo, e absolutamente contrário aos interesses mais profundos das classes produtoras, que trabalha com um câmbio desvalorizado nas despesas e outro valorizado no momento da venda dos produtos. Para Altino, a oscilação cambial também é negativa para os comerciantes que, ou aumentam suas margens de lucros, mas vendem menos, ou arriscam seus créditos e a própria sobrevivência em jogatinas de bolsa. A instabilidade cambial é, também, extremamente negativa para as finanças públicas, pois as oscilações das receitas resultantes das barreiras progressivas ao desenvolvimento acabam resultando em altos custos que a diferença cambial gera para a dívida pública. A Caixa de Conversão é a alternativa criada para trazer estabilidade aos negócios brasileiros. Dessa perspectiva é que se torna imperioso aprovar o projeto, que é "dotado das energias precisas para eliminar-lhe a tríplice causalidade

---

<sup>57</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, Volume I, 1914, p. 172.

<sup>58</sup> Altino Arantes era o deputado paulista mais jovem. Estreante na Câmara, manifestou-se quanto à Caixa de Conversão em nome da bancada de São Paulo. Segundo Gontijo de Carvalho, Arantes recebeu a bancada em sua residência um dia antes de seu discurso, proferido em 22 de agosto. Foi o escolhido para representar o estado por todos os colegas que ficaram entusiasmados com a clara e convincente exposição que fez aos colegas sobre a matéria em questão. Ver: **Antônio Gontijo de Carvalho**. *Op. cit.*, 1968, p. 85-89. Um relato minucioso do andamento da reunião da bancada paulista no dia 21 de agosto encontra-se em **Rodrigo Soares Júnior**. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958, II volumes.

[das oscilações cambiais], isto é, déficit internacional, o papel inconversível, e a especulação sobre câmbios”<sup>59</sup>.

David Campista, discursando no primeiro dia de setembro do ano de 1906, afirmava, por sua vez, que muitos dos detratores do projeto de criação da Caixa de Conversão se encontravam presos a velhos dogmas e não percebiam que as mudanças no nível da sociedade e, especialmente da economia mundial, não mais permitiam seguirmos cegamente os princípios de Adam Smith. Os trustes e cartéis estavam cada vez mais fortes, destruindo os sonhos daqueles que se encontravam tão próximos das antigas doutrinas. Além do mais, tratava-se de um erro querer aplicar a todos os países idéias e teorias que, na maioria das vezes, foram pensadas e construídas a partir de realidades absolutamente distintas daquela a que outros estavam presos, como se os fenômenos econômicos fossem coisas abstratas e totalmente alheios ao meio em que estão ocorrendo<sup>60</sup>.

Outro deputado paulista, Adolfo Gordo, acreditava que “o projeto não se destina, pois, a beneficiar certas zonas e determinados produtos; tem um interesse verdadeiramente nacional, porque beneficiará todo o país”<sup>61</sup>. Gordo lembrou que se tratava de uma questão muito prática: “Que acontecerá si nada fizermos? Aumentando consideravelmente o estoque do nosso café no estrangeiro, em virtude da grande safra atual, e entrando esse produto nos mercados, sem defesa de espécie alguma, o seu preço terá de baixar ao mesmo tempo em que a acumulação de letras nas praças exportadoras determinará a subida do cambio. Portanto, baixa no preço do café no exterior e, ao mesmo tempo e para agravar ainda mais a situação, alta no cambio”, isto é, “será a ruína da nossa lavoura, será a miséria, será o abandono das nossas fazendas; e então o cambio terá de baixar fatalmente pelo esgotamento da principal fonte de nossa riqueza!”<sup>62</sup>. Ou seja, nesta concepção, o interesse nacional era defender os interesses do café.

Assim, os argumentos em favor e contrários a criação da Caixa de Conversão estão claramente colocados. De um lado, defendem o instrumento aqueles que diziam acreditar que

---

<sup>59</sup> Cf. **Documentos Parlamentares**. *Op. cit.*, Volume I, 1914, p. 120.

<sup>60</sup> Observem as palavras de David Campista: “Há supostos especialistas que ainda hoje vivem recolhidos à torre de marfim de uns tantos princípios esteorotipados, que vieram da ‘Econômica’ de Aristóteles à ‘Riqueza das Nações’ de Adam Smith, modernizados com algumas leituras do indefectível Sr. Leroy Beaulieu. Pertencem à escola daqueles de quem, dizia um escritor, ainda na atualidade ensinam e explicam as vantagens da divisão do trabalho com a clássica fábrica de alfinetes de Adam Smith – que terá sido um portento há 130 anos mas que hoje faz sorrir diante das maravilhas da indústria. É um erro pretender-se aplicar a todos os países princípios que não são absolutos e que muitas vezes foram feitos para outros ambientes e isolar o fenômeno econômico como se fosse uma coisa abstrata e superior às contingências do meio”. Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 269.

<sup>61</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 290.

<sup>62</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 303-304.

o maior mal para a economia nacional era a oscilação cambial. Esta era nociva à produção e ao consumo, portanto, aos importadores e exportadores, visto que impedia o cálculo de longo prazo, as expectativas eram desvirtuadas e quem ganhava com isso eram os especuladores, os jogadores de câmbio, que nada produziam para o país. Além disso, os contrários ao projeto estão absolutamente superados pelos fatos, visto que somente um mal informado não percebe que as velhas teorias liberais não mais se aplicam às realidades complexas do mundo financeiro e econômico. É dever do Estado, dessa forma, defender os interesses da produção e das finanças nacionais; a Caixa de Conversão é um meio importante para isto.

De outro, se estabeleceram os defensores da elevação cambial até o padrão legal de 27 dinheiros por mil-réis. Para estes, a moeda é um instrumento neutro, serve apenas como meio de troca. Além do mais, o ouro tem o seu valor cotado como o de qualquer outra mercadoria, isto é, está também submetido à lei de oferta e demanda; querer fixá-lo a uma determinada cotação é efetivamente um equívoco em “ciências de finanças”. Por fim, o único objetivo da medida proposta com a criação da Caixa de Conversão é defender os interesses dos produtores de café, legando o ônus desta política à toda nação, que ficaria privada dos benefícios de uma moeda conversível e ao par.

Existia, ainda, uma segunda visão oposicionista ao projeto. Esta defendia a quebra imediata do padrão como solução do problema monetário, para estes, sendo Alcindo Guanabara (RJ) o deputado que mais defendeu esta posição no Congresso, o mais importante era garantir a conversibilidade, isto é, uma “moeda sã”, que pudesse ser permutada por seu valor em ouro. O padrão legal de 27 pence que era "sagrado" para os liberais ortodoxos, era absolutamente aleatório e estava, na visão dos que defendiam o ponto de vista da quebra do padrão, totalmente fora da realidade nacional daquele momento. Votavam contra o projeto, pois este não quebrava o padrão e não instituía a conversibilidade, apenas conservava o câmbio abaixo de 15 pence para atender aos interesses do café, nenhum passo dava na direção da solução do problema monetário.

O projeto foi aprovado na Câmara (115 votos favoráveis e 25 contrários) e no Senado (por 27 votos a 5). No entanto, algumas modificações importantes foram introduzidas no projeto original redigido por David Campista. Entre as principais se encontra a que foi feita no artigo 3º, que fixou a necessidade de uma lei votada no Congresso Nacional para alteração da



taxa de emissão da Caixa no momento em que esta tivesse o seu teto de quinze milhões de libras atingido<sup>63</sup>.

Na sessão de 5 de outubro, o discurso do deputado fluminense Barros Franco Júnior nos últimos instantes do debate do projeto na Câmara dos Deputados foi talvez o momento mais tenso e o instante em que “as máscaras caíram”.

Afirmou Franco Júnior falar em nome da “classe produtora”; ele não se considerava um entendido no assunto de finanças, mas sabia, segundo ele, o que era necessário para que o produtor no Brasil pudesse prosperar e fazer o crescimento do país. Para o deputado em questão, a quebra do padrão monetário não seria feita em leis, mas era, indubitavelmente, resultado dos acontecimentos, “quem faz o valor da moeda é a riqueza do país; quem faz o valor da moeda é a diferença da soma da troca de valores internacionais. A lei não eleva nem abaixa o cambio”<sup>64</sup>.

Franco Júnior disse ainda não compreender como os opositores do projeto podiam afirmar que os interesses do café não eram os interesses do Brasil, *na medida em que o país dependia do café para praticamente tudo*. Entretanto, a lavoura cafeeira não era a única a ser beneficiada pela política cambial que estava sendo proposta, conforme os números que apresentou, todas as lavouras eram efetivamente salvas pela estabilização do câmbio a uma taxa que impedisse a sua elevação para além daquele patamar que pudesse prejudicar as receitas da produção.

Reproduzo o trecho do discurso em que defende esse ponto de vista:

*BARROS FRANCO JÚNIOR – Não compreendo que possa haver antagonismo entre os interesses da lavoura cafeeira e os interesses do Brasil. A lavoura cafeeira concorre para as rendas nacionais com mais de 50%. Esta industria merece atenção.*

*E quando os ilustres presidentes chegaram a assinar o Convênio foi após estudo demorado e só depois de examinados todos os planos, é que se chegaram à convicção de que era o único meio possível. Usamos nós outros, brasileiros, de um recurso de que toda a gente usa desde que as circunstâncias o permitem.*

*Sr. Presidente, o Brasil, tratando-se do café, concorre com três quartos, em alguns anos com quatro quintos da produção total do mundo; este ano chega a quase cinco sextos.*

---

<sup>63</sup> O projeto original e o aprovado pelo Congresso se encontram em **Idem. Ibidem**, p. 71-72 e 620-21. Assim como o texto final também está transcrito em **Edgar Carone. A Primeira República (texto e contexto)**. São Paulo: Difel, 1969, p. 175-177.

<sup>64</sup> Cf. **Documentos Parlamentares. Op. cit.**, Volume I, 1914, p. 500.

*UM SR. DEPUTADO – E vamos subordinar então tudo ao café!*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – Não é o café. Acabo de perguntar a V. Ex., que combateu o projeto: porque as fazendas de cacau, de criação, de fumo, enfim, toda a propriedade rural do Brasil está completamente desvalorizada?*

*JOSÉ CARLOS – Não ha tal; prova onde o cacau está desvalorizado.*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – As fazendas? Apelo para os dignos representantes da Bahia, afim de que me digam si estão ou não, de cana, de café, de fumo, porque todos esses produtos estão se ressentindo da alta tresloucada do cambio.*

*BARBOSA LIMA – ‘A alta tresloucada do cambio’ era o programa do quadriênio passado, a valorização do meio circulante.<sup>65</sup>*

A tabela abaixo foi produzida a partir dos dados que o deputado Franco Júnior apresentou em seu discurso. Franco Júnior comparou o que faturou a lavoura com o câmbio em 15 pence por mil-réis e o que poderia ter obtido com o câmbio a 12 para o ano de 1905:

**Tabela I.2 – Prejuízo para a Lavoura Brasileira resultante do Aumento do Câmbio segundo o Deputado Barros Franco Júnior, 1905**

Produtos	Câmbio de 15 29/32	Câmbio de 12 3/32	Prejuízo
Café	324.056:440\$000	424.981:720\$000	100.925:280\$000
Cacau	15.759:750\$000	20.630:920\$000	4.871:170\$000
Algodão	17.111:817\$000	22.946:700\$000	5.834:883\$000
Açúcar	6.375:021\$000	8.056:664\$000	1.681:643\$000
Borracha	211.514:275\$000	266.843:500\$000	55.329:225\$000
Carnes	21.205:317\$000	27.521:291\$000	6.015:974\$000
Fumo	12.913:631\$000	16.378:318\$000	3.464:589\$000
Erva Mate	18.737:774\$000	24.759:504\$000	6.021:730\$000
<b>Total</b>	<b>684.831:785\$000</b>	<b>886.114:691\$000</b>	<b>201.282:906\$000</b>

Fonte: **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Caixa de Conversão (1906)**. 1º Volume. Paris: Typographia Aillaud, Alves Cia., 1914, p. 503-504.

Pediu ainda Barros Franco para que os produtores que ocupavam espaço na Câmara de Deputados se manifestem caso alguma melhoria nos custos de produção ocorreu por conta da apreciação cambial dos anos anteriores a 1906. Suas palavras são as seguintes: “Não discuto a razão de ser da coisa; eu, é que estou sentindo. Esta é a verdade: nós lavradores, nós produtores, continuamos a ter a mesma despesa e a receber a paga do nosso trabalho, dos nossos produtos, com 33 a 40% de diferença!”. Conclui dizendo que “eis aí porque todos nós

<sup>65</sup> Cf. **Idem. Ibidem**, p. 502-503.

produtores somos no país dezanove milhões contra um milhão da Capital da Republica”<sup>66</sup>. Os Anais dizem que nesse momento ocorrem apertes violentos de Barbosa Lima e de outros deputados, sendo o Presidente obrigado a “soar os tímpanos” e pedir calma aos deputados.

Reproduzo, abaixo, o trecho final do discurso do deputado Barros Franco Júnior. Os vários apertes e o debate travado evidenciam bem os interesses em jogo e a posição dos defensores e opositores do projeto ficam mais evidentes, sem os termos mais rebuscados dos discursos preparados:

*BARROS FRANCO JÚNIOR – Senhores, em 1888, o Brasil conseguia sua emancipação social; em 1889 conseguiu a sua emancipação política e em 1906, vai conseguir a sua emancipação econômica! Esta é a verdade.*

*Já agora não é possível mais voltar atrás neste terreno. E como brasileiros, devemos dar parabéns a nós mesmos por ver que esse agrupamento, em geral conhecido sob o nome de bloco, existe ao redor dos princípios consubstanciados no Convenio de Taubaté. (Apoiados e não apoiados. Protestos calorosos).*

*É justa, pois, a posição de homens que se ligam na consecução de um mesmo ideal. Para mim, isso é motivo de regozijo.*

*BARBOSA LIMA – Então, a plataforma foi para a gaveta?*

*HOMERO BAPTISTA – V. Ex. dá-me licença? Não ha princípios políticos no Convenio de Taubaté; ha interesses econômicos da lavoura do café. E o bloco a que V. Ex. se refere, é um partido republicano, ou melhor, é a integração do partido republicano.*

*BARBOSA LIMA – O Convenio de Taubaté é uma questão de alguns lavradores. (Apoiados e não apoiados).*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – Mas, senhores, quem falou aqui em política em torno do Convenio de Taubaté?*

*JOSÉ CARLOS – Foi V. Ex.*

*HOMERO BAPTISTA – Sou republicano, mas não leio pelo Convenio de Taubaté.*

*CASSIANO DO NASCIMENTO – E dois. (Ha outros apertes).*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – VV. EEx. estão emprestando às minhas palavras um sentido que elas não têm ou estão querendo ver nelas uma intenção que não tive absolutamente. O que disse, e repito, é que depois de votada a Constituinte, estou vendo agora, e com prazer o vejo, um movimento de opinião nacional, reunindo ao redor de idéias que atingem os mais sagrados interesses do Brasil, homens que enxergam, que entendem e que, pondo de lado preconceitos pessoais, vêem que na execução dessas medidas está o progresso e a felicidade desta terra.*

*Por isso, me felicito.*

---

<sup>66</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 506.

*Eis o que disse. Não falei em política. Ao contrario, é uma cousa perfeitamente à parte.*

*É simplesmente esse fato que tem essa feição econômica, que me alegra a mim como brasileiro, a mim como republicano, porque vejo que a nossa intenção de políticos, de homens públicos está desviada dos corrilhos pessoais, para os grandes interesses nacionais.*

*Eis o que disse.*

*JOSÉ CARLOS – Está dizendo agora.*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – V. Ex. quer que assim seja, que fazer?*

*JOSÉ CARLOS – O que eu não quero é que se encare uma questão destas, de interesse nacional, sob um ponto de vista estreito da Convenção de Taubaté.*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – Mas, sr. Presidente, como disse, agora não convém voltarmos atrás. A opinião brasileira está representada por 19 milhões de brasileiros.*

*BARBOSA LIMA (com força) – Não apoiado. A opinião dos brasileiros não está na raiz do cafeeiro, como não está na senzala. Nem nunca a abolição saiu deste Parlamento. (Ha outros apartes e protestos).*

*Sr. PRESIDENTE – Atenção!*

*Peço aos nobres Deputados que deixem o orador continuar o seu discurso. Desta forma, é impossível a discussão.*

*BARROS FRANCO JÚNIOR – A opinião nacional não está somente na raiz do cafeeiro, como também na do algodoeiro, cacauzeiro, etc., em todas as manifestações do trabalho nacional; e como isto interessa a todos os Estados da República, estou convencido que todos almejam que o projeto se converta em lei para a felicidade de todo o país (Muito bem. O orador é felicitado)<sup>67</sup>.*

O momento reproduzido do debate deixa claro que a questão que estava colocada a todo o instante era se o café representava ou não os interesses nacionais. Os defensores do projeto afirmavam ser um equívoco pensar que a valorização cambial era um bem para toda a nação, com exceção ao café. Ao contrário, os que combatiam o projeto diziam que o país estava sendo subordinado aos interesses do café, notadamente aos interesses da elite paulista, principal produtora de café do país.

Subjacente a esta questão estava colocado o problema cambial, ou seja, para os homens defensores dos interesses da elite paulista e, conseqüentemente, do setor cafeeiro, a questão do câmbio se subordinava à resolução da crise cafeeira. Isso significa dizer, em última análise, que os interesses do café – sempre lembrando que trata-se dos interesses da elite ligada ao setor mercantil e financeiro de reprodução deste capital cafeeiro – determinaram a nova

---

<sup>67</sup> Cf. *Idem. Ibidem*, p. 509-510.

política cambial, em detrimento das outras vontades em debate, inclusive do próprio Estado, personificado no presidente Rodrigues Alves, manifestadamente contrário à criação da Caixa.

A Caixa de Conversão foi regulamentada e entrou em vigor em dezembro de 1906. Neste momento, o novo governo já havia tomado posse. O Conselheiro Afonso Pena<sup>68</sup> assumiu o poder e montou o seu governo em torno de um grupo de jovens políticos oriundos especialmente de Minas Gerais. Este grupo ficou ironicamente conhecido como *Jardim da Infância*, algo como uma oposição ao *Bloco* de Pinheiro Machado. As figuras de maior realce da equipe de Pena eram Carlos Peixoto Filho, David Campista e o baiano Miguel Camon.

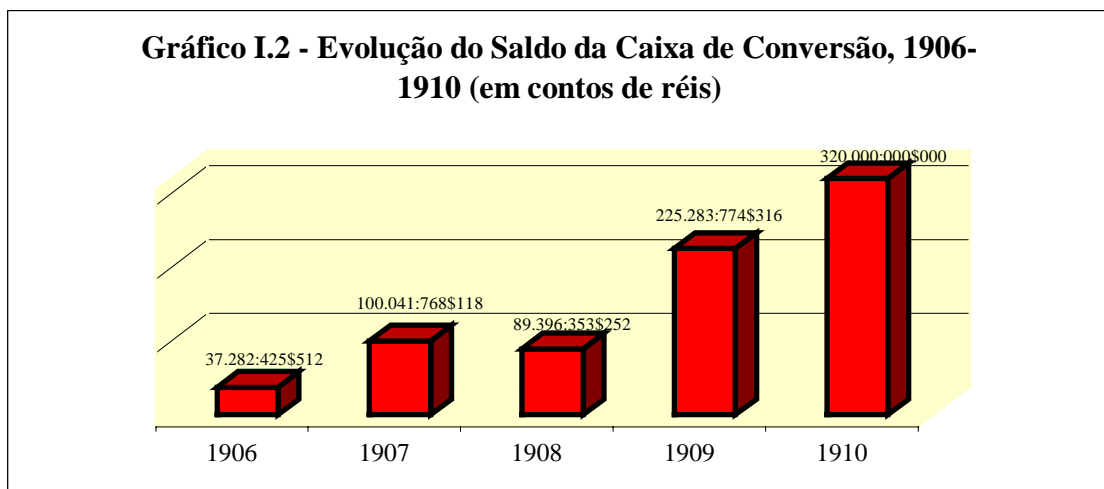
Nos primeiros dois anos, a Caixa de Conversão recebeu pequena quantia de moedas-ouro. Os preços do café continuavam baixos, o que não era compensado pelo crescimento da borracha no mercado internacional. Além disso, o fluxo de capital externo havia diminuído. Este quadro é profundamente alterado em 1909, quando os preços internacionais do café começam a se recuperar e o capital estrangeiro retoma seus investimentos, o que rebate na entrada de divisas nas arcas da Caixa. Essas questões serão mais bem exploradas no próximo capítulo, o essencial é entender que, durante o governo de Afonso Pena, quando David Campista foi o titular da pasta da Fazenda, a preocupação maior era com a baixa cambial, visto que a alta não se manifestou por conta dos fatores que levantamos.

O teto de emissões foi atingido em maio de 1910 (observe o Gráfico I.2). O governo de Afonso Pena já havia acabado em virtude de sua morte, ou seja, David Campista e o *Jardim da Infância* já não estavam mais no poder. Com Nilo Peçanha, retorna ao Ministério da Fazenda Leopoldo de Bulhões<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> A vitória de Afonso Pena na sucessão de Rodrigues Alves é interessante em função de São Paulo ter abandonado uma candidatura paulista – a de Bernardino de Campos – em favor de uma mineira, que parecia representar mais claramente os interesses cafeeiros. Kugelmas chama a atenção para o fato de que “as três forças políticas do país – PRP, PRM e Pinheiro Machado – obtiveram, cada uma, vitórias parciais. (...) A política econômica preconizada por Jorge Tibiriçá [presidente do estado de São Paulo entre 1904 e 1908] e Francisco Glicério seria vitoriosa em toda a linha. Estava, porém, finda a hegemonia paulista que levava sucessivamente três paulistas à presidência da República. (...) Minas Gerais indicou o presidente, mas o nome foi escolhido também para atender às conveniências dos não-mineiros. (...) Pinheiro Machado, embora firmasse extraordinariamente seu prestígio, viu-se obrigado a adotar uma solução que não era das suas preferidas e que já tinha vetado no início dos entendimentos. (...) O grande derrotado foi Rodrigues Alves. (...) Esse encaminhamento evidencia a fraqueza do governo central, quando desligado das principais situações estaduais, no sistema político da Primeira República”. Cf: **Eduardo Kugelmas**. *Op. cit.*, 1973, p. 217-219.

<sup>69</sup> Os pormenores desta etapa, isto é, o Governo Afonso Pena e o Governo Nilo Peçanha, bem como os mecanismos de funcionamento da Caixa de Conversão, são temas que serão tratados no Capítulo II.



Fonte: **Documentos Parlamentares. Caixa de Conversão (1910)**. Volume II. Paris: Tipografia Aillaud, Alves & Cia., 1914, p. 72-73.

Na sessão do dia vinte e quatro de abril de 1910, foi apresentado à Câmara pelo Presidente Nilo Peçanha uma exposição do então ministro da Fazenda, sr. Leopoldo de Bulhões. Neste texto, o último lembra o fato de que a Caixa de Conversão estava prestes a atingir o seu limite legal de emissões de trezentos e vinte mil contos de réis. Dessa forma, como reza a lei que a criou, deve-se estabelecer uma nova taxa de emissão.

O ministro manifesta seu desacordo com o instrumento criado que, no seu entendimento, impediu a elevação cambial ao par<sup>70</sup>. Para Bulhões, as medidas de fixação cambial foram, na verdade, algo artificial, claramente contrárias as normas gerais de ciência financeira<sup>71</sup>. Assim sendo, o ministro propõe algumas alterações na lei de 1906: i) elevar a taxa de emissão de quinze para dezesseis dinheiros por mil-réis; ii) permitir a emissão sem teto; iii) garantir ao Executivo federal poder de elevar o câmbio quando julgar necessário; e iv) restituir os fundos de resgate e garantia às suas funções originais da lei de 1899.

Na sessão do dia trinta de abril, é apresentado à Câmara parecer favorável da Comissão de Finanças, sendo o deputado Barbosa Lima relator. Por outro lado, o paulista Galeão Carvalhal apresenta um substitutivo, onde garante a retomada das antigas disposições sobre os

<sup>70</sup> “A anormalidade, pois, é consequência direta da disposição da lei, que susta a produção de um fenômeno normal; e resta saber até que ponto será prudente manter essa disposição, num país que ainda tem em circulação uns 630 mil contos de papel moeda”. Cf: **Documentos Parlamentares. Caixa de Conversão (1910)**. Volume II. Paris: Tipografia Aillaud, Alves & Cia., 1914, p. 12.

<sup>71</sup> “A estabilização da taxa cambial, decretada pela lei de 1906, foi uma violência exercida sobre a valorização monetária do papel e ninguém pode adivinhar quais as consequências remotas de uma medida legal dessa índole embora no presente nenhuma queixa se formule e, ao contrário, as aparências sejam festivas”. Cf: **Idem. Ibidem**, p. 13.

fundos de resgate e garantia, mas propõe que o teto de emissão da Caixa seja estendido a 40 milhões de libras, sem alteração da taxa de emissão.

A discussão da Caixa de Conversão fica parada por vários meses na Câmara, quando, em dez de novembro, no crepúsculo do governo Nilo Peçanha, uma nova exposição do Ministro Leopoldo de Bulhões é apresentada ao Congresso. Neste novo documento, o ministro passa a defender a adoção de uma taxa de dezoito dinheiros por mil-réis nas emissões da Caixa.

Em sua opinião, as condições econômicas do país já comportavam a elevação a este patamar, já que esta não subiu por conta das pressões baixistas da Caixa de Conversão. Entretanto, a batalha política é grande, visto que os produtores de café resistem à taxa de dezoito. “São eles, os baixistas – que falsificam a situação econômica, fingindo uma insuficiência de exportação, quando há, somente, uma represa ou sequestração especulativa do produto exportável, e que tem de ser exportado; são os mesmos que contra a taxa de dezoito argumentam, invocando a nossa situação econômica, adrede mascarada para comover a sensibilidade do Congresso e dele arrancar um índice inferior da situação econômica verdadeira, honestamente patenteada”<sup>72</sup>.

Lembrava Bulhões que, sendo o Brasil um país onde o desenvolvimento é espantoso e as condições internacionais melhores ainda, nada mais natural que seu dinheiro seja valorizado e, dessa forma, lhe parece que a taxa de dezoito dinheiros é o mais fiel espelho desta prosperidade, por isso solicita a mudança do seu projeto, onde constava uma taxa de dezesseis dinheiros em abril, muda-se para dezoito pence por mil-réis.

Estava novamente montada uma gigantesca batalha no Congresso Nacional em torno da questão cambial. Os paulistas saem em defesa do instrumento criado em 1906. Galeão Carvalho, por exemplo, lembra que o país passou, sob a influência da Caixa, momentos de prosperidade a muito não vistos, mudar de rumo seria temerário. Da mesma forma se manifesta Cincinato Braga, para quem a Caixa de Conversão é a única garantia que possuíamos contra uma possível crise cambial. Alterar a taxa de emissão era um risco incalculável diante de uma crise internacional.

Por outro lado, mesmo os mineiros já aceitavam a mudança da taxa de emissão da Caixa de Conversão. Carlos Peixoto Filho e Josino de Araújo, representantes do estado

---

<sup>72</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 28.

montanhês, se manifestaram em favor da elevação da taxa de emissão para dezesseis dinheiros.

O grupo dos liberais – Barbosa Lima (DF), Pandiá Calógeras (MG), Honório Gurgel (DF), Afonso Costa (PE) – se fortaleceram com o Ministério da Fazenda ocupado por Leopoldo de Bulhões, e conseguiram angariar o apoio do Bloco e dos representantes mineiros para a sua proposta de elevar o câmbio para retomar as emissões da Caixa. O projeto destes foi aprovado em segunda discussão na Câmara no dia dezesseis de dezembro de 1910. Entretanto, em sessão do dia dezessete, inicia-se a terceira discussão do projeto, com um substitutivo da Comissão de Finanças, agora sem o deputado Barbosa Lima. Este novo texto, mantém a nova taxa em 16 dinheiros, mas eleva o teto de emissões para 60 milhões de libras e, além disso, garante que “as notas emitidas à taxa de 15 dinheiros passarão a ter, da data desta lei, valor correspondente à taxa de 16, entrando o Governo para a Caixa de Conversão, no prazo de cinco anos, com a diferença resultante da elevação da taxa”.

O projeto foi passado com urgência, sob os protestos dos deputados Affonso Costa e Paulino de Souza. Em 18 de dezembro foi aprovado com 105 votos a favor e 10 contrários ao substitutivo, imediatamente remetido ao Senado. Nesta casa, o projeto foi rapidamente aprovado, sendo enviado à sanção o seguinte texto:

*Art. 1º. – Fica elevada a 16 dinheiros esterlinos por 1\$ a taxa a que se refere o artigo 1º da lei n. 1.575, de 6 de dezembro de 1906.*

*§ 1º. As notas emitidas à taxa de 15 dinheiros passarão a ter, da data desta lei, valor correspondente à taxa de 16, entrando o Governo para a Caixa de Conversão, no prazo de cinco anos, com a diferença resultante da elevação da taxa.*

*§ 2º. Cessarão as emissões da Caixa de Conversão, quando os bilhetes emitidos atingirem o valor de 900.000:000\$, correspondente ao depósito de 60.000.000 esterlinos.*

*§ 3º. Desde que haja retiradas de ouro, a Caixa poderá receber novos depósitos e sobre eles emitir bilhetes, contanto que não ultrapassem o máximo estipulado no § 2º deste artigo.*

*Art. 2º. – Serão restaurados os fundos de garantia e de resgate do papel-moeda, criados pela lei n. 581, de 20 de junho de 1899.*

*§ 1º. O fundo de garantia não poderá ter outra aplicação que não a da lei n. 581, de 20 de junho de 1899, salvo o disposto no art. 10, n. 11, da lei n. 1.575, de 6 de dezembro de 1906, para manter a taxa cambial fixada no art. 1º desta lei.*



§ 2º. *O fundo de resgate será, sempre que o Governo julgar oportuno, convertido em ouro e depositado na Caixa de Conversão, para, conseqüente resgate, pela incineração, de notas inconversíveis.*

Art. 3º. – *Para ocorrer às despesas resultantes desta lei, o Governo poderá fazer as necessárias operações de crédito e entrar em acordo com o Banco do Brasil, liquidando suas contas com o Tesouro na parte concernente à carteira cambial.*

Art. 4º. – *Revogam-se as disposições em contrário.*<sup>73</sup>

Observe a diferença em relação ao texto proposto por Barbosa Lima:

Art. 1º. *Ficam restaurados, nos termos das disposições legislativas que o instituíram, os fundos de garantia e resgate do papel-moeda, criados pela lei n. 581, de 20 de junho de 1899.*

Art. 2º. *Fica elevado a 16 dinheiros por mil-réis a taxa cambial a que se refere o art. 1º da lei n. 1.575, de 6 de dezembro de 1906, mantido o limite constante do art. 3º e executado o disposto no art. 4º da mesma lei, quanto ao troco dos bilhetes emitidos a 15 dinheiros.*

Art. 3º. *Ficam revogados os arts. 9º e 10º da lei n. 1.575, de 6 de dezembro de 1906, bem como todas as disposições em contrário ao art. 1º da presente lei.*<sup>74</sup>

É evidente que a lei aprovada contradiz totalmente os interesses expressos no texto proposto por Barbosa Lima, apoiado nas palavras de Leopoldo de Bulhões. Enquanto a intenção de Barbosa Lima era liquidar as possibilidades de transferência dos recursos destinados ao “saneamento” da moeda para a Caixa de Conversão, desligando esta dos fundos de garantia e resgate do papel moeda criados por Joaquim Murinho durante o Governo Campos Sales, o texto aprovado, “no apagar das luzes”, mantém a relação entre os regimes de 1899 e de 1906 e, além disso, beneficia os portadores dos bilhetes ao câmbio de quinze dinheiros, pagando-lhes, a partir da lei, dezesseis dinheiros, com recursos do Estado.

Mais uma vez, parece que a elite paulista conseguiu impor seus interesses ao Parlamento, na medida em que garantiu a manutenção das operações da Caixa de Conversão – concedendo apenas no novo valor das emissões – e, mais do que isso, obrigou o Governo a pagar o ônus do aumento do valor da moeda, garantindo ao portador do bilhete a quinze dinheiros remuneração de dezesseis dinheiros.

<sup>73</sup> Cf. **Idem.** *Ibidem*, p. 384-385.

<sup>74</sup> Cf. **Idem.** *Ibidem*, p. 22.

Em última análise, se as ações do ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões desorganizaram a economia já habituada à Caixa de Conversão, a elite paulista conseguiu salvaguardar os seus interesses na manutenção, quase que por completo, da antiga política, mas com um bônus adicional para si – visto que era ela que possuía a maior parte destas cambiais e as trocavam na Caixa, afinal era o café o produto que garantia 50% das receitas exportáveis do país – e um ônus maior ainda para os cofres públicos.

### **3-) Estado, Câmbio e Café na Historiografia da Primeira República**

O debate historiográfico da valorização do café e da criação do instrumento de estabilização cambial consolidado na Caixa de Conversão, subordina-se àquele que focaliza a questão da relação entre Estado e os interesses dos cafeicultores. Os debates em torno das elites na Primeira República, especialmente a questão que envolve o papel hegemônico exercido ou não pelos fazendeiros de café (e, conseqüentemente, a elite paulista) é pauta recorrente na nossa historiografia<sup>75</sup> econômica e política. Este debate ganhou relevo nos últimos anos principalmente a partir de estudos de historiadores e cientistas sociais que, nos anos de 1970 e 1980, apresentaram trabalhos questionando a tese de que a República Velha era, de fato, um período da história brasileira onde os homens da elite ligados à produção do café dominavam absolutamente o cenário econômico e político, sendo este momento, portanto, o da “República do Café”, “República Café com Leite”, “Período dos Barões do Café” etc.

Esta tese da estrita relação entre interesses cafeeiros e Estado na Primeira República teve adeptos das mais variadas tendências e se consolidou até o início da década de 1970. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, em sua profunda análise das instituições sociais e políticas do Império afirma que “conviria reconsiderar, aliás, a tendência freqüente para atribuir à grande lavoura, escravista ou não, uma avassaladora influência sobre as decisões políticas no Brasil imperial. Tal proposição é de cunho anacrônico, e levaria a recuar até os tempos da monarquia uma condição muito mais típica da Primeira República”<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Historiografia, no seu sentido estrito, significa a produção de textos de história realizada por historiadores. Evidentemente, não é o caso desta análise que faremos nas próximas linhas. A literatura em debate foi produzida por pesquisadores e intelectuais das mais diversas áreas das ciências humanas. Entretanto, esta produção é especializada, e diz respeito a um determinado período histórico, qual seja, a Primeira República. Dessa forma, o que estamos chamando de historiografia possui um sentido mais amplo do que aquela noção estrita, isto é, significa toda a produção, ou parte dela, destinada ao estudo de um tema histórico: no nosso caso, a relação Estado, sociedade e interesses da elite cafeeira na Primeira República.

<sup>76</sup> Cf. **Sérgio B. de Holanda**. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume V: Do Império à República. São Paulo: Difel, 1972, p. 283.

Mesmo um autor de cunho claramente liberal como Raymundo Faoro, cuja tese central é de que as instituições políticas brasileiras, ao longo de sua história, sempre foram subordinadas à existência gigantesca e sufocante de um Estado forte e patrimonial que era dirigido por um estamento burocrático, afirma que na Primeira República a política se dissocia do patrimonialismo estatal, apesar de que, mais a frente, se arrepende e diz que se tratava de algo dissimulador, pois as estruturas burocrático-patrimoniais ainda estavam presentes por debaixo das “nuvens” de poder da oligarquia cafeeira<sup>77</sup>.

Outros autores, com diferentes ênfases e objetivos, chegam a estas conclusões. Entre eles, podemos citar Caio Prado Júnior e Celso Furtado que, mesmo partindo de perspectivas teóricas distintas acreditam na subordinação de todas as classes (aqui nos termos de Caio Prado) na Primeira República aos interesses dos barões do café. No entanto, estes não teriam força para se impor aos mecanismos de longa duração que colocavam o Brasil na periferia e como economia reflexa do núcleo duro do sistema capitalista internacional. A prova disto seria os mecanismos de valorização do café que, internamente, subordinavam toda a sociedade para atender aos interesses da elite cafeeira, mas que, do ponto de vista externo, garantiu aos agentes financeiros internacionais a maior fatia dos lucros da operação<sup>78</sup>. Furtado, por sua vez, acredita que a lógica da política econômica da Primeira República era inteiramente voltada para os interesses do café. Além das políticas de valorização, outro meio de defesa destes interesses era, na visão de Furtado, a política cambial, que socializava as perdas da economia cafeeira por meio de uma deliberada depreciação do mil-réis, encarecendo os produtos importados consumidos pelos trabalhadores e pela classe média urbana<sup>79</sup>.

Outro autor que defende esta estrita associação entre fazendeiros de café e poder estatal durante a Primeira República é Edgar Carone. Em seus trabalhos sobre o período em questão, o aspecto essencial e a chave explicativa para os rumos econômicos e políticos do país pré-

---

<sup>77</sup> Cf. **Raymundo Faoro**. *Os donos do poder*. Volume II. Porto Alegre: Globo, 1975, p. 524-525 e 725.

<sup>78</sup> Sobre a defesa de 1906, afirma Caio Prado Júnior: “Enquanto os agentes financeiros da valorização usufruíram assim largamente a operação, os produtores, embora obtivessem durante alguns anos melhores e mais estáveis preços, arcarão depois grandes dívidas contraídas para executá-la. Para isto se estabelecerá um novo imposto de 5 francos-ouro sobre cada saca de café exportada. Com este imposto pagar-se-ão os juros e amortizações da dívida (...). Os momentâneos proveitos da valorização custariam muito caro aos produtores e à economia brasileira em geral”. Cf. **Caio Prado Júnior**. *História econômica do Brasil*. 43ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 233.

<sup>79</sup> Cf. **Celso Furtado**. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª Edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ Publifolha, 2000, cap. XXVII ao XXXI.

1930 estão na absoluta e incontestável hegemonia da burguesia cafeeira e sua subordinação ao imperialismo<sup>80</sup>.

Evidentemente, para estes autores (alguns, como vimos, com referência explícita a isto) a valorização do café e a Caixa de Conversão foram instrumentos criados para defender os interesses do café, isto é, a elite cafeeira subordinou o país aos seus ditames e determinou a necessidade da salvaguarda deste interesses em nome da nação. No entanto, é importante compreender que estes trabalhos surgem num contexto muito específico da história brasileira, onde contrapor a elite aos interesses nacionais, para uns, e a burguesia ao proletariado, para outros, era decisivo para os caminhos que o país tomaria naquele interregno entre as décadas de 1930 e 1960<sup>81</sup>.

A partir de meados da década de 1970, começam a surgir trabalhos que passam a questionar esta estrita relação entre os fazendeiros de café e o Estado na Primeira República. Sob um prisma absolutamente distinto de todos os autores analisados acima, mas reconhecendo o papel importante destas análises, surgem trabalhos que procuram interpretar a dinâmica econômica brasileira da perspectiva de uma história da transição capitalista específica. Neste sentido, a economia cafeeira passa ser entendida como uma etapa no sentido da formação deste capitalismo<sup>82</sup>, sendo que o capital mercantil era o elo de ligação deste

---

<sup>80</sup> Cf: **Edgar Carone**. *Op. cit.*, 1970; **Idem**. *Op. cit.*, 1971; **Idem**. *Op. cit.*, 1969.

<sup>81</sup> Cardoso de Mello e Fernando Novais retratam este contexto da seguinte forma: “A luta pela igualdade é exatamente o combate coletivo pela quebra dos monopólios sociais. E ela estava se fazendo dentro dos quadros liberal-democráticos estabelecidos pela Constituição de 1946. Um verdadeiro espaço público vinha sendo construído passo a passo. As dificuldades eram grandes. Como mobilizar um povo deixado, e por séculos, na ignorância pelas classes dominantes e pelas elites que governavam em seu nome? Como valorizar os direitos dos cidadãos para homens e mulheres que ainda carregavam a pesada herança da escravidão, que quer dizer passividade diante da hierarquia social e subserviência diante dos poderosos? Mas os progressos eram evidentes. Os impulsos de mudança partiam de mulheres e homens, de jovens inspirados pelo trabalhismo de feição positivista, pelo socialismo, pelo comunismo..., pelo solidarismo cristão. (...) No final dos anos 1950, o ideário era amplo, formulado às vezes com a precariedade própria de tudo o que nasce no calor da luta política. Mas, indo ao essencial, poderíamos dizer que abrangia: reforma agrária, para quebrar o monopólio da terra, atacar a miséria rural e evitar as migrações em massa, que pressionavam os salários urbanos para baixo; criar uma escola ao mesmo tempo pública, isto é, acessível a todos, e republicana, quer dizer, que preparasse cidadãos para a democracia; subida dos salários de base e ampliação dos direitos sociais; controle do poder econômico privado, representado antes de tudo pelo capital multinacional; controle público dos meios de comunicação de massas (...) O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos”. Cf: **J. M. Cardoso de Mello & Fernando Novais**. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: Lilia M. Schwarcz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 04. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 615-18.

<sup>82</sup> Nas palavras de Cardoso de Mello, “com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo”. Cf: **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 102.

capitalismo em formação com o sistema internacional. As noções de complexo cafeeiro e capital cafeeiro são essenciais para a compreensão do processo, visto que é na dinâmica deste capital cafeeiro – ao mesmo tempo mercantil, agrário, financeiro e industrial, sob domínio do primeiro – que se encontram os nexos que geraram, posteriormente, a industrialização especificamente capitalista. No que tange às elites que controlaram este capital cafeeiro, afirma Sérgio Silva que “em seu conjunto, a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais. Isso é verdade se consideramos cada capital individualmente. Porque o desenvolvimento do capital desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grandes capitais e capitais médios. À sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra”<sup>83</sup>.

A idéia presente nesta argumentação é a de que a elite ligada aos negócios do café, não é aquela que tem suas atividades econômicas vinculadas essencialmente ao setor agrário, de produção do café, mas sim os homens que, muito além da produção, se articulam com o mercado internacional de trocas pelo capital mercantil, ou seja, a elite cafeeira é aquela que tem seus negócios diversificados pelas atividades do complexo cafeeiro e, mais importante, que possui ligações com o capital mercantil internacional.

Nesta interpretação, portanto, a relação entre estes interesses do capital cafeeiro e processo global de acumulação capitalista é que define as políticas de Estado. Dessa forma, a criação da Caixa de Conversão atende a uma demanda de articulação com o capital financeiro internacional, assim como o Convênio de Taubaté surge no contexto de queda do ideário liberal e de defesa dos interesses econômicos das nações ou, melhor dizendo, das elites internas. No entanto, sempre determinado, em primeira instância, endogenamente e, em última, exogenamente.

---

<sup>83</sup> Cf. Sérgio Silva. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 61.

A partir desta perspectiva, surgem vários trabalhos que objetivam justamente questionar a associação entre fazendeiros de café e poder estatal na Primeira República. Flávio Saes e Boris Fausto se destacam entre esses autores. O primeiro, que parece aceitar de maneira mais inequívoca as formulações dos defensores da tese do capitalismo tardio, dedica-se, a partir do final da década de 1970 e durante toda a década de 1980, ao estudo da formação e desenvolvimento dos diversos eixos componentes do capital cafeeiro, desde as ferrovias até o sistema bancário, passando pelo papel do Estado no processo de consolidação do complexo. Suas conclusões são parecidas com as de Sérgio Silva na passagem acima transcrita, ou seja, aceita a existência de médios e grandes capitais no seio do capital cafeeiro, estes teriam convivido de maneira relativamente harmônica na fase de formação do complexo. No entanto, a partir do momento em que os grandes capitais, com ligações profundas com o capital estrangeiro, passam a ter interesses específicos que, de uma maneira mais explícita, aparecem a partir da crise do final do século XIX e início do século XX e que vão definitivamente se manifestar nas negociações referentes à valorização de 1906, fica claro o poderio superior do capital mercantil (os grandes capitais) em relação ao capital agrário (os médios capitais) e a imposição dos seus interesses específicos na atuação estatal, seja em nível federal, seja estadual<sup>84</sup>.

Boris Fausto, por sua vez, define a questão em outros termos. Aceita tangencialmente o fato de existirem divisões internas no complexo cafeeiro, especialmente quando se refere aos esquemas de valorização do café, já que considera os ganhos com estes bastante inferiores para os produtores em relação àqueles que estão ligados ao mercado internacional pelos circuitos mercantis e que, por isso, articularam uma sólida base regional para fazer valer os seus interesses. Aderindo às noções de hegemonia (refere-se à política) e predomínio (diz respeito ao campo econômico) de Gramsci, o autor em questão acredita que na era pré-1930 a ascensão da burguesia cafeeira combinou hegemonia e predominância ao longo do processo histórico, algo que não ocorre a partir da Revolução de 1930, que, na interpretação de Fausto

---

<sup>84</sup> Estas formulações, em específico e de maneira mais articulada encontram-se em **Flávio A. M. de Saes**. *A grande empresa de serviço público na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986. Outros trabalhos importantes desse autor referente ao tema em discussão são: **Idem**. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo: Hucitec, 1981; **Idem**. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE-USP, 1986; **Idem**. "Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906)". *Revista Brasileira de História*, v. 01, nº 02, 1981.

retira a hegemonia das mãos da elite cafeeira, mas o movimento análogo em relação ao predomínio econômico é muito mais lento e gradual<sup>85</sup>.

Para Boris Fausto o controle político da máquina estatal era essencial para a “burguesia cafeeira” conseguir impor seus interesses. Isso é evidente com a defesa do café e com a política cambial, na medida em que, no primeiro caso, somente com o endosso federal em 1908 para um empréstimo externo, medida que vai se repetir outras vezes, é que a elite cafeeira conseguiu promover a melhoria dos preços do café. No que tange ao câmbio, apenas no governo federal era possível manejar a política cambial de acordo com os seus interesses. Ou seja, a elite paulista foi, durante a Primeira República, obrigada a negociar estas questões de seus interesses na esfera federal com os outros grupos políticos de base regional, mas conseguiu impor suas vontades, qual seja, “a realização de uma política econômica que garantiu a rentabilidade do setor cafeeiro, apesar da crescente superprodução”<sup>86</sup>.

Entre os economistas, preocupados com a questão do crescimento e modernização da economia, o problema da defesa do café é tratado como algo que atrasou este processo. Isso é evidentemente claro em relação, por exemplo, a Aníbal Villela e Wilson Suzigan, para quem “a institucionalização de um mecanismo artificial de sustentação dos preços e da renda do setor café viria representar uma séria distorção da economia de mercado, contribuindo para o atraso do crescimento de outros setores”<sup>87</sup>.

Por outro lado, Delfim Netto, um economista liberal, lembra que o plano valorizador de 1906 teve êxito, no entanto, criou a expectativa, muito negativa para a economia nacional daquele momento, de que a qualquer momento o Estado novamente interviria para resguardar o café de outra crise. Além disso, passou-se a confundir os problemas do café com os interesses nacionais. Isso ficou claro com a questão cambial, especialmente no momento da proposta de criação da Caixa de Conversão<sup>88</sup>.

---

<sup>85</sup> Cf. **Boris Fausto**. *Op. cit.*, 1975, p. 216-243 e 247-8.

<sup>86</sup> Cf. **Boris Fausto**. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo: Cadernos CEBRAP nº10, 1972, p. 11. Em artigo mais recente, Boris Fausto dedica atenção às novas teorias sobre a relação Estado e burguesia cafeeira na Primeira República concluindo que, se estes “estudos trouxeram o Estado de volta, nem por isso me parece deixar de ser verdadeira a constatação de sua permeabilidade aos interesses cafeeiros ou sua vulnerabilidade seja no plano das relações internacionais, da extração de recursos para sua sobrevivência, seja diante das máquinas políticas dos maiores estados”. Cf. **Idem**. “Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 27, julho/1990, p. 127.

<sup>87</sup> Cf. **Annibal V. Villela & Wilson Suzigan**. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3ª Edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 113.

<sup>88</sup> “Apesar de toda a sua importância, o café era então, como é hoje, um produto, e tinha que ser tratado como tal. Confundir o problema cafeeiro com o problema cambial e procurar baixar a taxa cambial e fixá-la nesse nível, simplesmente para favorecer os cafeicultores, era estimular uma transferência de rendimentos dos consumidores de produtos importados

A partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980, vários historiadores estrangeiros, especialmente norte-americanos, passaram a se dedicar ao estudo da história brasileira. A Primeira República foi um dos períodos que mais chamou a atenção destes autores. Warren Dean, por exemplo, já no início da década de 1970, apresenta seu trabalho clássico sobre a industrialização de São Paulo, onde defende uma associação direta entre indústria e expansão do setor cafeeiro, contrária a teses até então de peso baseada na idéia de “choques adversos”<sup>89</sup>. Na sua interpretação, Dean deixa claro que a defesa dos interesses cafeeiros se confundia, de alguma forma, com a própria expansão econômica do país e a industrialização; neste sentido “o café era a nação”.

Thomas Holloway, por sua vez, ressalta que a elite cafeeira não conseguiu impor seus interesses ao mercado internacional, sendo obrigada a ceder o controle das operações de defesa dos preços do café iniciada com o fracassado Convênio de Taubaté aos grandes comerciantes estrangeiros e seus financiadores da praça financeira mundial<sup>90</sup>.

Neste momento, a linha de argumentação revisionista da tese associativa entre interesses do fazendeiro de café e Estado na Primeira República já estava mais ou menos delineada. Acima de tudo, tinha-se a convicção de que o desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo havia forjado uma elite ligada ao mercado internacional pela lógica do capital comercial, isso significava que a verdadeira elite cafeeira, isto é, a que detinha o controle do processo de realização final da cadeia produtiva do café, era a que possuía os seus negócios diversificados em diversas atividades essenciais para aquela realização, ou seja, a elite jamais poderia ser o coronel-fazendeiro preso à terra, havia de ser uma camada da sociedade que tinha capital empregado na produção do café, mas também no seu beneficiamento, no seu financiamento, no seu transporte, na sua estocagem, na sua exportação e, também, em atividades ligadas à reprodução da força de trabalho.

Este ponto parece ser pacífico entre os revisionistas. No entanto, no que tange ao poder estatal havia ainda controvérsias importantes. Afinal, a elite cafeeira controlava ou não o Estado? Diante das questões que envolviam os seus interesses, como a defesa do café e a

---

para os produtores de café”. Cf. **Antônio Delfim Netto**. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976, p. 49.

<sup>89</sup> Cf. **Warren Dean**. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971. Para um resumo do debate em torno das questões referentes a industrialização na Primeira República ver **Flávio A. M. de Saes**. “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”. *Revista Estudos Avançados*, v. 03, nº 07, 1989.

<sup>90</sup> Cf. **Thomas Holloway**. *Op. cit.*, 1978.



criação da Caixa de Conversão, ela conseguia ou não impor a sua vontade ao restante da sociedade e, mais especificamente, a possíveis interesses conflitantes de outras elites regionais? São basicamente estas as questões que pensamos enfrentar nos próximos capítulos. No entanto, houve, nos últimos anos, algumas tentativas parecidas, e de onde podemos partir.

Eduardo Kugelmas, por exemplo, buscou enfrentar problemas parecidos com estes. Efetivamente se pergunta se a elite de São Paulo controlava a orientação da política econômica do governo federal a seu favor. As conclusões de Kugelmas são inequívocas: foi por meio da margem de ação do *governo estadual* que os homens da elite paulista conseguiram implementar as políticas de valorização do café, sejam as esporádicas, com exceção da terceira, seja a política de defesa permanente. O Estado federal sempre esteve mais preocupado em cumprir as metas acertadas com os credores internacionais em matéria de política monetária e cambial, mesmo e, principalmente, quando paulistas membros desta elite estiveram no poder. Isso leva o autor em questão a concluir que a tão promovida “hegemonia da elite cafeeira paulista na Primeira República” de fato não se constitui no plano federal. As razões de Estado, isto é, os interesses vinculados a sua reprodução e, mais do que isso, à sua própria existência, na medida em que tinha um papel decisivo nas articulações com o sistema internacional, eram entendidas como muito mais importantes do que os interesses específicos e de curto prazo da elite cafeeira – mesmo pelos paulistas que chegavam ao poder<sup>91</sup>.

Na mesma linha de argumentação, ou seja, a idéia de que a hegemonia da elite cafeeira, no que diz respeito à política econômica do governo federal, de fato não se configurava como algo tão evidente, encontra-se Winston Fritsch. Com um cunho eminentemente econômico, este autor retoma as questões da defesa do café e da política cambial para argumentar que a política econômica das primeiras décadas de governo republicano não era conduzida efetivamente no sentido de defender os interesses cafeeiros. Refere-se à questão cambial como algo dado exógenamente, isto é, são os choques externos que, numa economia periférica e subordinada como a brasileira, depreciam o câmbio e não há, dessa forma, algo que possa garantir que a queda do mil-réis fosse uma política deliberada em defesa do café<sup>92</sup>. Para ele, o período de experiência do padrão-ouro com a Caixa de Conversão acentuou este caráter

---

<sup>91</sup> Cf. **Eduardo Kugelmas**. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Tese de doutoramento), especialmente a 2ª Parte.

<sup>92</sup> Cf. **Winston Fritsch**. “Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985, p. 342-345.

reflexo da economia brasileira. Dessa forma, “pela ausência de mecanismos que permitissem contrarrestar o caráter pró-cíclico que a Caixa imprimia automaticamente às variações da base monetária, e por efeito do mecanismo de ajustamento do balanço de pagamentos inerente ao seu funcionamento na presença de grandes variações na conta de capital, o padrão-ouro ampliou as causas exógenas da instabilidade da economia no pré-guerra, com efeitos particularmente danosos a partir de 1913”<sup>93</sup>. Para o autor em questão, os interesses dos cafeicultores, na maior parte da República Velha, foram derrotados pelas idéias ortodoxas e de saneamento do Estado<sup>94</sup>.

Em meados da década de 1980, apareceu um trabalho tentando retomar, em determinado grau, a idéia de hegemonia e poder dos fazendeiros de café na condução da política econômica. Para Franceschina Vilardo, as políticas de defesa do café são, de fato, um prova cabal do poderio político dos produtores de café no âmbito nacional. Seus interesses, na interpretação da autora, teriam sido impostos inclusive aos homens do capital mercantil e mesmo ao capital estrangeiro. Assim, pensa a autora “que o Convênio de Taubaté e os demais planos de valorização arranharam o controle absoluto que a burguesia mercantil internacional exercia nas atividades cafeeira, ampliando a força relativa ou diminuindo a fraqueza da fração agrária da burguesia cafeeira”<sup>95</sup>.

O autor mais recente, que procurou enfrentar estas questões vinculadas à interesses cafeeiros e poder estatal na Primeira República, é Renato Perissinotto. Trabalhando com um arcabouço teórico inspirado em Nicos Poulantzas, o autor em questão identifica a existência, no interior do bloco no poder, de quatro frações autônomas de classe, que se manifestam política e ideologicamente na defesa dos seus interesses econômicos. Existiriam, portanto, a fração do capital mercantil, que o autor denomina de grande capital cafeeiro, que, aliada à fração do capital estrangeiro, domina o cenário político e consegue impor seus interesses à sua principal oponente que é a lavoura, vinculada ao capital agrário. Além disso, emerge a partir da década de 1920, sob a bandeira do protecionismo, a fração industrial. Diante dos conflitos e

---

<sup>93</sup> Cf: **Winston Fritsch**. “Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914”. In: Paulo Neuhaus (coord.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 298.

<sup>94</sup> No que tange ao Convênio de Taubaté, Fritsch concorda com Holloway, e argumenta que o projeto de valorização levado efetivamente a frente “era apenas uma pálida idéia da ambiciosa proposta de Taubaté, cuja não-aceitação representa uma clara vitória do Executivo e dos setores interessados na manutenção da ortodoxia financeira: não somente havia sido negada a estabilização cambial à taxa e do modo desejado pelos interesses do café como, além disso, as autoridades federais haviam conseguido evitar o comprometimento com o suporte financeiro à valorização”. Cf: **Idem**. *Ibidem*, p. 271-272.

<sup>95</sup> Cf: **Franceschina Vilardo**. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1986, p. 115. (Dissertação de Mestrado)

interesses envolvidos na luta no interior do bloco no poder, conclui Perissinotto que “1º) a existência da lavoura, do grande capital cafeeiro, do capital estrangeiro e da burguesia industrial, como forças sociais ativas, não nos permite entender a economia agroexportadora através de termos unificadores como ‘interesses cafeeiros’, ‘burguesia cafeeira’ ou ‘oligarquia regional’; 2º) a hegemonia na economia agroexportadora em São Paulo, durante a Primeira República, entendida como capacidade de impor interesses, não era exercida apenas por uma classe interna – o grande capital cafeeiro –, mas em conjunto com o capital estrangeiro”<sup>96</sup>.

Em um outro trabalho, agora focalizando as relações entre Estado paulista e interesses de classe, Perissinotto afasta-se um pouco das conclusões anteriores. Afirma o autor em questão que, a medida que o aparelho estatal foi se estruturando e se burocratizando, passou a tomar o controle daquelas operações que mais o interessavam. O café, sem dúvida, era essencial, já que era este o produto que garantia as rendas estaduais por meio do imposto de exportação, cobrado sob “forte resistência por parte dos membros do capital cafeeiro”<sup>97</sup>. Sendo assim, a manutenção dos preços do café em alta era condição *sine qua non* de desenvolvimento do aparelho estatal, já que esta rubiácea representava cerca de 70% das exportações brasileiras. Nesse sentido, o controle das operações de defesa dos preços do café interessava muito aos homens de Estado.

Entretanto, para Perissinotto, os interesses do Estado e os do grande capital cafeeiro passaram a ser distintos. Esta “disputa” entre o capital cafeeiro e o Estado (especialmente no que tange às questões tributárias e à política de defesa do café) configura-se no núcleo duro das questões colocadas por Perissinotto no livro ora em análise. Balizado em uma pesquisa documental de fôlego, o autor conclui que o Estado, na defesa dos seus objetivos, orienta suas ações num sentido contrário aos interesses de classe constituídos.

Vejamos o caso da política de defesa do café. No que tange à primeira operação valorizadora, o chamado Convênio de Taubaté de 1906, o Estado esteve, segundo Perissinotto, afastado da direção, já que “o capital cafeeiro, por meio da Sociedade Paulista de Agricultura, conseguiu dar a direção desejada ao esquema de defesa, afastando o Estado o máximo possível do comando. Este se limitou a ser recolhedor de impostos (sobretaxa) por meio dos quais garantiria os empréstimos externos feitos para financiar o programa”, isso somente aconteceu

---

<sup>96</sup> Cf. Renato M. Perissinotto. *Op. cit.*, 1994, p. 246.

<sup>97</sup> Cf. Renato M. Perissinotto. *Op. cit.*, 1999, Tomo II, p. 30.

porque ao Estado “faltavam recursos institucionais para a execução do plano”<sup>98</sup>. Ocorre, no entanto, o contrário com a política de defesa permanente do café na década de 1920, visto que, segundo Perissinotto, o Estado paulista toma as rédeas e orienta a valorização como deseja.

Para Perissinotto, essa constatação do fortalecimento do poder do Estado durante a República Velha, chegando mesmo a constituir-se de poder suficiente para impor sua vontade às chamadas classes dominantes, impõe a conclusão de que “levando em conta o processo de burocratização dos ‘órgãos econômicos’ e os conflitos daí advindos, o período em questão revela um constante fortalecimento das prerrogativas do poder estatal em detrimento do poder de classe”, portanto pode-se “dizer que os anos que estudamos aqui não podem ser entendidos como uma exceção na história brasileira, amplamente marcada pela atuação extensiva do aparelho estatal. Ao contrário, embora com as suas particularidades, a Primeira República também presenciou, no nível central e em São Paulo, a existência de um Estado atuante”<sup>99</sup>.

Diante do exposto, fica clarividente que o autor entende que o Estado brasileiro e, mais particularmente, o Estado paulista assumiram feições definidas de um agente racional e independente dos interesses de classes durante a Primeira República.

Dessa forma, o movimento da historiografia econômica e política sobre a Primeira República apresentam duas conclusões que me parecem, apesar das nuances e dos esquemas teóricos distintos, praticamente consensuais. A primeira já dissemos acima: a elite dominante da Primeira República é aquela que têm seus negócios diversificados, mas sob a égide do capital mercantil, elo de ligação desta elite com o sistema capitalista internacional. A segunda conclusão é a de que o Estado republicano era, ao contrário do que muitas vezes se escreveu e disse, relativamente forte, com condições de impor decisões.

Pois bem, a questão que fica ainda trata da dinâmica da relação Estado e sociedade, mais especificamente, as relações do aparelho estatal, seja este a nível federal ou estadual, com a elite ligada ao sistema internacional. Para Kugelmas, esta elite sempre teve dificuldades de impor seus interesses por meio do Estado; dessa forma também pensa Perissinotto. Fritsch destaca a fragilidade da economia brasileira – e, por conseqüência, dos aparelhos de defesa, entre eles, o Estado – em relação à lógica do sistema, que impõe a adoção de medidas ortodoxas em matéria de política econômica.

---

<sup>98</sup> Cf. **Idem. Ibdem**, Tomo II, p. 74.

<sup>99</sup> Cf. **Idem. Ibdem**, Tomo II, p. 198.

Nossa idéia é um pouco distinta. Talvez a associação entre os interesses da elite cafeeira na Primeira República, ou seja, aquela vinculada ao capital mercantil, e o Estado sejam tão importantes que o fortalecimento deste último seja condição essencial para a manutenção do poder da primeira. Dessa forma, a adoção de políticas que, num primeiro momento, não interessassem diretamente ao setor cafeeiro fossem necessárias para que o elo com o sistema internacional capitalista não acabasse rompido, visto que o Estado era aspecto essencial desta ligação. Desta forma poderíamos explicar, por exemplo, as políticas contracionistas do interregno 1898-1906 e mesmo a adoção do padrão-ouro entre 1906 e 1914. Em última análise, me parece que se perdeu algo neste afã revisionista da Primeira República: que o capital cafeeiro é extremamente diversificado, mas se a elite é a que se articula com o mercado internacional por meio do capital mercantil, esta dinâmica sutil entre os interesses de classe e a ação estatal na República Velha não pode ser compreendida sem ter a exata noção de que esta elite é extremamente pragmática na defesa dos seus interesses e que a ação do Estado, ao que nos parece, era fortemente influenciada por estes interesses.

## Capítulo II – As Políticas de Estado e os Interesses da Elite Paulista: o Café em Crise

*“Todo o mecanismo do plano financeiro, que instituiu o fundo de resgate e o fundo de garantia do nosso papel-moeda, baseia-se substancialmente nos nossos elementos de riqueza agrícola exportável. Conseqüentemente na defesa da produção do café e da borracha não estão interessados exclusivamente os filhos de São Paulo e da Amazônia. Cada brasileiro que tiver no bolso uma cédula de 1\$, banqueiro no Rio de Janeiro, ou sertanejo em Goiás, tem direto interesse na defesa da produção daquelas mercadorias”<sup>100</sup>*

*“E todos aqueles que não possuíam rendas e viviam de salários, sob qualquer denominação, vencimentos, honorários, gratificações, proletário intelectual ou manual, pertencentes aos quadros do funcionalismo, à Marinha, ao Exército, viam fechar-se o horizonte ilimitado da possível melhoria de suas existências pelo aumento do poder liberatório da moeda. Sob esse aspecto, o novo padrão proposto representava o ato característico do mais audacioso ataque do capital contra o trabalho, a extorsão organizada pelos possuidores de bens contra os que viviam de seu esforço, a maioria de mais de vinte milhões de seres laboriosos e privados de conforto, lançados a garra de menos de um milhão de proprietários ávidos de ganho e insensíveis em seu egoísmo insaciável”<sup>101</sup>*

Desde meados do século XIX, que a inserção do Brasil no mercado mundial passou a depender substancialmente do café. Outros produtos que constavam como importantes na pauta de exportação brasileira no século XIX foram sendo esmagados pela concorrência internacional e, mais especificamente, pela nova lógica de expansão do sistema capitalista a partir do último terço do século XIX, fase esta de centralização e concentração de capitais em nível mundial<sup>102</sup>. Segundo Paul Singer, esta nova etapa do capitalismo é a razão do fracasso

---

<sup>100</sup> Discurso proferido na Câmara dos Deputados pelo deputado paulista Cincinato Braga em 18 de novembro de 1908, por ocasião do debate em torno do projeto de endosso da União a um empréstimo a ser realizado pelo Estado de São Paulo para consolidar as dívidas contraídas para o plano valorizador do café. Cf: **Documentos Parlamentares. Política Econômica: Valorização do Café (1908-1915)**. 2º Volume. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 29.

<sup>101</sup> Texto de Pandiá Calógeras discutindo as conseqüências, na sua opinião, do advento da Caixa de Conversão para aqueles que não eram produtores voltados para a exportação. Cf: **J. Pandiá Calógeras. A política monetária do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960. (1ª edição de 1910), p. 440-441.

<sup>102</sup> Sobre esta questão, trataremos mais profundamente no capítulo III.

dos outros produtos brasileiros, com exceção do café, no mercado internacional de trocas. O açúcar, por exemplo, foi expulso pela expansão produtiva nas antigas colônias espanholas da América Central (patrocinada pelos Estados Unidos) e pelo açúcar de beterraba produzido na Alemanha, França e Bélgica, com proteção e subsídios dos governos locais. No caso do algodão, a produção norte-americana foi retomada após a Guerra Civil (1861-1865) e os países europeus resolveram investir na produção deste artigo nas suas novas colônias da África e da Ásia para proteger suas economias contra a expansão industrial dos Estados Unidos. A Tabela II.1 retrata claramente este processo dramático para os produtos brasileiros.

**Tabela II.1 – Participação (em %) dos Principais Produtos Brasileiros na Pauta de Exportação, 1821-1923**

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros	Total
1821-30	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-40	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,0
1841-50	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-60	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-70	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-80	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-90	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-00	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-10	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-13	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-18	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-23	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0

Fonte: **Paul Singer**. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional". In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano (Volume 1: Estrutura de Poder e Economia). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 355.

Dessa forma, o café, paulatinamente, foi se tornando o único produto de inserção internacional que o Brasil podia contar para a entrada de divisas em moeda forte, e no momento da Proclamação da República este já era o quadro praticamente definitivo, em que pese o fato de que, a partir do início do século XX e até o final do período do nosso estudo, a atividade extrativa da borracha tivesse um papel importante na incorporação de moeda forte no país, como podemos verificar, por meio do volume exportável deste artigo, observando a Tabela II.1.

Por outro lado, os preços do café, que vinham em queda desde meados da década de 1870, por conta do início da crise chamada de *Grande Depressão* do capitalismo mundial,

começam a se recuperar em meados da década seguinte, promovendo um forte incremento na produção. Esta, por sua vez, somente poderia interferir no mercado cerca de cinco anos depois do plantio, visto ser este o tempo médio de maturação do pé de café. Dessa forma, esta nova produção entraria no mercado a partir de meados da década de 1890, forçando uma queda de preços pelo excesso de oferta. Ocorre que a política econômica do início da República<sup>103</sup> fez com que o câmbio sofresse durante a maior parte da última década do século XIX uma profunda queda, o que acabou protegendo a renda do setor cafeeiro da redução dos preços no mercado internacional. Enfim, isso significou que os cafeicultores, com preços remuneradores e pagando salários baixos, mantiveram a inversão na produção, aumentando ainda mais o número de cafeeiros. Como afirmou Delfim Netto, “o quadro anterior revela a gênese do problema cafeeiro nacional. A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços”<sup>104</sup>.

É exatamente a partir desta crise que começam a se manifestar os interesses pela valorização do café. Por outro lado, a crise cambial e a queda nas receitas de exportação, por conta da diminuição do preço externo do café, colocavam o Estado republicano em situação difícil, especialmente no que tange ao cumprimento dos serviços da dívida com os credores internacionais. É neste quadro caótico que a elite paulista assume o governo federal.

Cincinato Braga e Pandiá Calógeras, citados no início do capítulo, representam, exatamente, as noções antagônicas de como encarar estas questões. Braga define o café como um problema nacional, sua solução interessa a todo o brasileiro, pois é ele que nos garante o acesso ao mercado internacional e a manutenção da nossa moeda. Por outro lado, Calógeras afirma ser absolutamente imoral a postura assumida pelos homens de governo, que tudo sacrificaram em defesa dos interesses de menos de 5% da população nacional. Este será o debate a todo o momento.

Compreender os mecanismos e os interesses em jogo na ação estatal, especialmente àqueles vinculados à elite cafeeira paulista, tanto na política restritiva de revigoramento das

---

<sup>103</sup> Sobre este período, ver nota nº 20 do Capítulo I deste trabalho.

<sup>104</sup> A citação, que se encontra na página 22, e todas as informações referentes ao café reproduzidas no parágrafo foram extraídas de **Antônio Delfim Netto**. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976, p. 11-31. Sobre o comportamento dos salários na economia cafeeira e seu papel na manutenção dos níveis de lucratividade neste período ver **J. M. Cardoso de Mello**. *O capitalismo tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998, p. 131-160.



finanças do Estado republicano quanto no momento de intervenção no mercado cafeeiro e na adoção de uma nova política cambial, são os objetivos deste capítulo.

### 1-) Crise do Café e Bancarrota do Estado: o que salvar?

Campos Sales é eleito presidente da República após o conturbado governo de Prudente de Moraes<sup>105</sup>. São Paulo conseguia fazer seu segundo chefe de Estado republicano em meio a crises de monta, que ameaçavam a própria sobrevivência do novo regime.

O quadro político era crítico. A República não havia conseguido ainda substituir a noção de hierarquia existente no período imperial, onde o poder moderador era o fiel da balança nas questões que colocavam os acordos políticos. Isto era dramaticamente sentido nos estados, onde a determinação de “quem mandaria em quem” ficou dependente de um processo eleitoral absolutamente confuso e fraudulento, obrigando que as decisões sobre estas hierarquias fossem decididas efetivamente nas armas. O próprio governo central sofria as conseqüências de uma estrutura de poder difusa, na medida em que era impossível articular um partido nacional, que contemplasse os interesses dos diversos grupos de elite regionais, como ficou evidente na querela envolvendo o Partido Republicano Federal liderado por Glicério e o Poder Executivo, liderado por Prudente de Moraes<sup>106</sup>.

Por outro lado, as crises financeira e econômica que o país vivia já começavam a se tornar intolerável ao final do governo Prudente de Moraes. A taxa cambial despencava, como está caracterizado na Tabela II.2, resultado da reversão da política econômica do período inicial da República<sup>107</sup> associado aos gastos com guerras civis e conflitos armados dos

---

<sup>105</sup> Sobre a crise política no governo de Prudente de Moraes, ligado ao choque que se estabeleceu entre o governo e o Partido Republicano Federal (liderado por Francisco Glicério), podemos dizer que era “causada basicamente pelas dissensões surgidas entre os vários grupos estaduais que porfiavam pelo apoio presidencial aos seus interesses de ascensão ou manutenção do poder nos Estados”. Cf. **Maria do C. Campello de Souza**. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em Perspectiva*. 15ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 180. Sobre as revoltas que este governo enfrentou ver **Edgar Carone**. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971, p. 135-174.

<sup>106</sup> “Em última análise, havia ocorrido um confronto entre duas estratégias: Glicério buscava perpetuar e congelar o quadro de alianças estabelecido no período presidencial de Floriano Peixoto e fazer da direção partidária o fulcro da condução política. Prudente desejava ter as mãos livres para construir, a partir da presidência, um sistema flexível de alianças que dispensassem o apelo ao florianismo. Ao que tudo indica, estava atento para a emergência, em vários estados, de novas composições e recomposições de facções, superando as polarizações iniciais de 1891”. **Eduardo Kugelmas**. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p. 66. (tese de doutoramento)

<sup>107</sup> Sobre isto, assim se manifestava a Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1906: “A situação angustiosa da lavoura foi, assim, preparada pelos atos governamentais, que arrastaram o crédito nacional à moratória e as fortunas particulares à deliquescência; deles deve a lavoura queixar-se, a eles cumpre-lhe pedir remédio para seus males, não sob a forma de uma súplica, mas com a entonação vibrante de um esforço”. Cf. **Associação Comercial do Rio de Janeiro**. *Valorização do Café*. Rio de Janeiro: Tipografia de Olímpio de Campos e Cia., 1906, p. 16.

governos Floriano Peixoto e Prudente de Morais, além do baixo fluxo de entrada de capital externo. Como já dissemos, as desvalorizações cambiais, por seu lado, permitiram a manutenção das inversões na produção cafeeira, gerando um quadro de superprodução e, conseqüentemente, de queda dos preços externos.

**Tabela II.2 – Média Anual da Taxa de Câmbio (pence/mil réis) e Evolução dos Preços da Saca de Café (1889=100), 1889-1898**

Ano	Taxa Cambial	Preço Interno	Preço Externo
1889	26,43	100	100
1890	22,56	120	113
1891	14,90	171	90
1892	12,03	201	87
1893	11,59	276	103
1894	10,09	290	92
1895	9,93	262	91
1896	9,06	252	69
1897	7,71	180	47
1898	7,18	163	41

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354 e 1.378.

Lembra Cardoso de Mello, em relação à produção cafeeira e à crise financeira do Estado que “as desvalorizações contribuem para o prolongamento e a aceleração da expansão [da produção de café] entre 1891 e 1894. No entanto, acabam gerando um tal aumento da capacidade produtiva que perpetuava e aprofundava a queda dos preços internacionais, o que exigiria desvalorizações mais fortes, em seguida, acompanhadas ou não de queda dos salários monetários. Uma vez que isto era impossível, inclusive porque este movimento não poderia ser escorado pela política econômica do Estado, o máximo que se conseguiria era reduzir a queda das margens de lucro. Mas este mecanismo tendia a se esgotar, também por razões internas, que eram de duas ordens: de um lado, devido à rigidez relativa dos salários monetários e à tendência ao crescimento dos preços internos em ritmo superior ao da taxa cambial; de outro, porque se colocava em risco de liquidação o suporte financeiro do Estado”<sup>108</sup>.

De fato, a desvalorização do câmbio não permitia a expansão das importações, seja pela entrada menor de moeda forte pelas exportações, seja pela recessão interna resultante da queda de salários, que não demandava mais de produtos importados. Assim, o ritmo em que a

<sup>108</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello. Op. cit.**, 1998, p. 140-141.

crise se encaminhava determinava uma receita cada vez menor do Estado, dependente dos impostos de importação, especialmente após a abolição da quota-ouro em 1891. Por outro lado, as despesas aumentavam em razão direta dos serviços da dívida pública, que cresciam em virtude do preço cada vez mais alto da moeda estrangeira<sup>109</sup>. Portanto, como observamos na Tabela II.3, os déficits operacionais do governo aumentaram dramaticamente na última década do século XIX, resultando, inexoravelmente, numa situação de insolvência do Estado republicano.

**Tabela II.3 – Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro (1.000 contos de réis), 1890-1898**

Ano	Receita Arrecadada	Despesa Paga	Saldo
1890	195,3	220,6	-25,3
1891	228,9	220,6	+8,3
1892	227,6	279,3	-51,7
1893	259,9	300,6	-40,7
1894	265,1	372,8	-107,7
1895	307,8	344,8	-37,0
1896	346,2	368,9	-22,7
1897	303,4	379,3	-75,9
1898	324,1	668,1	-344,0

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Diz Cardoso de Mello que “a crise que pudera ser detida, entre 1891 e 1894, e relativamente contida entre 1895 e 1896, aparece delineada já nos anos 1897/8, configurando-se plenamente quando, em fins de 1898, a administração Campos Sales assume o governo. Dever-se-iam enfrentar, simultaneamente, dois graves problemas: o do complexo exportador cafeeiro, decorrente da baixa dos preços internacionais e internos, e o da bancarrota financeira do Estado”<sup>110</sup>.

Dessa forma, quando o paulista Campos Sales chega à presidência da República no ano de 1898 três ordens de problemas se apresentavam para solução imediata, visto que disso

<sup>109</sup> Como afirmou Kugelmas, “a deterioração das finanças federais, iniciada em 1891 pela abolição da cobrança da quota-ouro sobre as tarifas aduaneiras agravava fortemente a situação; como a União dependia quase que inteiramente dos direitos de importação, a depreciação cambial significava uma receita proporcionalmente menor. Como o governo tinha obrigações a pagar no exterior, a rubrica da diferença de câmbio crescia assustadoramente nos orçamentos; como se dizia na época, tratava-se de arrecadar em papel depreciado para efetuar pagamentos em ouro”. Cf. **Eduardo Kugelmas. Op. cit.**, 1986, p. 110.

<sup>110</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello. Op. cit.**, 1998, p. 141.

dependia a própria sobrevivência da República Federativa: i) a crise do café; ii) a crise financeira do Estado; e iii) a crise política no seio das elites regionais.

Na opinião do chefe de Estado eleito e também na visão do governo em crepúsculo no ano de 1898, a questão financeira era a mais premente, portanto a que deveria ser solucionada o quanto antes<sup>111</sup>. A questão política, apesar de possuir uma significância importante, inclusive para a credibilidade do país no exterior, seria resolvida posteriormente se o governo conseguisse alcançar êxito na solução da questão financeira e na recuperação do crédito brasileiro no exterior.

Nesse sentido, a negociação do presidente eleito, com anuência da administração no poder, junto aos credores internacionais nos meses de maio e junho de 1898 seria a cartada decisiva para as condições de articulação do novo governo com os interesses das elites. Evidentemente, a visão de Campos Sales e, de resto, da elite paulista que ele representava era de que a sobrevivência do Estado republicano era condição *sine qua non* para que o seu poder fosse consolidado, especialmente depois do conturbado governo Prudente de Morais, que acabou dividindo a própria elite cafeeira paulista. Como lembra Kugelmas, a questão da “‘bancarrota do Estado’ ameaçava os próprios fundamentos do sistema econômico e político como um todo, e poderia no limite, prejudicar sua sobrevivência”; dessa forma, “não é surpreendente, portanto, que fosse tratada como de absoluta prioridade”<sup>112</sup>.

As negociações com os credores internacionais em Londres, ao que parece, foram difíceis. Estes não aceitavam em hipótese alguma uma redução dos juros e muito menos um grande empréstimo seria concedido para consolidação das dívidas anteriores. O acerto do *funding loan* proposto pelo London and River Plate Bank foi a solução encontrada para a crise. O acordo feito dava um prazo de três anos para o pagamento dos juros da dívida, as amortizações, por sua vez, foram adiadas por um prazo de dez anos a partir da data do fim do acordo (ou seja, os pagamentos seriam retomados apenas a partir de 30 de junho de 1911). A garantia exigida pelos credores foi a renda da Alfândega do Rio de Janeiro, além de o governo

---

<sup>111</sup> Campos Sales revelou trechos da correspondência que manteve com o governo onde tratava da crise financeira que o país atravessava. Segundo este, Bernardino de Campos, ministro da Fazenda de Prudente de Morais, teria lhe enviado carta em 13 de março de 1898, dias antes da viagem de Campos Sales à Europa para tratar com os credores internacionais a respeito de uma solução para a crise nas contas públicas que o país passava, dizendo que “é preciso convir que todo o mal vem das finanças e que, postas estas em bom caminho, a política se firmará de vez. Entretanto, é a perturbação política que traz a desconfiança e cava o leito às especulações”. Cf. **M. F. de Campos Sales**. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 89. (1ª edição de 1908).

<sup>112</sup> Cf. **Eduardo Kugelmas**. *Op. cit.*, 1986, p. 112.

ser obrigado a suprir com outras rendas o que viesse a faltar no caso de insuficiência daquela para a integral amortização dos compromissos<sup>113</sup>. Além disso, o Brasil se comprometeu a seguir uma política econômica voltada para a recuperação das finanças públicas, com extremo aperto fiscal e monetário, no sentido de reverter o quadro presente na cotação cambial.

Ao assumir o poder, Campos Sales contava com o apoio de praticamente todas as elites regionais pelo fato de ter conseguido dar uma solução para a questão financeira. Por outro lado, os dois grupos que haviam se digladiado no último ano da gestão de Prudente de Moraes – os *republicanos*, sob influência deste, e os *concentrados*, liderados por Francisco Glicério – continuaram disputando o poder e, portanto, o apoio do presidente. No entanto, Campos Sales conseguiu se manter distante dessas disputas, podendo dar solução à crise política por intermédio de uma reforma no regimento da Câmara que, “democraticamente”, favorecia a diplomação dos candidatos eleitos pelas situações dominantes nos estados federados. Ou seja, “a adoção dessa política significava a consolidação dos grupos dominantes em cada estado, quer esses grupos estivessem com os republicanos, quer estivessem com os concentrados”<sup>114</sup>. Este foi o concerto político que recebeu a alcunha de *Política dos Governadores*. Dessa forma, no início de seu quadriênio presidencial, Campos Sales conseguia estabelecer um pacto intra-elites que garantia o mínimo de governabilidade para o poder central, com um Congresso Nacional dócil com o Executivo, além de um mínimo de estabilidade nos estados, ao garantir apoio às situações no momento em que assume o poder. Assim, o governo federal conseguiria a aprovação dos projetos de lei que seriam necessários para dar andamento ao plano de revigoração das finanças públicas, além de restabelecer a ordem nos estados, definindo as hierarquias a partir do comando central. Tratava-se de provar às elites nacionais e ao mundo que o Brasil poderia viver sem o *Poder Moderador*, e que o Estado republicano tinha capacidade de integrar e pacificar o país por meio de um regime federativo e presidencialista<sup>115</sup>. Foi num pacto de elites regionais que se apaziguou o país e num acordo financeiro que colocou o Brasil “no seu devido lugar” na lógica do sistema capitalista

---

<sup>113</sup> Os termos do acordo encontram-se em **M. F. de Campos Sales**. *Op. cit.*, 1983, cap. 5. O texto completo do acordo também é encontrado em **Edgar Carone**. *A Primeira República (texto e contexto)*. São Paulo: Difel, 1969, p. 171-175.

<sup>114</sup> Cf: **Eduardo Kugelmas**. “A Primeira República no período de 1891 a 1909”. In: Paula Beiguelman. *Pequenos estudos de ciência política*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 203.

<sup>115</sup> Cf: **Eduardo Kugelmas**. *Op. cit.*, 1986, p. 71-72.

internacional<sup>116</sup> que se acomodou as linhas gerais das questões políticas e econômicas do regime republicano.

A administração Campos Sales tinha no campo financeiro, como declarado pelo próprio, sua principal preocupação<sup>117</sup>. Esta preocupação se tornava ainda maior possivelmente por conta do tipo de programa que deveria ser colocado em prática. Campos Sales sabia que a escolha do ministro da Fazenda deveria atender a determinados atributos: o principal destes era tornar-se irredutível na seqüência do programa financeiro estabelecido nas negociações do *funding loan*. O nome de Joaquim Murinho lhe pareceu ser aquele que mais se enquadrava no perfil necessário, na medida em que suas idéias, manifestadas durante sua gestão na pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo de Prudente de Moraes, muito se aproximavam daquelas que deveriam ser colocadas em prática. Além disso, era um nome distante das disputas políticas dos anos anteriores, algo que o deixava livre de pressões de qualquer um dos grupos políticos no momento da execução da política econômica.

O novo ministro da Fazenda, em seu relatório referente ao exercício de 1898, já deixava absolutamente claro que a gestão econômica não seria outra senão aquela prognosticada no acordo com os credores internacionais. Afirmava Joaquim Murinho que a natureza da crise que o país vivia era de duas dimensões: “a crise econômica e a crise financeira”. Dizia ele que “a primeira depende não da diminuição da massa de produtos, mas da redução do valor da unidade do mais importante deles: o café”. Dessa forma, “essa redução de preço é a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada em relação ao consumo”. Por outro lado, “a crise financeira depende, por sua vez, não tanto da diminuição da massa das rendas do Estado, mas da redução do valor da unidade dessa massa”, ou seja, “esta redução é por seu turno a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada do meio circulante em relação ao valor real da circulação”. Sintetizou Murinho dizendo que as duas crises são “perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundância de café em relação ao consumo, superabundância de papel-moeda em relação

---

<sup>116</sup> “Sabemos que o capitalismo em sua ‘fase superior’ se caracteriza precisamente pelo papel dominante desempenhado pela exportação de capitais. Daí ser uma exigência do sistema capitalista mundial o equilíbrio financeiro nacional, a fim de que se assegure o reembolso, com juros e comissões, no fim de um certo período, do capital emprestado. No caso do *Funding Loan* isso fica claro”. Dessa forma, “o Estado brasileiro, ao aceitar as condições impostas pelo acordo, adotando uma política com ênfase ao pagamento da dívida, responde a uma função que lhe cabe desempenhar neste sistema: assegurar as condições de reprodução das características básicas das formas de dominação-subordinação imperialistas no período”. Cf. **Angelita M. Souza**. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2001, p. 86-87.

<sup>117</sup> “Já eu tinha tido larga oportunidade de proclamar que a minha principal preocupação no governo seria a questão financeira”. Cf. **M. F. de Campos Sales**. *Op. cit.*, 1983, p. 106.

ao valor da circulação; abaixamento do preço do café, abaixamento do preço do papel; redução do valor total da renda nacional, redução do valor total das rendas do Estado”<sup>118</sup>.

Assim sendo, a solução que o poder público devia encaminhar era a retomada do equilíbrio da oferta e da demanda no que diz respeito ao café e ao papel-moeda. Quanto a este último, o governo deveria resgatar o “papelório” desnecessário e, ao mesmo tempo, garantir à massa circulante um sustentáculo em ouro, saneando, dessa forma, o mil-réis. Já no caso do café, “o mal está na superabundância em relação ao consumo, o remédio só pode estar na redução da produção do café”. Entrementes, “esta operação extremamente complexa e complicada nunca poderia ser realizada pelo Governo, ela será o resultado da luta, da concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores”<sup>119</sup>.

Dessa forma, o governo Campos Sales, por intermédio do seu ministro Joaquim Murinho, se manifestava contrário a qualquer interferência do Estado no setor cafeeiro. O Executivo assumia o discurso de que a crise cafeeira era uma questão vinculada à superprodução, que somente poderia ser resolvida pela diminuição desta, isso significava eliminar os produtores menores e reservar o mercado para aqueles que tivessem condições de resistir à crise.

Pela Tabela II.4 verificamos que o aumento da produção de café nos anos dos governos Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) foi resultado basicamente da expansão produtiva do estado de São Paulo, que escoava o seu café fundamentalmente pelo porto de Santos. São Paulo salta sua exportação de pouco mais de cinco milhões e meio em 1898 para mais de quinze milhões de sacas em 1906, a exportação brasileira passa de pouco mais de nove milhões para mais de vinte, respectivamente. Ao contrário, os concorrentes do Brasil diminuíram sua participação no período. Portanto, todo o estoque que se acumula no instante da mais severa crise que o café já havia enfrentado é de responsabilidade do aumento da produção paulista, como é evidente pelos números.

---

<sup>118</sup> Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda**. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murinho no ano de 1899”. In: Documentos Parlamentares. *Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1903)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914, p. 424.

<sup>119</sup> **Idem**. *Ibidem*, p. 436.

**Tabela II.4 – Produção Mundial de Café (em milhões de sacas), 1898-1906**

Ano Safra	Produção Brasileira				Produção em Outros Países	Produção Mundial Total	Quantidades Compradas no Mercado	Suprimento Visível
	Porto do RJ	Porto de Santos	Outros Portos	Total da Produção Brasileira				
1898	3.190	5.580	550	9.320	4.405	13.725	12.994	6.176
1899	3.265	5.705	455	9.425	4.380	13.805	14.252	5.729
1900	2.930	7.970	385	11.285	3.785	15.070	13.965	6.834
1901	5.330	10.165	650	16.145	3.645	19.790	15.319	11.305
1902	3.975	8.350	620	12.945	3.720	16.665	16.097	11.873
1903	4.020	6.395	686	11.101	4.891	15.992	15.588	12.277
1904	2.542	7.426	555	10.523	3.923	14.446	15.507	11.216
1905	3.244	6.983	617	10.844	3.948	14.792	16.306	9.702
1906	4.234	15.392	564	20.190	3.596	23.786	17.108	16.380

Fonte: **Thomas Holloway**. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 101-104.

Baseando-se francamente nisso, o governo de Campos Sales manteve a sua política contracionista em desacordo com os interesses de parte expressiva de produtores cafeeiros. Como discutimos no capítulo anterior, as cisões no Partido Republicano Paulista neste período foram resultado desta insatisfação que crescia em virtude da política econômica seguida por um governo paulista, isto é, liderado por um produtor de café.

Segundo Perissinotto, o *funding loan* “inaugurou uma época de alívio para o grande capital cafeeiro e de desespero para a lavoura”. Isso porque se “é certo que como produtor de café o grande capital sentiu a crise que assolava esse setor”, é evidente “que, nem de longe, a situação do grande capital cafeeiro era a mesma que a da lavoura. Aquele tinha fácil acesso ao crédito, esta não; aquele tinha condições de armazenar o produto para esperar melhores condições de venda, esta não; aquele era agente da especulação comercial, enquanto a lavoura era vítima”<sup>120</sup>.

Já em 1900, a questão da sucessão presidencial estava colocada. Os grupos políticos exigiam um republicano histórico. O nome de Bernardino de Campos, por isso, apareceu com força em determinado momento, mas Campos Sales queria alguém comprometido com a sua obra de recuperação das finanças federais. Em novembro de 1900, Campos Sales consulta o presidente do estado de Minas Gerais, Silviano Brandão, sobre sua posição à respeito do nome

<sup>120</sup> Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994, p. 62 e 65.



de Rodrigues Alves para o cargo de presidente da República. O principal problema era a ligação profunda deste com as instituições imperiais, mas o líder mineiro recebeu bem a indicação, o que acabou isolando Pinheiro Machado na tentativa de evitar um novo presidente paulista<sup>121</sup>.

O governo Rodrigues Alves, sucessor de Campos Sales, manteve a mesma política econômica da gestão anterior. No entanto, sua situação era bem mais confortável. Leopoldo de Bulhões, ministro da Fazenda, herdou de seu antecessor Joaquim Murinho uma conjuntura econômico-financeira muito melhor do que aquele tinha recebido de Bernardino de Campos.

**Tabela II.5 – Papel Moeda em Circulação (em contos de réis), 1895-1906**

Anos	Meio circulante	
	Total	Per Capita
1895	678.066	43\$000
1896	712.355	44\$400
1897	780.329	47\$700
1898	779.965	46\$800
1899	733.819	43\$200
1900	699.632	40\$400
1901	680.451	38\$200
1902	675.537	36\$800
1903	674.979	35\$800
1904	673.740	34\$700
1905	669.493	33\$500
1906	702.075	34\$100

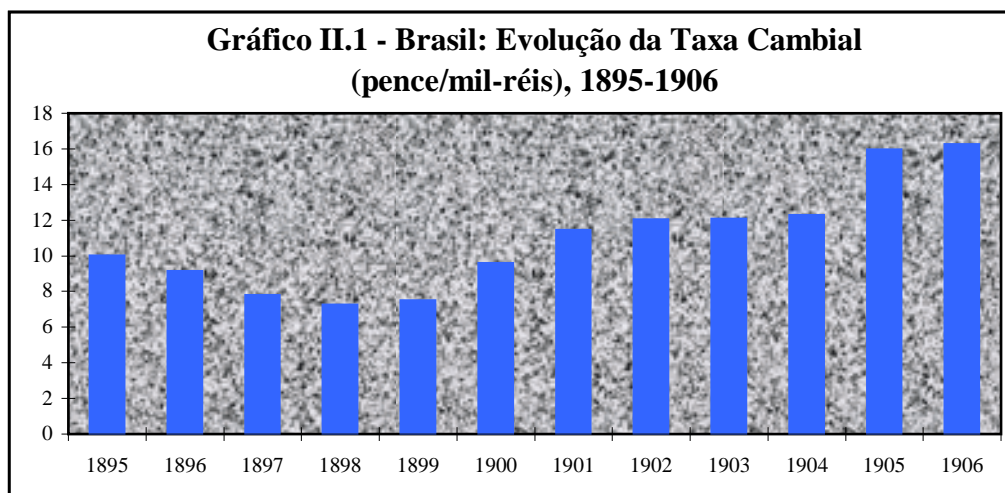
Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

A Tabela II.5 reflete os efeitos da política contracionista do período Campos Sales: a redução do meio circulante, que foi colocada em prática por meio da lei de 1899 que criou os

<sup>121</sup> “Desde fins de 1900, com a precocidade prejudicial que nunca pôde ser evitada, colocou-se o problema da sucessão. A condição, que a princípio pareceu exigível pelos meios dominantes, era a de que o futuro presidente deveria ser um republicano histórico. Essa exigência, possivelmente, obedeceria ao propósito de afastar uma terceira candidatura paulista, no caso a de Rodrigues Alves, que era a mais provável, pela posição por ele ocupada [de presidente do estado de São Paulo] e pela notoria preferência de Campos Sales. Este, embora considerasse justificável a tese, preferia ver no candidato sobretudo um administrador capaz e comprometido a continuar a sua obra de restauração financeira. Rodrigues Alves, indubitavelmente, preenchia as duas condições”. Cf. **Afonso A. de M. Franco. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973, volume I, p. 174. Sobre a escolha de seu sucessor ver **M. F. de Campos Sales. Op. cit.**, 1983, cap. 12.

fundos de garantia e resgate do papel-moeda, o que, no entendimento de Murtinho e Bulhões, é o que possibilitou a valorização cambial verificada no período e que apresentamos no Gráfico II.1. Além do mais, as condições das finanças públicas já se apresentavam razoáveis, especialmente por conta do desafogo que a execução do plano fiscal do *funding* possibilitou, mas principalmente pela restauração da cobrança em ouro dos direitos alfandegários. No entanto, estas eram medidas que, inexoravelmente, levaram à redução da atividade econômica<sup>122</sup>.

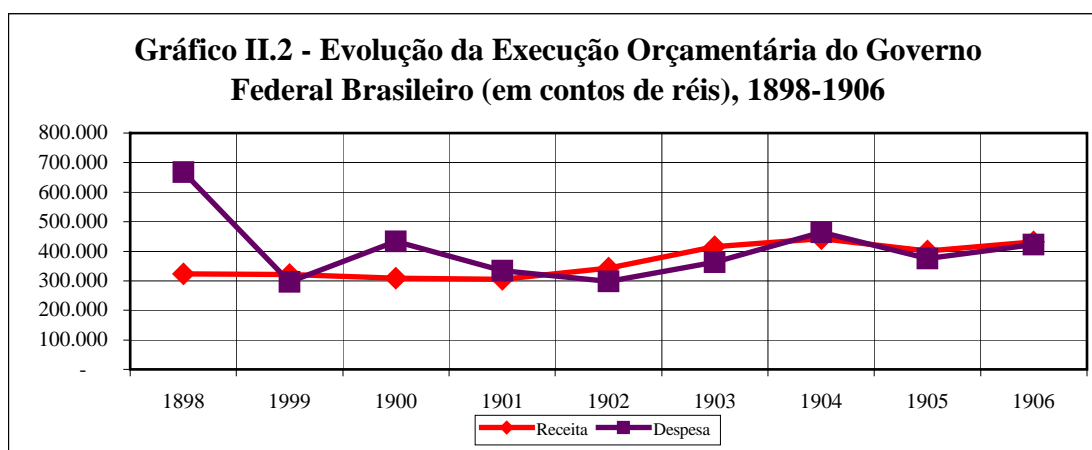
A manutenção de alguns aspectos do ajuste recessivo no quadriênio 1902-1906 foi realizada também por um paulista que, por conta do agravamento da crise cafeeira, passou a enfrentar muitas hostilidades em seu estado natal. No entanto, o titular da pasta da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, conseguiu não somente manter as condições de equilíbrio financeiro do governo, como promover uma política de retomada de parte dos investimentos públicos não realizados na gestão anterior. Isso ocorreu especialmente na Capital Federal, onde foi realizada uma remodelação urbana, com a reforma da área central da cidade e do porto do Rio de Janeiro.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354.

<sup>122</sup> “As principais medidas foram: a execução do acordo de consolidação da dívida externa e a restauração da cobrança em ouro dos direitos alfandegários. A primeira permitiu reduzir substancialmente as despesas governamentais. Ao mesmo tempo, obedecendo à cláusula contratual, forçava a redução do meio circulante pela retirada de dinheiro de circulação na proporção da emissão dos títulos do acordo. A segunda era uma maneira de, proporcionando recursos em moeda estrangeira ao Governo, desvincular eliminação do déficit orçamentário. Mas a contenção mais forte ocorreu nas despesas autônomas do Governo. As despesas de consumo do Governo foram reduzidas: em 1902, encontravam-se, em termos absolutos e a preços correntes, a um nível 44 por cento mais baixo que em 1897-1898. O corte mais drástico foi feito nas despesas de investimento público: em 1902, representavam cerca de um terço dos níveis de 1898, já bastante baixos”. Cf: **Annibal V. Villela & Wilson Suzigan. Política do Governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 100-101.

No governo Rodrigues Alves ocorreu a retomada do crescimento da economia, saindo do ajuste recessivo com alguma margem de manobra, na medida em que a situação cambial já era mais confortável. As contas públicas, como está apresentado no Gráfico II.2, consolidavam-se em patamares aceitáveis; e o setor externo assistia à retomada dos fluxos de capitais<sup>123</sup>, além da estabilidade da situação do café entre 1903 e 1905 e da expansão da exportação de borracha, que apresentou um saldo de pouco mais de cinco milhões de libras em 1898 para atingir quase quatorze milhões e meio em 1906.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Leopoldo de Bulhões lembrava em seu Relatório ministerial de 1903, que isso somente foi possível por conta do ajuste que foi seguido nos anos anteriores: “A situação financeira melhorou consideravelmente no quadriênio findo, graças aos esforços do Congresso e do Poder Executivo, os quais, mantendo completa unidade de vistas e de ação, e encontrando apoio firme nas classes produtoras, conjuraram o perigo que nos ameaçava. A experiência dura e amarga operou a conversão dos espíritos que obstinavam em apregoar as falácias do regime das emissões de papel-moeda e muitos deles tomaram a iniciativa de propor ao Congresso a incineração das notas que fossem retiradas da circulação em virtude do acordo londrino”. Diz ainda que, “reduzida a circulação, diminuídos os encargos em ouro, criada a renda desta espécie e desenvolvida a renda interna, a situação aflitiva e desesperadora

<sup>123</sup> Como lembra Topik, “é preciso compreender que a recuperação do mil-réis não ocorreu apenas em função da redução do volume de papel em circulação, como muitos achavam. O fim da depressão mundial, em 1897, liberara o capital europeu para exportação, o que ajudou o Brasil a obter uma balança de pagamentos favorável”. Cf: **Steven Topik. A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 50.

converteu-se em situação mais ou menos folgada; o meio circulante valorizou-se e a taxa cambial subiu, tornando-se estável e firme; a cotação dos nossos títulos elevou-se, atestando o ressurgimento de nosso crédito e a confiança renasceu, habilitando-nos a levantar capitais para melhoramentos de máxima importância”<sup>124</sup>.

**Tabela II. 6 – Dívida Externa Consolidada da União, 1898-1920**

Anos	Números em Libras Esterlinas	Crescimento em relação ao ano anterior (em %)
1898	35.731	2,9
1899	38.639	7,5
1900	41.009	5,8
1901	57.029	28,1
1902	57.029	0,0
1903	65.752	13,3
1904	65.364	-0,6
1905	69.847	6,4
1906	69.821	0,0

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.424.

Segundo Afonso Arinos, a postura de Leopoldo de Bulhões sempre foi de defesa da política de equilíbrio das contas públicas, câmbio ao par e inflação baixa. Entretanto, no governo de Rodrigues Alves, sua obrigação era garantir os recursos para a retomada dos investimentos, mas “sem déficit orçamentário, sem queda do câmbio, sem inflação”. A felicidade deste governo foi que ocorreu a retomada dos fluxos de capitais, como podemos verificar pela Tabela II.6 (por intermédio do crescimento significativo da dívida pública no período, especialmente nos anos de 1901 e 1903), para a América Latina justamente neste período e, além disso, o país já contava com uma situação de relativa tranquilidade no que diz respeito à política fiscal, monetária e cambial. Por isso, talvez, possamos dizer que “partidário que sempre foi da política de equilíbrio e, mesmo, de saldos orçamentários do câmbio firme, da moeda forte, Rodrigues Alves não se aproximou da inflexibilidade de Joaquim Murinho e

<sup>124</sup> Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1903**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p. VII.

Campos Sales, que tão grandes aflições trouxe às forças produtoras e tantos sacrifícios infligiu ao povo”<sup>125</sup>.

Dessa forma, o período entre 1898 e 1906 contou com dois presidentes paulistas que promoveram uma política econômica profundamente articulada com os interesses de defender as posições do Estado republicano em formação. Esta forma de encarar a crise causou constrangimentos para a elite cafeeira paulista, controladora do aparelho estatal, pois sua base política (os lavradores), concomitantemente à obra saneadora de Campos Sales e Joaquim Murinho, Rodrigues Alves e Leopoldo de Bulhões, enfrentava profundas dificuldades com a queda de preços do café e com a apreciação cambial. No entanto, apenas em 1906 é que a elite cafeeira paulista tomará postura em relação à crise de preços do café.

A esta altura, o Estado republicano já estava a salvo da crise que poderia tê-lo levado à insolvência – à custa de uma bruta recessão – e as medidas ortodoxas, do ponto de vista das elites, haviam deixado duas conseqüências: a primeira foi a crise bancária de 1900 que destruiu a praça financeira do Rio de Janeiro e fez sumir do mapa os bancos do período emissionista do início da República; a segunda conseqüência foi que a alta cambial e a queda dos preços do café “fizeram com que o debate sobre a necessidade de intervenção oficial no mercado do produto se transformasse na questão central da política nacional”<sup>126</sup>, e colocasse em cheque as próprias medidas ortodoxas.

## **2-) Ação Estatal na Valorização do Café e na criação da Caixa de Conversão**

Daquelas três questões que punham em risco o futuro da República no início do governo de Campos Sales, a única que continuou em aberto era, como vimos, a referente ao problema do café, visto que a *Política dos Governadores* e o *funding loan*, de qualquer maneira, resolveram as outras duas aos moldes daquilo que era interesse da elite cafeeira paulista. Dessa forma, a crise cafeeira, subordinada pela elite paulista aos interesses de salvaguarda do Estado nos anos entre 1898 e 1906, acabou emergindo à ordem do dia no fim do governo Rodrigues Alves.

---

<sup>125</sup> Cf: Afonso A. de M. Franco. *Op. cit.*, 1973, volume II, p. 440 e 442.

<sup>126</sup> Cf: Winston Fritsch. “Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914”. In: Paulo Neuhaus (coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 264.

As propostas de resolução da crise do café surgem aos montes. Em 1903, além daquelas apresentadas no Congresso Nacional<sup>127</sup>, aparece também uma proposta alternativa na Sociedade Paulista de Agricultura. Seu autor foi Alexandre Siciliano. Este era um industrial importante, dono da maior fundição e da maior oficina mecânica do estado de São Paulo. Imigrante, vindo da Itália, Siciliano arranhou ótimo casamento em Piracicaba, onde viveu a infância e juventude, com a filha de grande fazendeiro da região, recebendo, então, generosas doações de fundos dos parentes de sua esposa. Segundo Dean, Siciliano ilustra uma “característica significativa dos industriais em suas relações com os lavradores: a tendência para juntar fortunas de ambos através do casamento”. Diz ainda que “a elite agrária freqüentemente condescendia em estabelecer alianças com a nova classe industrial, e os industriais freqüentemente adquiriam terras, não só para rematar a sua busca de integração vertical, mas também para tentar atingir o nível máximo de *status* cujo sentido já traziam de sua terra natal e tornavam a encontrar no Brasil”<sup>128</sup>.

O plano proposto por Alexandre Siciliano defendia a união dos comerciantes de café, sendo eles nacionais ou estrangeiros, para a aquisição do produto “defendendo o combate à crise por meio de um poderoso sindicato que operasse livremente, sem ofensas aos interesses no comércio do café. O principal objetivo do plano era fixar, por um período de oito anos, um preço mínimo por dez quilos, além de suspender as plantações durante o período do contrato. O sindicato deveria adquirir pelo menos dois terços da produção anual, tudo perante garantia do governo federal”<sup>129</sup>.

Naquele instante, o modelo arquitetado por Siciliano chamou a atenção da elite cafeeira paulista<sup>130</sup>, mas a recuperação dos preços nos anos de 1904 e 1905, colocaram-no em segundo plano, na medida em que os interesses desta elite estavam contemplados na política econômica em curso. A crise realmente se apresentou com as floradas dos cafeeiros para a safra de 1906. Os grupos ligados à lavoura são os primeiros a se manifestar em torno da necessidade de se buscar uma solução imediata. Importante lembrar que naquele momento

---

<sup>127</sup> Uma delas é a de Alfredo Ellis no Senado, a outra de Cândido Rodrigues na Câmara dos Deputados. Uma discussão de ambas encontra-se no Capítulo I deste trabalho.

<sup>128</sup> Cf. **Waren Dean**. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º Volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 275.

<sup>129</sup> Cf. **Renato M. Perissinotto**. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp; Campinas, SP: Unicamp, 1999, tomo II, p. 68.

<sup>130</sup> Silva Teles, Olavo Egídio de Souza Aranha, Siqueira Campos, João Pedro da Veiga Filho, Carlos Botelho, Augusto Ramos, entre outros se manifestaram a favor do plano. Cf. **Idem**. *Ibidem*, tomo II, p. 68-75.

(1905), segundo Holloway<sup>131</sup>, o suprimento visível de café beirava as dez milhões de sacas, enquanto o consumo mundial atingia pouco mais de dezesseis milhões, com a produção brasileira estimada para 1906 entre dezesseis e dezessete milhões (e acabou atingindo, na verdade, vinte milhões), a situação dos preços do café poderia chegar a níveis abaixo daquele considerado mínimo para cobrir os custos de produção<sup>132</sup>.

Neste contexto é que surge a proposta de valorização do café preconizada no chamado Convênio de Taubaté, já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, mas vale a pena retomar em alguns aspectos. Era uma proposta diferente daquela apresentada por Alexandre Siciliano, visto que defendia como fundamental para o projeto duas condições que contradiziam o texto do industrial paulista: i) domínio do Estado sobre os estoques comprados pelo preço mínimo estipulado; e ii) a criação de um aparelho de fixação cambial a 12 pence por mil-réis, a Caixa de Conversão.

Estas eram propostas que se enquadravam naquelas que, segundo Flávio Saes, respondiam aos interesses da lavoura. As principais reivindicações dos fazendeiros de café eram, evidentemente, preços externos mais compensadores associado a uma moeda nacional desvalorizada, na medida em que isso renderia uma quantidade maior de mil-réis. Por isso, afirma Saes, que existiam claras “cisões no interior do grupo de fazendeiros de café”, como já vimos, e que “a política econômica implementada pelo Governo Federal não responde exclusiva e imediatamente à proposição dos fazendeiros de café”<sup>133</sup>.

Por outro lado, o grupo do grande capital cafeeiro, com atividades diversas, mas comandada pelo capital mercantil, defendia a presença e a iniciativa dos grupos privados num programa de defesa do café, na medida em que a situação da safra de 1906 exigia alguma ação, e a idéia da fixação cambial deveria ser discutida separadamente do programa de valorização do café. A intervenção do Estado seria restringida a recolher os impostos e servir de fiador dos empréstimos externos necessários à defesa<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> Cf: **Thomas Holloway**. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 101.

<sup>132</sup> “O consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, o que mostra que o estoque disponível no início da safra já representava cerca de  $\frac{3}{4}$  desse consumo. Mas já em 1906/07 a situação iria piorar muito mais, pois a safra se antecipou com uma florada de proporções até então desconhecidas e o Brasil tomou consciência de que se colheria, num só ano, mais café do que o mundo todo podia beber. Quando ficou claro que esta safra não seria inferior a 20 milhões de sacas, começou-se a pensar seriamente numa forma de intervenção que preservasse a lavoura cafeeira do desastre”. Cf: **Antônio Delfim Netto**. *Op. cit.*, 1976, p. 37-38.

<sup>133</sup> Cf: **Flávio A. M. de Saes**. “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)”. *Revista Brasileira de História*, v. 01, nº 02, 1981, p. 244.

<sup>134</sup> Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Op. cit.*, 1999, tomo II, 62-75.

Como sabemos, o governo Rodrigues Alves era absolutamente contrário ao projeto de valorização do café. Dizia o titular da pasta da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, que “é certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo à produção; mas além de efêmera e transitória, tal perturbação só afeta mais acentuadamente os interesses de uma classe – a da lavoura”. Portanto, é desse grupo que vinha a oposição à política econômica de elevação cambial e recuperação das contas públicas. No entanto, “ninguém dirá que seja razoável e justo sobrepor-se os interesses da reduzida fração de uma classe aos de todo um país, principalmente se atendermos a que a pretensa lesão desses interesses não passa de errônea compreensão dos fenômenos econômicos”. Logo, se pergunta Bulhões: “não seria risível afirmar-se que a baixa do câmbio, reveladora de enfraquecimento da produção, poderia determinar o desenvolvimento da mesma produção? Que da depreciação da moeda, sintoma inequívoco de decadência econômica e de descrédito público, pudesse surgir o florescimento das indústrias e a riqueza nacional?”<sup>135</sup>.

Este discurso, como observamos no capítulo primeiro, foi abandonado pela elite cafeeira paulista no ano de 1906 em defesa de uma política que, ficou evidente, poderia ser muito mais vantajosa economicamente num contexto de retomada dos fluxos financeiros internacionais. No entanto, era necessário reorganizar o poder estatal no sentido de permitir a emergência de uma nova doutrina em política econômica, sem embaraços ao projeto que estava em andamento.

Para isso, era necessário afastar o presidente Rodrigues Alves<sup>136</sup> do controle do processo sucessório, visto que este se recusava a dar apoio ao Convênio de Taubaté, especialmente à questão da criação da Caixa de Conversão, conseguindo impor a separação dos dois projetos, como também acompanhamos no primeiro capítulo. Campos Sales surgiu como nome para um novo mandato no momento em que declarou apoio ao programa de valorização. Além dele, São Paulo tinha o nome de Bernardino de Campos; Rui Barbosa se lançava pela Bahia e Afonso Pena era o nome dos mineiros.

---

<sup>135</sup> Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1906.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. VI-VII.

<sup>136</sup> “Aos poucos, Rodrigues Alves ia percebendo o isolamento em que se encontrava em relação ao tema, nas hostes do PRP. Ao saber da adesão de Campos Sales ao instituto, percebia que o apoio da elite paulista ao seu governo, em fim de mandato, estava ruindo. Não tardaram as comprovações de suas suspeitas. Em função de suas antigas ligações com Pinheiro Machado, Francisco Glicério prestou também seu apoio à Caixa de Conversão, ao lado do Presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá, o qual ameaçava recorrer à revolução, caso a operação, como um todo, não fosse viabilizada”. Cf. **Cláudia M. R. Viscardi. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”.** Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 156.



Todo o processo de escolha foi determinado pela posição que os nomes tomavam em relação à defesa do café. Bernardino de Campos saiu do páreo quando, em junho de 1905, se manifestou em entrevista concedida ao jornal *O País*, contrário ao intervencionismo e à fixação cambial. Campos Sales retirou-se da disputa um pouco antes, em março de 1905, mas publicamente apenas em agosto; mesmo mês em que Bernardino desiste da sua candidatura já derrotada. O nome de Afonso Pena, vice-presidente da República, ganhou o apoio do *Bloco* de Pinheiro Machado e, em seguida, dos paulistas, após sua declaração de apoio ao projeto de valorização do café. Assim, Rui Barbosa ficou isolado e acabou cedendo à chapa Afonso Pena e Nilo Peçanha. É evidente o papel decisivo do gaúcho Pinheiro Machado no momento em que São Paulo e Minas Gerais se encontraram em lados opostos; a desistência de Campos Sales levou Machado a se aproximar da candidatura mineira e acabou determinando inclusive o apoio paulista ao candidato, quando este se declarou de acordo com a defesa do café<sup>137</sup>.

A vitória de Afonso Pena e a aprovação do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão (com uma taxa de emissão em 15 pence por mil-réis) apontavam para mudanças radicais na política econômica. O Brasil deixaria de praticar uma política cambial orientada para a alta para estabelecer um tipo fixo; deixaria de ter uma política monetária ativa, de controle e redução do meio circulante, para atrelá-la ao desempenho das contas externas; o dispêndio com a defesa do café anunciava um novo cenário na política fiscal, possivelmente muito mais frouxa e indisciplinada.

A montagem do seu governo atendeu a esta expectativa; os cargos principais foram ocupados por um grupo de políticos jovens, que tinham tomado parte a favor das mudanças nos rumos econômicos, e no caso de alguns deles, até podem ser considerados protagonistas durante os debates no Congresso Nacional. David Campista, o principal nome, assumiu a pasta da Fazenda, justamente para colocar em prática o regime monetário e cambial que defendeu no Parlamento com a criação da Caixa de Conversão.

O governo Afonso Pena, ironicamente chamado de *Jardim da Infância*, justamente por conta da juventude do grupo que se formou em torno do presidente, fez, no campo econômico, com que aquelas intenções iniciais se concretizassem. A Tabela II.7 apresenta os dados referentes ao câmbio durante o regime da Caixa de Conversão, observamos que a fixação do

---

<sup>137</sup> Um sumário do episódio sucessório de Rodrigues Alves é encontrado em **Eduardo Kugelmas**. *Op. cit.*, 1973, p. 213-219. E, bem mais minucioso, há também o relato de **Afonso A. de M. Franco**. *Op. cit.*, 1973, II volume, 524-554.

valor se manteve, objetivo último da política econômica de David Campista, mesmo depois de sua saída do governo em 1909.

**Tabela II.7 – Média Anual da Taxa Cambial (pence/mil-réis e mil-réis/libra), 1906-1914**

Anos	pence/mil-réis	Mil-réis/libra
1906	16,18	14\$826
1907	15,21	15\$770
1908	15,15	15\$835
1909	15,15	15\$835
1910	16,23	14\$783
1911	16,10	14\$898
1912	16,15	14\$855
1913	16,10	14\$898
1914	14,69	16\$220

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.354.

A fixação do câmbio, é importante lembrar, determinava uma nova forma de lidar com os recursos externos, isto é, a expansão monetária tornava-se dependente de saldos na balança comercial e, principalmente, de fluxos de capitais estrangeiros. A retomada de investimentos forâneos era essencial para a estruturação do novo regime.

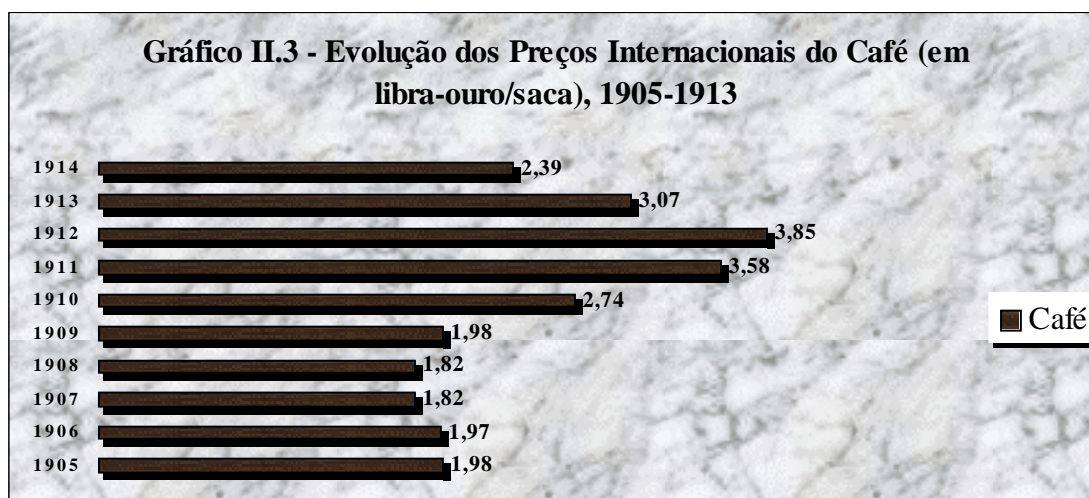
Evidentemente sabendo disso, Campista dizia que a Caixa de Conversão teria a sua função mesmo sem a entrada de recursos externos, visto que isso significaria, na sua visão, que a economia não demandava uma taxa cambial mais alta do que quinze pence por mil-réis e, sendo assim, deveria entrar em ação o fundo de resgate do papel-moeda, para salvaguardar a taxa a este patamar recorrendo à retirada de papel-moeda desnecessário e, dessa forma, não deixá-la flutuar abaixo de 15 pence. Dessa forma, a Caixa, associada aos outros mecanismos de operação cambial e monetária que já possuíamos especialmente os fundos de garantia e resgate do papel-moeda, garantiriam o principal interesse naquele momento para a produção nacional: a estabilidade do câmbio<sup>138</sup>.

A forma de funcionamento da Caixa de Conversão, isto é, trocar cambiais por uma emissão de moeda de curso legal a uma taxa fixa e, de resto, de todo o mecanismo de operação em moeda internacional do Brasil neste momento era feito em papéis, isto é, os recursos em

<sup>138</sup> Afirmava Campista em seu primeiro relatório como ministro da Fazenda: “O que a lavoura precisa, como precisam o comércio, a indústria e todas as forças produtoras da nação, é libertar o trabalho dessa especulação forçada em que se agita, dessa insegurança enervante que decorre, como efeito necessário, das flutuações cambiais”. Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda. Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David Campista no ano de 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. XVI.

ouro que o país angariava no comércio exterior ou com empréstimos e investimentos estrangeiros, eram incorporados no país por meio da emissão sobre títulos nas praças financeiras mundiais, a moeda sonante em si nunca vinha para o Brasil. Os chamados saldos da Caixa de Conversão eram, na verdade, papéis emitidos contra os recursos existentes no exterior. Portanto, a idéia de que a nota da Caixa podia ser trocada por moedas de ouro quando apresentadas deve ser bastante relativizada, pois, na realidade, como diz claramente Afonso Costa, um dos homens públicos mais críticos em relação à Caixa de Conversão, a operação dela, em si, era uma ficção<sup>139</sup>.

Entretanto, apesar do ministro Campista dizer o contrário, a Caixa necessitava de entrada de recursos (fossem eles reais ou virtuais) para poder emitir. Isso significa que a condição de funcionamento dela dependia fundamentalmente do comportamento de duas variáveis importantes: o saldo da balança comercial e o fluxo de capitais externos.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.378.

Nesse sentido, a recuperação dos preços do café era essencial para que o mecanismo monetário-cambial da Caixa de Conversão funcionasse. Este quadro de melhoria dos preços somente se confirma, como percebemos com o auxílio do Gráfico II.3, com a entrada dos comerciantes estrangeiros e, com eles, do capital necessário para uma operação de tal monta em fins de 1908. O grande empréstimo de 15 milhões de libras para São Paulo (lembrando que, por falta de capital e interesse, Minas e Rio de Janeiro já haviam abandonado o projeto)

<sup>139</sup> Cf. **Afonso Costa. A Caixa de Conversão e a taxa cambial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, especialmente o capítulo “Origens da Caixa de Conversão: seus fins e sua ação”.

se realizou, como discutimos no primeiro capítulo, sob a garantia federal e foi operado por um sindicato dos grandes comerciantes de café<sup>140</sup>. Com ele, foi possível estocar o café necessário e retirá-lo do mercado até que as condições de menor oferta recuperassem os preços do produto, ou seja, o plano verdadeiramente posto em prática foi o arquitetado por Alexandre Siciliano em 1903 e que tinha recebido o caloroso apoio da elite cafeeira paulista na ocasião (lembrando que a lavoura ainda foi obrigada a pagar a sobretaxa não mais de 3, mas agora de 5 francos sobre cada saca de café exportada). Para melhorar a situação para a elite cafeeira, após a safra monstro de 1906, de mais de 20 milhões de sacas, o Brasil, como era de se esperar, produziu muito menos nos anos posteriores: 11 milhões em 1907; 12,9 milhões em 1908; 15,3 milhões em 1909; e 10,8 milhões em 1910; para um consumo mundial entre 17 e 18 milhões de sacas. Isso fez com que o estoque visível no mundo caísse de 16,3 para 11,0 milhões de sacas.

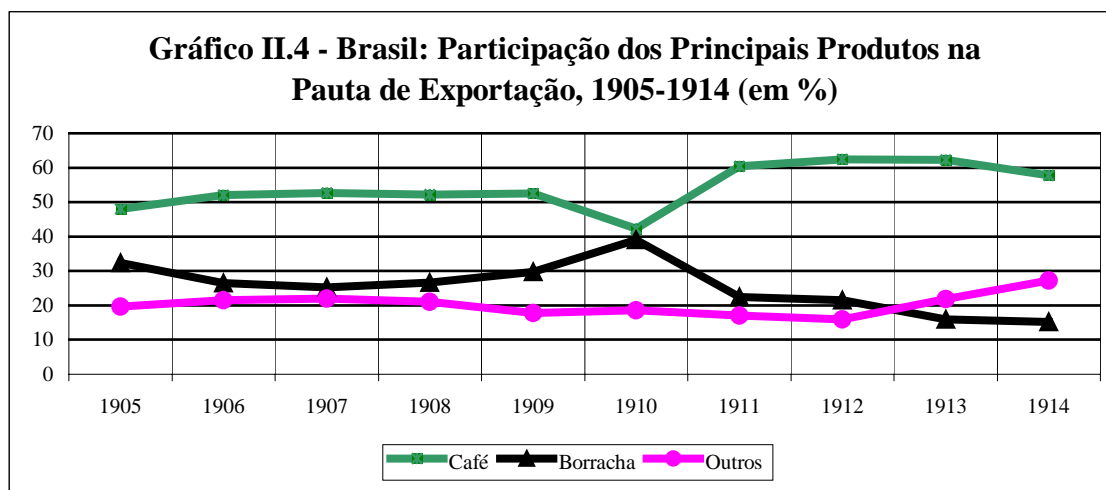
Entretanto, não foram apenas a recuperação dos preços do café que permitiram o aumento do valor adquirido com as exportações. O ciclo da borracha, como, de resto, todo “milagre brasileiro”, foi efêmero, mas intenso (como podemos verificar no Gráfico II.4). Afirmam Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato que “quando, a partir da segunda metade do século XIX, o mercado apresentou condições favoráveis ao consumo da goma elástica, o Brasil respondeu quase imediatamente. O aproveitamento industrial da borracha na Europa e nos Estados Unidos fez com que, na Amazônia, todo o interesse convergisse para a exploração de tal produto. A lavoura entrou em colapso, abandonou-se o sítio, o cacau, o cafezal, o engenho, para estabelecer-se o seringal. Todas as energias se deslocaram das tarefas agropecuárias para a extração do látex das héveas. A floresta sofreu a grande ofensiva, os rios onde os seringais foram sendo construídos tiveram suas margens quase inteiramente ocupadas; a borracha foi responsável não apenas pela importância que a região amazônica assumiu na

---

<sup>140</sup> Lembra Holloway que “a diferença entre os princípios do Convênio e a valorização que teve lugar de fato, não é uma simples questão de precisão histórica. Em linhas gerais, o Convênio de Taubaté visava um esforço conjunto, entre os governos estaduais e federal, a fim de defender os produtores brasileiros dos efeitos da especulação comercial em períodos de excesso de oferta no mercado. A valorização que foi na realidade posta em prática, foi uma cooperação, entre o estado de São Paulo e os negociantes estrangeiros de café, na dependência de um respaldo financeiro destes mesmos negociantes e dos bancos privados dos países consumidores. O governo federal e os governos dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais tinham uma participação limitada e cheia de restrições”. Cf: **Thomas Holloway**. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61.

economia brasileira desse período, como também pela sua projeção no mercado internacional”<sup>141</sup>.

No ano de 1910, pico das exportações brasileiras de borracha, o país enviou ao exterior 38,5 milhões de toneladas do produto que, com o preço de quase 640 libras-ouro por tonelada, rendeu ao Brasil 24,6 milhões de libras esterlinas em divisas. Em comparação, o café havia conseguido naquele ano uma receita de 26,7 milhões, ou seja, quase que a borracha deixa o café para trás em receitas de exportação, algo que não acontecia ao “ouro negro” desde meados do século XIX.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.379-80.

Ocorre que a borracha brasileira entra em profunda crise com o crescimento da concorrência internacional, especialmente a partir de meados da década de 1910. As tentativas de defesa da borracha em escalas iguais às aquelas feitas pelo café redundaram num profundo fracasso, visto que a produção asiática já era superior em número e capacidade técnica e, portanto, a idéia de valorização da borracha baseava-se numa visão irreal do mercado. Além disso, o capital adquirido com o material nunca foi revertido em melhoria das condições técnicas de produção, nem, muito menos, de qualificação da mão-de-obra<sup>142</sup>, o que também contribuiu para que o “sonho da floresta” tivesse um final melancólico.

<sup>141</sup> Cf. **Maria Lígia C. Prado & Maria Helena Capelato**. “A Borracha na economia brasileira da Primeira República”. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º Volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 289.

<sup>142</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 306-307.

**Tabela II.8 – Balança Comercial Brasileira, 1906-1914 (milhões de libras)**

Anos	Exportação	Importação	Saldo/Déficit
1906	53.059	33.204	19.855
1907	54.177	40.528	13.649
1908	44.155	35.491	8.664
1909	63.724	37.139	26.585
1910	63.092	47.872	15.220
1911	66.839	52.822	14.017
1912	74.649	63.425	11.224
1913	65.451	67.166	-1.715
1914	46.803	35.473	11.330

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.359.

Dessa forma, observando os dados da nossa balança comercial contidos na Tabela II.8, percebemos que, por conta da recuperação dos preços do café e do grande *boom* da borracha, a partir de 1909, há um forte incremento em saldos líquidos.

Neste momento, o governo de Afonso Pena já havia terminado em função de seu falecimento no ano de 1909. Com isso, deixam o governo o arquiteto da Caixa de Conversão, David Campista, e todo o *Jardim da Infância*. Antes, porém, Pena havia tentado emplacar a candidatura do seu ministro da Fazenda à presidência da República, que teve o apoio preliminar da elite paulista, mas as oposições dentro do próprio Partido Republicano Mineiro acabaram liquidando esta possibilidade. O desaparecimento de Afonso Pena, assumindo Nilo Peçanha, piorou a situação política, o que levou a um impasse gigantesco quanto à sucessão, sendo resolvida em uma aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra São Paulo.

Voltaremos a esta questão mais adiante, cabe agora, no entanto, discutir o governo Nilo Peçanha pela ótica da política econômica, pois representa a volta da ortodoxia liberal com Leopoldo de Bulhões no Ministério da Fazenda. Foi em suas mãos, em maio de 1910, que a Caixa de Conversão atingiu o limite das emissões de vinte milhões de libras, correspondentes a trezentos e vinte mil contos de réis. Para ele, isso significava que a economia nacional estava preparada para uma elevação cambial, algo que não aconteceu, segundo ele, por conta do mecanismo grosseiro de fixação do câmbio que era a Caixa de Conversão.

No capítulo primeiro, apresentamos como foram encaminhadas as propostas de elevação da taxa de emissão por Leopoldo de Bulhões e a solução que o Parlamento, liderado pela elite cafeeira paulista, conseguiu achar para recuperar as emissões da Caixa. O que nos cabe aqui, neste momento é verificar a que se deve esta rápida explosão de recursos externos

que “encheram as arcas da Caixa”. Além dos saldos da balança comercial em 1909 e 1910 terem crescido bastante (verificar Tabela II.8), o teto das emissões foi atingido (ver o Gráfico I.2 do primeiro capítulo) basicamente por reflexo do fluxo de recursos estrangeiros que entraram no Brasil neste período.

A Tabela II.9 apresenta os dados referentes à concessão de empréstimos estrangeiros ao governo brasileiro. Verifica-se que no período correspondente aos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha (1901-1910), o valor e a quantidade de empréstimos foi a maior durante toda a Primeira República e, também, em relação ao último decênio do Império.

**Tabela II.9 – Número (e valor) dos Empréstimos Estrangeiros Concedidos ao Governo Brasileiro, 1881-1931**

Período	Grã-Bretanha (libras 1.000)	Estados Unidos (\$1.000)	França (FF 1.000)	França (em libras)	Número Total
1881-1890	4 (37.165)	-	-	3	7
1891-1900	3 (19.766)	-	-	2	5
1901-1910	4 (40.139)	-	3 (240.000)	3	10
1911-1920	4 (32.402)	-	2 (85.000)	3	9
1921-1931	3 (28.281)	5 (176.500)	3 (215.000)	3	14

Fonte: **Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes.** “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985, p. 204.

O aumento, inclusive, do investimento direto estrangeiro na primeira década do século XX e nos primeiros anos da seguinte, pode ser medido pelo aumento significativo da quantidade de empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, dado este que encontramos na Tabela II.10. Importante lembrar que este período é o de retomada dos investimentos para a América Latina em grande escala. O exemplo disso é o empresário norte-americano Percival Farquhar, que chegou a construir um verdadeiro império na região por volta do ano de 1912-1913<sup>143</sup>.

<sup>143</sup> “No ápice de sua extraordinária carreira, Farquhar, em 1912/13, controlava os sistemas de transporte da Amazônia (porto de Belém, navegação no Amazonas e Estrada de Ferro Madeira-Mamoré) e do Centro-Sul do país (os portos do Rio, Paranaguá e Rio Grande, as estradas de ferro Paulista, Mogiana, Sorocabana, São Paulo-Rio Grande e Auxiliare), serrarias, fazendas de gado, frigorífico e hotel. Não é de espantar que tal concentração de controle da propriedade nas mãos de um estrangeiro, ou melhor, de um grupo estrangeiro – o Sindicato Farquhar – deveria provocar uma reação defensiva de caráter nacionalista de parte dos que temiam com razão, o domínio total de nossa economia por interesses alienígenas”. Cf: **Paul Singer.** “O Brasil no contexto do capitalismo internacional”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano (Volume 1: Estrutura de Poder e Economia). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 385.

**Tabela II.10 – Origem e Número das Empresas Estrangeiras Autorizadas a Funcionar no Brasil, 1881-1914**

País de Origem	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1914	Total
Grã-Bretanha	42	27	37	54	250
Estados Unidos	9	2	13	34	63
França	6	8	16	15	45
Bélgica	3	6	3	8	20
Alemanha	4	1	5	7	17
Outros	5	4	6	10	25
Total	69	48	80	128	420

Fonte: Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985, p. 204.

Dessa forma, fica evidenciado que a expansão de atividades registrada nesse período estava profundamente associada ao crescimento significativo do investimento estrangeiro. A Caixa de Conversão foi um instrumento importante de garantia para esse capital, isso é decisivo pois significa que este não penetra na economia brasileira simplesmente por imposição da lógica do imperialismo, mas trata-se também de uma opção interna, tomada ao nível da política econômica, para defender os interesses da elite cafeeira paulista, elo de ligação com este capital estrangeiro, no sentido de internacionalizar a economia para financiar seus negócios<sup>144</sup>.

Desse modo, a expansão da economia brasileira ficou condicionada a entrada de recursos externos, visto que era este que garantia a manutenção do câmbio fixo e, também, a expansão ou contração do meio circulante. Esta política era extremamente pró-cíclica, ou seja, os recursos externos determinavam o ritmo de atividade interna, na medida em que no período entre 1906 e 1913 a economia mundial encontrava-se em expansão, o Brasil e, especialmente, o complexo cafeeiro, foram profundamente estimulados, recebendo doses gigantescas de financiamento.

A volta de Bulhões ao Ministério da Fazenda em 1909-1910, era um grande risco para esta estrutura econômica que estava montada em torno do regime da Caixa de Conversão.

<sup>144</sup> Afirma Saes que “a forma escolhida para sustentar o preço internacional do café – compra de excedentes com empréstimos obtidos no exterior – surgia como a única forma de não comprometer os resultados da política monetária e cambial vigente desde o *funding loan*. Porém, devemos notar que, voltada à defesa do preço do café, a política de valorização não parece ser resultado apenas da pressão dos cafeicultores. Pelo contrário, das operações participam não só banqueiros europeus e norte-americanos como também elementos ligados à comercialização do café (exportadores, torradores) a denotar seu comprometimento com uma ‘indústria’ que não podia perder sua base, ou seja, a própria produção cafeeira. Importa-nos notar, aqui, que ao incluir o capital estrangeiro como financiador das operações valorizadoras dava-se mais um passo no sentido da internacionalização da economia”. Cf: Flávio A. M. de Saes. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 211.



Entretanto, a sua tentativa de, apesar de deixar alguns estragos quando demorou em reabrir a Caixa depois de atingido o limite de emissão e a nova lei de funcionamento do aparelho que determinou uma nova taxa (16 dinheiros por mil-réis), retomada da doutrina liberal ortodoxa, foi contida no Parlamento pela elite paulista e seus aliados (ver Capítulo I).

A sucessão de Afonso Pena e, posteriormente à sua morte, de Nilo Peçanha é geralmente entendida como o momento mais crítico da relação entre os dois estados mais poderosos da federação: São Paulo e Minas Gerais. Afonso Pena, mesmo antes de morrer, não havia conseguido emplacar a sua candidatura, que era a do ministro David Campista<sup>145</sup>, por conta da oposição, como já dissemos, dos próprios mineiros.

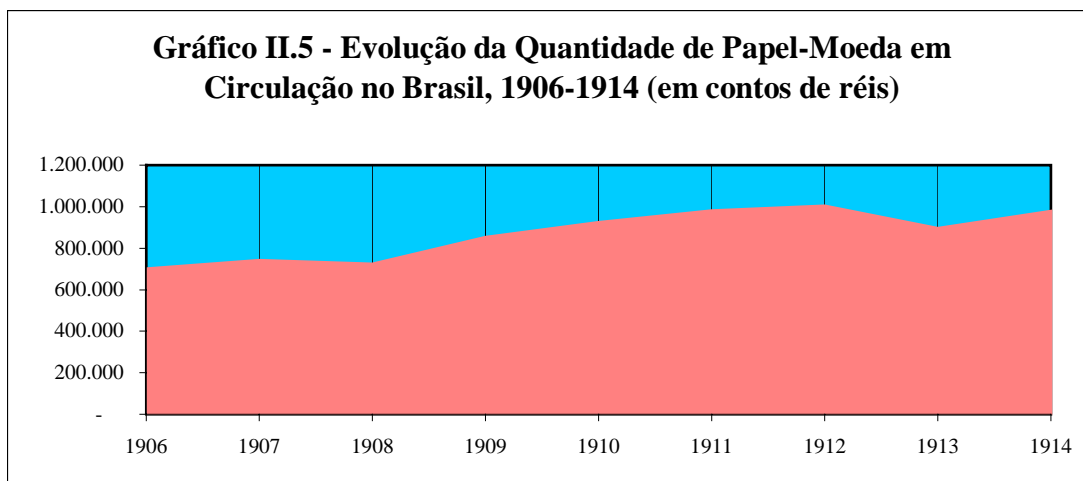
O fato é que a partir de então, a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca se fortalece com a união de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul de Pinheiro Machado. São Paulo lança Rui Barbosa e a chamada campanha civilista, ou seja, contrária a um governo militar. A vitória de Hermes da Fonseca representa o poder que, definitivamente, Pinheiro Machado passa a ter grande poder na política nacional como líder do *Bloco*<sup>146</sup>.

A política econômica do novo governo seguiu, de uma maneira geral, a mesma que vinha sendo colocada em prática desde 1906. Isto é evidente observando os números. No que tange ao meio circulante, percebemos, pelo Gráfico II.5, que a entrada de recursos externos permitiu um forte incremento de papel-moeda na economia nacional, financiando, dessa forma, o ritmo da atividade econômica interna. Saiu-se, portanto, de uma economia com restrições de meios de pagamento entre 1898 e 1906 para uma em que a expansão do setor externo determinava o aumento do meio circulante. Em 1906 existia, em circulação, cerca de 700 mil contos de réis, já em 1912, este número era de mais de 1 milhão de contos.

---

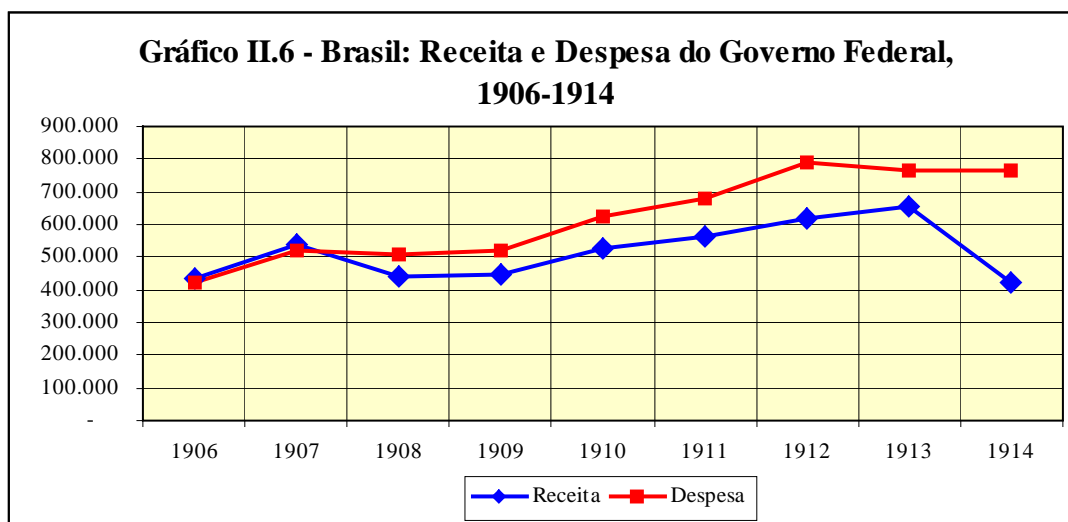
<sup>145</sup> O biógrafo de Campista escreve um capítulo sobre a candidatura frustrada do jovem financista para concluir com Alcântara Machado que “a democracia foi sempre o triunfo das mediocridades”. Cf: **Antônio Gontijo de Carvalho**. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1968, p. 102-107. Viscardi procura dar sentido ao fracasso da candidatura oficial, dizendo que “a rejeição a Campista partiu de dois setores: o primeiro, ligado à situação mineira; o segundo aos membros do Bloco. Os coronéis mineiros não viam Campista como um representante de seus interesses, em função de sua ação autônoma em relação ao PRM, durante o governo Afonso Pena. Os coronéis do Bloco o rejeitavam enquanto símbolo de continuidade dos mineiros no poder. Desde a sucessão anterior, uma regra tácita fora imposta, qual seja a da impossibilidade de o Catete fazer o seu sucessor. Somada a estes obstáculos, estava a fragilidade do Executivo federal”. Cf: **Cláudia M. R. Viscardi**. *Op. cit.*, 2001, p. 209.

<sup>146</sup> A discussão sobre o processo de sucessão de Afonso Pena e a vitória de Hermes da Fonseca encontram-se em **Edgar Carone**. *Op. cit.*, 1971, p. 231-244. E também em **Cláudia M. R. Viscardi**. *Op. cit.*, 2001, p. 175-211.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

Este quadro expansionista é também comprovado com a análise dos dados referentes às finanças públicas. No período 1898-1906, o quadro foi de contenção de despesas e recuperação das receitas, o que resultou em equilíbrio fiscal. Estes já não são os resultados especialmente a partir de 1908. Os dados do Gráfico II.6 nos ajudam a perceber que a execução orçamentária sob o regime cambial e monetário da Caixa de Conversão era extremamente expansionista, determinando um certo déficit orçamentário.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Os dados positivos do setor externo refletem no crescimento de atividades relacionadas ao complexo cafeeiro, entre as mais importantes, o crescimento da acumulação na indústria<sup>147</sup>. Para Boris Fausto, o crescimento da indústria em São Paulo neste momento está associado diretamente à defesa de preços do café<sup>148</sup>, assim também pensa Warren Dean<sup>149</sup>; para outros autores, a economia cafeeira era um obstáculo ao desenvolvimento industrial, e somente quando havia crise no setor exportador é que a indústria tinha condições de competir com este pelos capitais necessários à sua expansão. A nossa perspectiva centra-se na dinâmica do capital cafeeiro, que construiu uma relação, por assim dizer, contraditória com a indústria. A economia cafeeira gesta a indústria ao “(1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; (2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, (3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis”<sup>150</sup>. Por outro lado, impede o desenvolvimento da indústria na medida em que sua própria posição dominante no cenário econômico estabelece limites para a participação industrial na acumulação de capital<sup>151</sup>.

Dessa forma, nossa idéia é de que o crescimento industrial do período em questão, 1906 a 1914, ocorre sob a acumulação do capital cafeeiro, visto que as altas taxas de rentabilidade financeira conquistadas pelo complexo permitem “vazamentos” para investimentos em projetos industriais. “Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma

---

<sup>147</sup> Para uma análise mais detida do processo de acumulação na indústria neste período ver **Wilson Cano**. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998, capítulo 2.

<sup>148</sup> Cf. **Boris Fausto**. “Expansão do café e política cafeeira”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 1: Estrutura de Poder e Economia. 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 224.

<sup>149</sup> O comércio do café gera a indústria para Dean na medida em que criou as condições básicas de desenvolvimento para que demande a industrialização. Cf. **Warren Dean**. *A industrialização de São Paulo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, cap. 1.

<sup>150</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 105.

<sup>151</sup> Segundo Sérgio Silva, “a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira. Mais uma vez afastamos a noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capitalismo levariam à sua própria destruição. Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral”. Cf. **Sérgio Silva**. *Expansão do café e política cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 112-113.

capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho”<sup>152</sup>.

**Tabela II.11 – Importação de Bens de Capital para a Indústria Brasileira, 1907-1914  
(índice de quantum, 1939=100)**

Ano	Importação
1907	93,0
1908	96,4
1909	102,9
1910	118,7
1911	153,6
1912	205,3
1913	152,6
1914	63,4

Fonte: **A. V. Villela & W. Suzigan.** *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.* 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 440.

A aceleração da taxa de acumulação do período em questão – que pode ser verificada pela Tabela II.11 – indica que os fatores já mencionados: o aumento do gasto público, a manutenção da taxa salarial e, principalmente, a estabilização do câmbio foram fatores decisivos para o crescimento industrial.

Em suma, e no essencial, ao abandonar as políticas ortodoxas dos governos anteriores (1898-1906), o Brasil entrou num período de expansão da atividade interna, ancorado em um novo regime cambial e monetário, representado pela criação da Caixa de Conversão, que vinculava a economia nacional diretamente aos humores do mercado internacional, que, por seu turno, inicia um período de aceleração e crescimento a partir de 1908. No que tange especificamente ao capital cafeeiro e seu complexo, é indiscutível a sua ascensão e crescimento, apoiado pelo câmbio favorável e pela recuperação dos preços do café no exterior a partir de 1909-10. A rentabilidade era grande, o que levou a investimentos maciços em outras atividades que não especificamente a produção de café, a indústria foi uma das maiores beneficiadas neste processo, incorporando forte incremento em bens de capital: é importante lembrar que é neste instante que São Paulo ultrapassa o Rio de Janeiro como maior centro de produção industrial do Brasil.

<sup>152</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello.** *Op. cit.*, 1998, p. 155-156.

No entanto, os mecanismos que geraram este crescimento estavam nitidamente ancorados em um regime cambial e monetário que não suportaria uma crise internacional, dada a dependência deste mecanismo quase que absoluta do fluxo de capital externo e do comportamento das exportações. A elite cafeeira construiu a sua *belle époque* sob bases muito frágeis, e quando a ameaça de uma grande guerra sobreveio, o castelo de cartas começava a ruir.

### **3-) O Fim da Caixa de Conversão e a Segunda Valorização: o Café e a Guerra**

Como acreditamos ter ficado evidente, a condição *sine qua non* para que o processo de expansão da economia fosse mantido sob as mesmas bases com as quais fora construída a partir de 1906 era a entrada de capitais externos, seja sob a forma de divisas adquiridas pelos saldos da balança comercial, seja pelo fluxo de investimentos ou empréstimos estrangeiros. A partir de 1913, estes dois mecanismos de captação de recursos internacionais começaram a arrefecer<sup>153</sup>.

Os instrumentos que a economia brasileira dependia para produzir os resultados econômicos que vinham sendo registrados desde 1906 começaram a sofrer uma reversão cíclica de grandes proporções. Em 1913, o Brasil registra seu primeiro déficit comercial do século XX (verificar Gráfico II.8), este ocorreu em função da queda dos preços do café por conta do fim da política de defesa, visto que tinham atingido 3,85 libra-ouro por saca em 1912, caíram a 3,07 em 1913, 2,39 em 1914 e 1,88 em 1915 e, também, pela redução dos preços da borracha, já que, por sua vez, sofreu um incremento na produção que, combinado com a crise dos Estados Unidos e a instabilidade monetária na Europa, resultou em queda de preços e de quantidade de exportação. O nível de importações, no entanto, manteve-se praticamente o mesmo por conta da ameaça de guerra, o que levou a um déficit ainda inédito no século XX na balança comercial em 1913.

Estas mudanças acabaram forçando retiradas da Caixa de Conversão, fazendo com que “a emissão de notas conversíveis em circulação, que atingira o nível máximo de 419 mil contos em fevereiro, caísse para 107 mil contos até agosto, causando neste período uma

---

<sup>153</sup> “A expansão detém-se, porém, em 1913. A ameaça de guerra promove uma corrida às importações e, ao mesmo tempo, uma queda dos preços internacionais do café, acarretando um déficit comercial inédito. Acrescente-se a isto a fuga de capitais para o exterior, ocasionada, da mesma maneira, pela perspectiva do conflito, para que se possa fazer juízo da gravidade da situação cambial e monetária”. Cf. **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 149.

contração de 9,8% na base monetária”. Inicia-se, dessa forma, “um período de permanente crise de liquidez que se estenderia até a Guerra Mundial, alimentada pela contínua deterioração do balanço de pagamentos”<sup>154</sup>. Ou seja, o padrão-ouro brasileiro começava a desmoronar.

O comportamento do fluxo de capitais externos líquidos seguiu a mesma tendência – associada a crise no centro do sistema –, isto é, também sofreu uma reversão cíclica, que levou a uma queda acentuada da entrada de recursos estrangeiros. Associa-se a tudo isso ainda a retomada dos pagamentos referentes ao *funding loan* de 1898 e de outros encargos contraídos nos anos de prosperidade. Novamente as contas públicas apresentam déficits crônicos, como se pode apreender pelo exame da Tabela II.12, que acusam o desequilíbrio que as finanças públicas passaram a enfrentar.

**Tabela II.12 – Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro (1.000 contos de réis), 1911-1918**

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1911	563,5	681,9	-118,4
1912	615,4	789,2	-173,8
1913	654,4	785,4	-131,0
1914	423,0	766,0	-343,0
1915	404,0	688,0	-284,0
1916	478,0	686,0	-208,0
1917	537,0	736,0	-199,0
1918	619,0	738,0	-119,0

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410.

Era inevitável que esta crise atingisse em cheio a Caixa de Conversão: o mecanismo pelo qual ela funcionava associava-se diretamente a entrada e saída de divisas de ouro (moeda forte) para emissões com lastro, a medida que suas reservas iam sendo exauridas pela retirada dos capitais e pela queda das exportações, o meio circulante era contraído, causando recessão. Para se ter uma idéia do montante desta crise, em 1913 a Caixa de Conversão era responsável por cerca de 40% do meio de pagamento em circulação no país<sup>155</sup>.

Durante o final do Governo Hermes da Fonseca e do ministro da Fazenda Francisco Salles é que se agravou a crise. “Em 1913, com o crescimento das probabilidades de guerra (e

<sup>154</sup> Cf: **Winston Fritsch**. *Op. cit.*, 1980, p. 292.

<sup>155</sup> Ver Gráfico 3.1 de **A. V. Villela & W. Suzigan**. *Op. cit.*, 2001, p. 104.

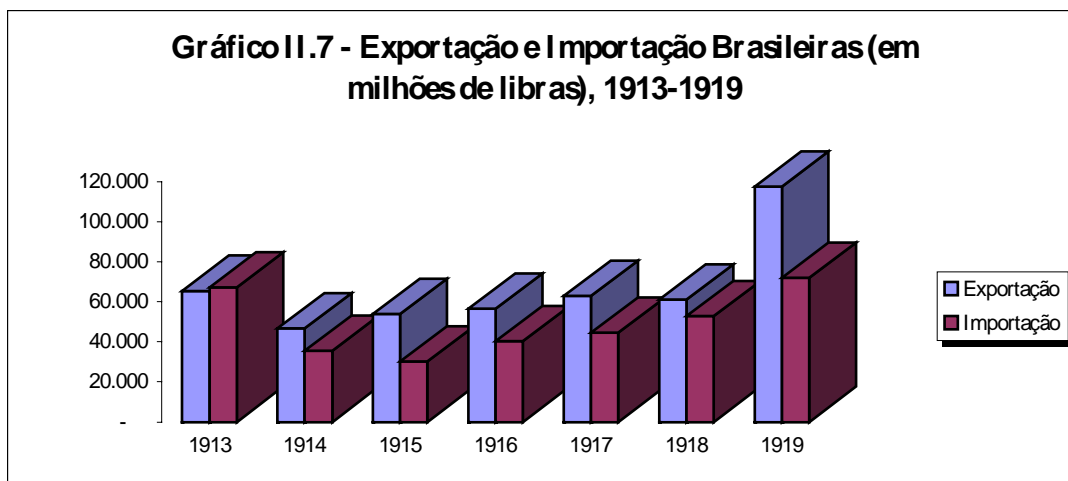
com a ligeira redução do valor das exportações de café), a pressão das importações forçou a baixa da taxa cambial. Este fato precipitou a procura por cambiais sobre a Caixa de Conversão. Para se ter uma idéia desse movimento, basta lembrar-se que as emissões da Caixa de Conversão passaram de pouco menos de 410 mil contos de réis em 1912 para pouco menos de 300 mil contos em 1913, e para mais ou menos 160 mil contos em 1914”<sup>156</sup>. O início da guerra em meados de 1914 acabou sendo o golpe final no mecanismo da Caixa, que é fechada em 15 de agosto, tendo o governo que retomar as emissões de notas do Tesouro. Como resultado, o câmbio começa a desvalorizar-se, passando de 16,1 pence por mil-réis em 1913, para 14,8 em 1914 e 12,6 em 1915.

Assume a presidência da República Wenceslau Brás, com ele o ministro da Fazenda passa a ser Pandiá Calógeras, o mesmo que, durante os debates parlamentares a respeito da Caixa de Conversão e da defesa do café posicionou-se em frontal oposição ao que defendia a elite cafeeira paulista. Calógeras, em seu Relatório de 1915, mostrava-se profundamente preocupado com as quedas das receitas de exportação, mas principalmente, com a diminuição das importações, visto que a principal fonte de recursos do governo federal vinha do imposto alfandegário, além disso, colocava-se, agora, a favor de uma política de emissão, contrária aos seus princípios, mas, do ponto de vista conjuntural, era a única saída para a crise<sup>157</sup>. Evidentemente, esta era resultado da guerra, que nos mantinha distante dos grandes mercados europeus. Realmente, observando os dados do Gráfico II.7, percebemos uma queda radical das importações durante a guerra e são, logo após o seu fim em 1919, retomadas no mesmo patamar, representando uma demanda reprimida importante.

---

<sup>156</sup> Cf. **Antônio Delfim Netto**. *Op. cit.*, 1976, p. 67.

<sup>157</sup> Cf. **Brasil. Ministério da Fazenda**. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. João Pandiá Calógeras no ano de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.359.

Essas quedas na receita nos impõem à negociação de um novo acordo com os credores internacionais. Em outras palavras, para salvar o Estado, o governo federal é novamente impelido a negociar com os credores internacionais um *funding loan*<sup>158</sup>. Um novo acordo para evitar uma moratória unilateral, mas sempre com a contrapartida da subordinação total a uma política monetária e fiscal austera, imposta pelos termos da negociação. Entretanto, não é esta a política que será adotada desta vez e isto por conta dos interesses da elite cafeeira paulista. Vejamos por quê.

Os preços do café continuavam caindo em moeda internacional, tendo seu nível mais baixo no período em questão no ano de 1915 (1,88 libra-ouro). Os estoques da primeira valorização já estavam praticamente todos vendidos, restando apenas o café preso em Havre, que foi negociado apenas em 1918. Diante deste quadro de queda dos preços e, também, pela grande safra de 1917/18, uma nova operação valorizadora do café se inicia em 1917. Entretanto, esta seria diferenciada em relação à de 1906 em um aspecto essencial: seu financiamento, por conta da guerra, foi feito com emissões do Tesouro.

Desde que as políticas ortodoxas dos ministros Murtinho (1898-1902) e Bulhões (1902-1906) tinham sido colocadas em prática que o governo brasileiro não recorria às

<sup>158</sup> “As condições são iguais às do primeiro *Funding*: o capital nominal máximo do empréstimo é de 15 milhões de libras, os títulos emitidos ao par, prazo de 63 anos, juro anual de 5%. A garantia é a Alfândega do Rio de Janeiro e todas as demais, subsidiariamente. Suspende-se a amortização de todos os empréstimos, com exceção do *Funding Loan*. Os juros de todos os empréstimos, vencíveis de 1º de agosto de 1914 a 31 de julho de 1917, são pagos em títulos do novo *Funding*. O governo não pode contrair empréstimo externo até 1º de agosto de 1917; a partir de 1º de agosto de 1927, reiniciam-se os empréstimos suspensos por este novo *Funding*”. Cf: **Edgar Carone. A República Velha** (instituições e classes sociais). São Paulo: Difel, 1970, p. 119.



emissões para financiar seus déficits e, muito menos, para promover uma defesa de preços<sup>159</sup>. Ao contrário, criou-se até o fundo de resgate do papel-moeda para retirar o meio de pagamento que se achava “desnecessário” em circulação. Entrementes, as condições específicas desta medida de valorização do café exigiam esta forma de financiamento<sup>160</sup>.

Com a entrada da safra nos portos, os estoques saltaram de menos de um milhão de sacas em julho de 1916 para quase 6 milhões em julho de 1917. Certamente os preços em moeda nacional seriam rebaixados de maneira considerável se o estado de São Paulo não tivesse agido e conseguido com o governo federal 110 mil contos das emissões, que vinham sendo realizadas pelo Tesouro, e comprado 3,1 milhões de sacas em Santos e no Rio de Janeiro. “A intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude das perspectivas da safra 1917/18, que se apresentava relativamente volumosa, atingindo quase 15 milhões de sacas, quando o consumo, devido à guerra, havia caído abaixo desse nível”<sup>161</sup>.

**Tabela II.13 – Quantidade (milhões de sacas) e Valor (milhões de libras) do Café Exportado, 1913-1919**

Anos	Quantidade	Valor
1913	13.268	40.779
1914	11.270	27.000
1915	17.061	32.191
1916	13.039	29.281
1917	10.606	23.054
1918	7.433	19.041
1919	12.963	66.081

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.375.

De fato, as vendas só foram realmente afetadas de maneira assustadora nos dois últimos anos da guerra, quando foram exportados 10,6 e 7,4 milhões de sacas de café brasileiro em 1917 e 1918, respectivamente, sendo que a média dos cinco anos anteriores tinha sido de 13 milhões de sacas. Algo que associado a nova queda da taxa cambial com o fim das operações da Caixa de Conversão resultou em um ganho considerável em preços para os cafeicultores. Dessa forma, os níveis de rentabilidade do capital cafeeiro foram basicamente

<sup>159</sup> Importante deixar claro que as emissões não foram feitas para a defesa dos preços do café, mas já vinham sendo feitas para irrigar o mercado carente de numerário em virtude do fim das operações da Caixa de Conversão.

<sup>160</sup> “Impossibilitado de recorrer ao crédito exterior, o governo federal socorreu-se, de novo, das emissões de papel-moeda, que não se verificaram desde 1898. Entre 1914 e 1918, realizaram-se emissões equivalentes a um milhão de contos de réis, o que compensou largamente o resgate das notas da Caixa de Conversão, pois o meio circulante, que era de 1.013 mil contos em 1912, atingia a 1.700 mil contos em 1918”. Cf: **Delfim Netto. Op. cit.**, 1976, p. 68.

<sup>161</sup> Cf: **Idem. Ibidem**, p. 69.

mantidos, mesmo num momento de crise internacional, como podemos observar pela Tabela II.13.

Interessante o discurso do governo para a retomada da política de emissão de moeda. Segundo um contemporâneo, o presidente se manifestava contrariamente a esta política, considerava o regime do papel-moeda um desvio da “sã doutrina”. Entretanto, “a União se punha afinal nas pontas do dilema: ou emitir ou faltar ao cumprimento do irrecusável dever de ser fiel aos seus compromissos”. Ademais, “havia a considerar o interesse de não se comprometer a marcha regular dos serviços públicos, como de não ficar manietado o governo para fomentar a riqueza e encarar com energia a situação premente criada ao Brasil pela guerra européia”<sup>162</sup>. Dessa forma, manifesta-se o governo pela inevitabilidade da gestão menos “responsável” na política monetária.

**Tabela II.14 – Quantidade de Papel-Moeda em Circulação, 1913-1919**

Anos	Total	Per Capita
1913	896.835	35\$500
1914	980.283	37\$700
1915	1.076.650	40\$200
1916	1.217.120	44\$200
1917	1.483.975	52\$300
1918	1.700.087	58\$300
1919	1.748.391	58\$200

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

No que tange ao desenvolvimento industrial, o período da crise de liquidez (1913/14), acabou revelando também uma crise de sobreacumulação na indústria ligada ao complexo cafeeiro, visto que esta tinha aproveitado os anos de expansão (1906-1912) para aumentar intensamente sua capacidade produtiva com a importação de bens de produção. Entretanto, o início da guerra permitiu que esta capacidade produtiva viesse a ser absorvida pelo aumento da demanda reprimida pelo choque externo. Além disso, a indústria é fortemente beneficiada pela alta inflação, já que os salários não acompanhavam o aumento de preços dos bens de consumo industrial. Dessa forma, as margens de lucro do setor industrial devem ter-se ampliado consideravelmente. “Devido, no entanto, à existência de capacidade ociosa, à volta ao

<sup>162</sup> Cf: **Pedro Cavalcanti. A Presidência Wenceslau Braz: 1914-1918**. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 68. (1ª edição de 1919).

funcionamento de empresas postas fora de combate na crise de 1913/14, a às dificuldades de importar, a taxa de acumulação de capital produtivo manteve-se em baixos níveis”<sup>163</sup>.

De resto, “a diversificação da produção agrícola, o declínio de certos ramos (como as ferrovias) e o desenvolvimento de atividades urbanas além da própria indústria estão entre os efeitos mais permanentes que se evidenciam durante a Primeira Guerra Mundial”<sup>164</sup>. A política econômica, no entanto, foi desarticulada para, num novo cenário sem recursos financeiros internacionais, subordinar-se aos interesses de defesa do café.

O complexo exportador cafeeiro atravessou a guerra e se manteve estruturalmente forte e como principal eixo econômico do país. A depreciação cambial e o retorno das emissões não era ruim para o capital cafeeiro, que, sem a possibilidade de buscar financiamento no mercado financeiro internacional, conseguiu impor um programa de defesa dos preços do café com um mecanismo que havia sido abandonado vinte anos antes, sob a mão de ferro de governantes também ligados ao complexo cafeeiro: novamente a visão pragmática dos homens do café se apresenta como ilustração do único compromisso que esta elite possuía, a defesa dos seus interesses. Por outro lado, o breve período de crise da “quebra” da política cambial e monetária associada à Caixa de Conversão demonstrou os limites estruturais a uma expansão visceralmente associada ao padrão internacional de trocas para uma economia subordinada e periférica do sistema.

---

<sup>163</sup> Cf: **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 166.

<sup>164</sup> Cf: **Flávio A. M. de Saes**. *Op. cit.*, 1986, p. 234.

## Capítulo III – A Natureza da Ação Econômica do Estado e os Interesses da Elite Cafeeira Paulista: o Pragmatismo

*“O liberalismo democrático e popular não arregimentou prosélitos no final do Império e no emergente republicanismo, antes foi o seu caráter conservador que agrupou as forças dissidentes na crise da Monarquia. Entre elas, estava o republicanismo paulista, representante da cafeicultura que concorria com vantagem na disputa do poder entre outras frações da classe dominante, e que escolheu a senda da evolução para a derrubada do regime. Se a modernização por que passava o país pedia a presença de novos sujeitos políticos (camadas médias, inexpressivo proletariado, militares), a burguesia agrária era de imediato favorecida pela reordenação jurídico-política do Estado republicano. Era preciso assegurar no período republicano a sua liderança modernizada, sem que a democracia fosse um fato real. A oligarquia paulista empenhava-se no domínio do poder federal, sem descuidar de açambarcar a política do Estado”<sup>165</sup>.*

*“O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias-primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma dos embalos da demanda externa para a determinação de seu peso e importância na economia do país. Cada unidade produtora atrelava-se ao mercado internacional, indiferente à sorte das demais e independente delas. Quando o elo que as ligava – o mercado nacional de escravos – se desfez, resultou o país composto de pequenas seções justapostas, que conservavam entre si alguns frágeis vínculos, suficientes apenas para que a nação não se desintegre totalmente.*

*Dentre as regiões produtoras, uma, a cafeeira, localizada no centro-sul do país, constituíra-se como pólo dinâmico da economia. Suas necessidades de expansão, estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida centralização monárquica. Nesse sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor”<sup>166</sup>.*

---

<sup>165</sup> Cf: **José Ênio Casalecchi**. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 183.

<sup>166</sup> Cf: **Maria do C. Campello de Souza**. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: Carlos G. Mota (org.). *Brasil em Perspectiva*. 15ª edição. São Paulo: Difel, 1985, p. 164.

A idéia central deste capítulo é de que a ação econômica do Estado durante o período em estudo foi decisivamente organizada a partir dos interesses imediatos da elite cafeeira paulista. A política econômica, evidentemente, de acordo com as necessidades que as conjunturas impunham atesta a relatividade do aparelho estatal a estes interesses dentro do jogo político.

O principal argumento aqui é o de que esta elite, apesar de defender uma ideologia ou postura teórica liberal, acabou, ao longo do período em estudo, subordinando-o às condições e interesses de uma determinada conjuntura. Na verdade, sua ação diante das questões que se debatia foi sempre efetivamente pragmática, isto é, a elite cafeeira paulista adotava em suas iniciativas atitudes que, acima de tudo, garantissem a manutenção da sua ligação com o mercado internacional de trocas por meio do seu produto por excelência, o café.

Percebemos isso efetivamente na ação do Estado no que tange à política econômica. Neste capítulo desenvolveremos uma argumentação em torno desta questão no sentido de entender quais as relações possíveis entre estas conjunturas e os interesses da elite paulista no período 1898-1920 para articular estes interesses, ou não, com a ação do Estado. Para tanto, subdividimos o período do nosso estudo em três: i) entre 1898 e 1906, período de recuperação das finanças públicas e da moeda; ii) 1906-1913, momento de recuperação da expansão das atividades com fixação cambial; e iii) 1914-1920, tentativa de estruturação de uma política econômica anti-cíclica no sentido de se defender da crise provocada pela Guerra Mundial de 1914-1918.

Estes períodos representam, como veremos, diferentes maneiras de dar andamento à política econômica; cada um deles determinou uma mesma forma de inserção internacional, respondendo à conjunturas específicas, sejam estas internas ou externas. Nossa intenção é perceber qual a natureza delas e, evidentemente, se os interesses da elite cafeeira paulista foram ou não, em alguma medida, contemplados.

Sendo assim, a tentativa é de discutir, por assim dizer, as raízes dessa ação que chamamos de pragmática, demonstrando que, neste período, o que sempre norteou a conduta da elite paulista foram seus interesses em relação à defesa de suas posições no sistema internacional capitalista e, conseqüentemente, seu poder político interno.

Nesse sentido, nossa intenção é mais ou menos seguir as afirmações de José Ênio Casalecchi e Maria do Carmo Campello de Souza – apresentados no início do capítulo em

epígrafe – sobre o poder de São Paulo no cenário brasileiro do primeiro período republicano e, dessa forma, apresentar uma visão alternativa daquela que vem sendo produzida pela historiografia nos últimos anos, qual seja, de que a elite cafeeira paulista não conseguiu impor os seus interesses aos outros grupos oligárquicos no Estado federal, que sempre esteve, segundo esta visão mais recente, refém das metas impostas pelos nossos credores internacionais<sup>167</sup>.

### **1-) 1898-1906: preservação do Estado e dos interesses do café**

Já sabemos que em 1898, o Estado republicano corria sérios riscos em função das crises simultâneas que enfrentava. A questão financeira é aquela que subordinava todas as outras, como reconhecia o próprio presidente Campos Sales. No entanto, não está claro por que razão a solução do problema financeiro do Estado era central para que os outros problemas fossem resolvidos de maneira mais tranqüila.

Para responder a esta questão, devemos, primeiro, compreender a natureza desta política, o que nela tinha de interesse que pudesse articular a todas as elites regionais naquele momento. É interessante notar que não encontramos, com exceção das manifestações da lavoura de café, um grupo político-oligárquico de importância que se posicione abertamente contra a política econômica posta em prática por Campos Sales e Joaquim Murinho, apesar da recessão que esta impôs a toda a economia.

Evidentemente, a lógica da ação do Estado neste momento é de recuperação da credibilidade da administração estatal perante o capital internacional. A crise que o mundo vivia desde o início do último quarto do século XIX já dava sinais claros de que estava terminada. Dessa forma, a retomada dos fluxos de capitais era questão de tempo.

A ordem de problemas, nesse sentido, guarda uma relação direta com a inserção desta elite e deste Estado ao sistema capitalista internacional, visto que a elite cafeeira paulista, pragmática na defesa dos seus interesses, tinha no comércio do café sua porta de entrada no sistema internacional capitalista. Logo, as transformações do sistema exigiam também novas formas de articulação interna desta elite e do próprio Estado no sentido de garantir esta inserção. Nossa hipótese, portanto, deve partir desta premissa.

---

<sup>167</sup> Sobre este debate, consultar a terceira parte do Capítulo I deste trabalho.

Na medida em que a intenção do governo era valorizar o mil-réis e, na visão ortodoxa do ministro Murinho, a quantidade de papel-moeda existente era a principal causa da queda do câmbio, mesmo com a retomada dos fluxos de capitais internacionais, a variação da quantidade de meio circulante atendeu a uma imposição da ordem política liberal do governo Campos Sales, ou seja, ela foi reduzida para garantir o aumento do câmbio. No entanto, o que percebemos claramente é que a variação monetária não era o aspecto determinante da elevação cambial, esta foi resultante sim da recuperação do balanço de pagamentos por conta da retomada dos fluxos internacionais de capital e, conseqüentemente, pelo aumento das reservas em ouro.

Muito tem se dito que isto representava uma afronta aos interesses da elite cafeeira paulista, pois gerava deflação e queda da renda, além da diminuição das receitas com a exportação do café. Pensamos diferente: a queda dos preços em moeda nacional por conta da política de apreciação cambial e a retração do crédito resultante da retirada de massa circulante da economia não afetavam a elite cafeeira paulista tão negativamente. É bom lembrar que esta elite, sempre deixando claro que se refere à camada que tinha seus negócios diversificados e acesso ao mercado internacional de crédito e financiamento, em geral, tinha preferência por operar em moeda internacional, com exceção dos pagamentos de salários e do consumo corrente, o que pode significar que seus negócios poderiam estar protegidos em relação ao valor do mil-réis. Se esta premissa estiver correta, a elite cafeeira tinha sua rentabilidade determinada em moeda internacional, pouco dependendo da variação do preço do câmbio.

Esta opção de política contracionista de retomada da credibilidade afetava, possivelmente, o produtor de café, que não tinha acesso ao crédito e dependia substancialmente da melhoria dos preços do café. Na medida em que estes preços internacionais encontravam-se em queda, a valorização do mil-réis implementada pela gestão Campos Sales prejudicava profundamente a chamada lavoura, que tinha sua riqueza cotada em moeda nacional. Evidentemente, essas relações entre grande capital cafeeiro e lavoura começam a estremecer neste momento, criando disputas dentro do partido representativo dos interesses de São Paulo, o Partido Republicano Paulista<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Ver, a este respeito a discussão de **Renato M. Perissinotto**. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo*. São Paulo: Fapesp; Campinas, SP: Edunicamp, 1998, especialmente capítulo XII.

Os mecanismos de defesa que possuíam os membros componentes do grande capital cafeeiro, em geral, também eram eficazes contra a política de disciplina fiscal, que retraindo o gasto público e, portanto, o crédito, destituíam o governo do seu papel de dinamizador da atividade econômica. Evidentemente, que esta função do Estado neste momento possui uma característica bastante difusa, visto que o gasto público era, na verdade, composto de uma maneira bastante diferente daquela que estamos atualmente acostumados a observar. No entanto, o importante a reter é que a lavoura não tinha, ao contrário do grande capital cafeeiro, condições de se defender desta política, visto que suas necessidades de crédito somente podiam ser atendidas pelo aumento da atividade econômica interna, algo difícil de acontecer com a política econômica que o Estado vinha implementando<sup>169</sup>. Além disso, o Banco destinado a esse fim no Estado de São Paulo enfrentava sérias dificuldades<sup>170</sup>.

**Tabela III.1 – Participação do Brasil nos Fluxos de Capitais Britânicos Destinados à América Latina (em %)**

<b>Tipo de Aplicação</b>	<b>1885</b>	<b>1895</b>	<b>1903</b>	<b>1913</b>
Todos	19,0	16,8	18,1	21,6
Investimentos Diretos	27,9	10,3	9,0	10,6
Empréstimos a Governos	14,4	20,0	27,1	26,8
Participação Acionária Minoritária	22,0	28,6	22,2	41,8
Aplicações do Tipo Portfolio	14,8	21,5	26,4	31,3
Investimentos no Setor Privado	27,1	14,0	10,8	18,4

Fonte: **Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes**. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. *Revista Estudos Econômicos*, volume 15, nº 02, 1985, p. 218.

Esta política de câmbio mais ativa no sentido da alta, portanto, chocava-se diretamente com os interesses dos produtores de café e não com os da elite cafeeira paulista, diversificada e comprometida com esta política da qual era beneficiária. Defender a elevação cambial, neste

<sup>169</sup> Flávio Saes acredita que o grande capital, expandindo seus negócios em bancos, sistema ferroviário, indústria, importação etc., buscava, na verdade, resolver os problemas de realização do negócio do café, na medida em que da própria solução destes passava a depender a sobrevivência e rentabilidade do negócio. Além disso, o grande capital não podia defender um câmbio muito baixo visto que era também importador, algo que não acontecia à lavoura, genuinamente exportadora. Cf: **Flávio A. M. de Saes**. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, capítulo 2. E, também, **Idem**. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

<sup>170</sup> Sobre a história do Banco do Estado de São Paulo e seu antecessor, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP) ver: **Leandro Salman Torelli**. *A criação do Banco do Estado de São Paulo: um estudo sobre a política de defesa do café, 1906-1930*. Franca, SP: UNESP-Franca, 2001 (trabalho de conclusão de curso em História).



caso, não era um choque aos interesses da elite paulista, ao contrário, significava recuperar a credibilidade internacional. Dessa forma, os investimentos estrangeiros que, como apresentamos na Tabela III.1, em comparação com o restante da América Latina, vão retomando as suas possibilidades de expansão, especialmente referentes a empréstimos públicos no caso brasileiro de 1903, dependia fundamentalmente de uma política econômica que tivesse como meta principal tranquilizar os credores quanto à sua solvência e confiança de que o país iria “honrar” os compromissos e, por isso, poderia receber este novo fluxo de capitais.

Lembram Szmrecsányi e Flávio Saes que “o caráter predominantemente financeiro assumido pelo capital forâneo no Brasil durante a Primeira República constituiu uma decorrência não apenas de tendências mais gerais da evolução do capitalismo, mas também de peculiaridades da participação do país na divisão internacional do trabalho”, ou seja, “a não-coincidência dos seus fluxos financeiros (com a maioria dos capitais externos continuando a vir da Grã-Bretanha) e de mercadorias (com a maioria de suas exportações sendo encaminhadas para os EUA e até para a Alemanha[sic]), além de certamente ter constituído uma das razões de perda de substância dos investimentos diretos de capitais britânicos no Brasil, pode ter sido também um dos fatores responsáveis pelas especificidades do seu desenvolvimento capitalista no final do século passado e nas primeiras décadas do atual”<sup>171</sup>.

Como vimos dizendo, portanto, a nossa forma de inserção internacional naquele momento atendeu a uma determinada lógica, qual seja, a de privilegiar a organização de um Estado que tivesse condições de garantir a reprodução do capital financeiro estrangeiro. Afinal, como afirmou Gustavo Franco, “observa-se ao longo dos anos 1890 um curioso fenômeno que viria a se repetir muitas vezes nos anos que se seguiram, isto é, o fato de crises (ou melhorias) cambiais serem geradas de forma espúria pelo ‘mau (ou bom) comportamento’ das políticas monetárias e fiscais, não em função dos efeitos diretos destas, mas em função da percepção que os banqueiros internacionais tinham sobre estas políticas, pois esta percepção via de regra era fundamental para determinar a magnitude dos fluxos de capital direcionados para o Brasil”<sup>172</sup>. Isso não foi apenas uma imposição do imperialismo (apesar da grande

---

<sup>171</sup> Cf: **Tamás Szmrecsányi & Flávio A. M. de Saes**. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. *Revista Estudos Econômicos*, volume 15, nº 02, 1985, p. 219.

<sup>172</sup> Cf: **Gustavo H. B. Franco**. “A Primeira Década Republicana”. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 28.

medida que isto tem), mas tratou-se de uma opção interna de defesa de determinados interesses vinculados à penetração deste capital. Esses interesses estavam mais presentes, evidentemente, no seio da elite cafeeira paulista, que compunha com os capitais externos suas condições de expansão e financiamento das suas atividades econômicas. Além disso, o interesse primordial sempre foi a preservação do negócio, que, do ponto de vista comercial, dependia muito mais do mercado norte-americano, como podemos verificar pela Tabela III.2, do que da Grã-Bretanha. No entanto, o capital financeiro britânico ainda era essencial como instrumento de financiamento. Por isso, entender a lógica de expansão destes capitais é tarefa essencial.

**Tabela III.2 – Comércio Exterior do Brasil com a Grã-Bretanha e os EUA, 1901-1906**

Anos	Grã-Bretanha			EUA		
	Importação	Exportação	Total	Importação	Exportação	Total
1901	6.709.338	5.259.667	11.969.005	2.659.237	17.462.650	20.121.887
1902	6.552.811	6.323.821	12.876.632	2.851.743	13.484.395	16.336.138
1903	6.859.002	7.128.169	13.987.171	2.731.928	15.200.591	17.932.519
1904	7.190.367	6.374.696	13.565.063	2.884.775	19.872.077	22.756.852
1905	7.931.245	8.208.833	16.140.078	3.082.570	18.360.494	21.443.064
1906	9.294.707	8.544.904	17.839.611	3.805.128	18.627.520	22.432.648

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.366-68.

Na interpretação de Eric Hobsbawm, o período do último quarto do século XIX e dos anos pré-guerra do século XX é o momento de síntese de um só processo que se inicia em fins do século XVIII, o de desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal, que tem como marcos o que o autor em questão chama de “dupla Revolução”, a econômica, conhecida atualmente como Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Grã-Bretanha, que permitiu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, de promover crescimento econômico em penetração mundial; e uma revolução política, a franco-americana, que estabeleceu os modelos dominantes das instituições públicas da sociedade burguesa, que culminaram nos sistemas teóricos mais característicos: a economia política clássica e a filosofia utilitarista.

Os anos entre 1875 e 1914 são, assim, na interpretação de Hobsbawm, os de auge e decadência do mundo burguês. Dessa forma, este período é “o momento histórico em que ficou claro que a sociedade e a civilização criadas por e para a burguesia liberal ocidental

representavam não a forma permanente do mundo industrial moderno, mas apenas uma fase de seu desenvolvimento inicial”<sup>173</sup>.

Giovanni Arrighi entende este momento também como um período de transição, mas em outros termos. Para este autor, o capitalismo histórico<sup>174</sup>, em seu processo de desenvolvimento, articula fases de expansão material e outras de expansão financeira que são, na verdade, as duas partes de um único ciclo sistêmico de acumulação que é realizado sob uma determinada hegemonia, tendo esta dois braços: o econômico e o político, que se manifestam nas lutas interestatais<sup>175</sup>. O período em que se encaixa nosso objeto de estudo é um destes em que a luta interestatal atinge altos níveis, na medida em que a potência hegemônica levou ao limite sua capacidade de expansão do sistema capitalista. No caso, portanto, a Inglaterra já não reunia condições de manter, sob seu controle a expansão do sistema, gerando uma forte luta entre os Estados concorrentes, tratava-se de um momento de caos sistêmico, onde os mecanismos de expansão financeira inglesa estavam arrefecendo e os alicerces da expansão material norte-americana ainda não eram capazes de impor a sua superioridade ao sistema, lembrando que a Alemanha e a França também tinham, neste momento, intenções hegemônicas<sup>176</sup>. Portanto, sua interpretação dos anos anteriores à grande guerra de 1914-1918 é de que se vivia um processo de transição hegemônica, que Arrighi chama de caos sistêmico.

Esta transição que Hobsbawm e Arrighi, de maneiras distintas, identificam no período que abrange o nosso estudo está associado a uma inovação importante do ponto de vista da produção e da forma organizacional do sistema capitalista, gerando um novo processo de

---

<sup>173</sup> Cf: **Eric Hobsbawm**. *A Era dos Impérios, 1874-1914*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 26.

<sup>174</sup> Para o conceito de capitalismo histórico ver **Immanuel Wallerstein**. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>175</sup> “Assim, vê-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. Nos últimos quinhentos anos, essas duas condições fundamentais da expansão capitalista foram continuamente recriadas em paralelo. Todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos numa dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal, durante os quais o Estado que controlava ou passou a controlar as fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior”. Cf: **Giovanni Arrighi**. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 14.

<sup>176</sup> “As estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época surgiram nos últimos 25 anos do século XIX. Originaram-se numa nova internalização de custos na lógica econômica da iniciativa capitalista. Tal como o regime holandês levou os processos de acumulação de capital em escala mundial um passo adiante dos genoveses, ao internalizar os custos de proteção, e tal como o regime britânico os levou um passo além dos holandeses, ao internalizar os custos de produção, o regime norte-americano fez o mesmo em relação ao britânico, ao internalizar os custos de transação”. Cf: **Idem**. *Ibidem*, p. 247.

centralização e concentração do capital<sup>177</sup>, a chamada Segunda Revolução Industrial, que está diretamente relacionada ao surgimento e expansão da eletricidade, da química fina e do motor a combustão. Estes novos investimentos transformam a empresa capitalista em sua estrutura e em seu, por assim dizer, *modus operandi*. “Por um lado, houve concentração de capital, o aumento da escala, que levou à distinção entre ‘empresa’ e ‘grande empresa’, ao retraimento do mercado de livre concorrência e a todos os demais aspectos que, por volta de 1900, levaram os observadores a buscar rótulos gerais que descrevessem o que parecia ser cabalmente uma nova fase de desenvolvimento econômico. Por outro lado, houve uma tentativa sistemática de racionalizar a produção e a direção das empresas aplicando ‘métodos científicos’ não só à tecnologia, mas também à organização e aos cálculos”<sup>178</sup>.

À medida que estes processos foram sendo incorporados pelas nações que buscavam a sua industrialização, como era o caso da Alemanha e dos Estados Unidos, novos padrões acabaram sendo aplicados, já que estávamos assistindo, de fato, ao nascimento de economias nacionais, onde o protecionismo emerge como forma importante de crescimento e expansão econômica das nações, especialmente aquelas em processo de incorporação da industrialização. Neste caso, já tendo que “saltar etapas” para alcançar os padrões industriais em transformação<sup>179</sup>. Além disso, as inversões de capital necessárias na formação dos bens de produção destas grandes empresas exigem um sistema financeiro de crédito altamente desenvolvido, que consiga captar os recursos necessários para estes financiamentos. A aliança capital financeiro e capital industrial<sup>180</sup> colocam o capital mercantil em segundo plano dentro do sistema.

---

<sup>177</sup> Nas palavras de Hobsbawm, “o cartel avançou às custas da concorrência de mercado, as sociedades anônimas às custas das firmas privadas, as grandes empresas comerciais e industriais às custas das menores; e que essa concentração implicou uma tendência ao oligopólio. Isto era evidente mesmo em fortalezas poderosas da antiquada empresa de pequena e média escala, com a Grã-Bretanha. A partir de 1880, o padrão da distribuição foi revolucionado”. Cf: **Eric Hobsbawm**. *Op. cit.*, 2002, p. 71.

<sup>178</sup> Cf: **Idem**. *Ibidem*, p. 82.

<sup>179</sup> Segundo Landes, “o que temos, em suma, é uma passagem da monarquia para a oligarquia, de um sistema industrial uninacional para outro multinacional (...) O fato de essa mudança de vida ter coincidido com uma transformação tecnológica igualmente fundamental só fez complicar o que era, intrinsecamente, uma adaptação difícil – tão difícil, na verdade, que os mais decididos esforços dos homens mais sensatos não conseguiram aplacar os ressentimentos e inimizades nascidos do equilíbrio conseqüentemente alterado do poder político. Os estudiosos marxistas da história têm costumeado encarar as rivalidades internacionais que precederam a Primeira Guerra Mundial como a derrota de um sistema em processo de declínio e dissolução. A verdade é que essas foram as dores de crescimento de um sistema em processo de germinação”. Cf: **David Landes**. *Prometeu Desacorrentado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 255-256.

<sup>180</sup> Dizia Lênin que “as ligações das empresas industriais com o seu novo objeto, as suas novas formas, os seus novos organismos, isto é, com os grandes bancos, tendo uma organização simultaneamente centralizada e descentralizada, enquanto fenômeno característico da economia nacional, não são anteriores ao ano de 1890; em certo sentido pode, mesmo, fazer-se remontar este ponto ao ano de 1897, com as suas grandes ‘fusões’ de empresas que, pela primeira vez e por razões de

Ocorre que a inserção internacional do Brasil neste momento se dava por intermédio do capital mercantil. Era por ele que penetrávamos no sistema capitalista com um produto primário de exportação: o café.

Admitiu Cardoso de Mello que “conforme declinava a hegemonia inglesa, e na mesma medida Estados Unidos, Alemanha e Japão ascendiam, a periferia tornava-se objeto de rivalidade entre as economias nacionais capitalistas. Durante esta etapa, denominada imperialista, disputava-se a periferia como fornecedora de matérias-primas, como mercado para produtos industriais e receptora de capitais”<sup>181</sup>. Nesta nova lógica capitalista, a periferia não era mais apenas produtora de bens primários e matérias-primas e compradora dos insumos industriais produzidos pelo centro, era, também, necessário agora que parte das nações periféricas possuíssem estruturas estatais e econômicas com capacidade de contrair empréstimos e atrair investimentos estrangeiros diretos para reproduzir o capital financeiro do centro.

Por seu turno, o Brasil e mais especificamente, São Paulo, tinha um produto de inserção internacional importante (um estimulante para a massa de trabalhadores agüentarem as longas jornadas de trabalho na indústria), que podia gerar rentabilidade suficiente para a montagem de uma estrutura econômica e estatal que garantisse espaço de reprodução para o capital financeiro internacional. No entanto, esta possibilidade não era boa apenas para o capital estrangeiro; Sérgio Silva afirma que o papel exercido pelo empréstimos externos no desenvolvimento brasileiro do período em questão dá a exata medida da importante noção de circulação de capital, que não se restringia ao seu papel decisivo para o nosso balanço de pagamentos: “Na verdade, esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores – e, portanto, para a organização do mercado de trabalho no Brasil –, para a construção de numerosas estradas de ferro, para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos etc., sem falar na própria construção e consolidação do Estado”<sup>182</sup>. Logo, a

---

política industrial dos bancos, introduzem a nova forma de organização descentralizada. E pode mesmo fazer-se remonta-lo a uma data ainda mais recente, pois foi apenas a crise de 1900 que acelerou enormemente o processo de concentração, tanto da indústria quanto dos bancos, que lhe garantiu o triunfo definitivo, que pela primeira vez fez desta ligação com a indústria o verdadeiro monopólio de enormes bancos, que tornou estas ligações notavelmente mais íntimas e intensivas”. Cf: **Vladimir Lênin**. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª edição. São Paulo: Global, 1987, p. 45.

<sup>181</sup> Cf: **J. M. Cardoso de Mello**. “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana – Um prólogo em homenagem a Celso Furtado”. In: M. Conceição Tavares e J. Luís Fiori. *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

<sup>182</sup> Cf: **Sérgio Silva**. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 34.

entrada destes recursos também interessava ao capital cafeeiro, na medida em que financiava a sua própria expansão.

Dessa forma, me parece evidente que um Estado razoavelmente organizado no sentido de permitir a entrada dos recursos estrangeiros era uma tarefa de especial importância para a elite cafeeira paulista e, também, para o capital internacional, que via no Brasil um mercado a explorar. Por isso, talvez a “grande obra saneadora” de Campos Sales e seu fiel escudeiro Joaquim Murinho tenha sido tão importante para as elites regionais da época. No entanto, no que consistiu o plano de retomada da credibilidade neste momento (1898-1906)?

Organizar uma estrutura econômica consistente e com capacidade de reprodução da riqueza parecia ser condição *sine qua non* de inserção neste circuito, visto que era por meio dele que se podia estabelecer os nexos de ligação entre a entrada dos recursos externos e as possibilidades de apropriação dele por parte da elite cafeeira paulista.

Dessa forma, uma política de recuperação da credibilidade internacional do aparelho estatal republicano brasileiro era essencial. A política econômica posta em prática por Campos Sales e, em menor medida, por Rodrigues Alves nos parece que perseguia este objetivo. Por isso talvez as medidas tenham sido duras: política de câmbio ativa no sentido da alta; restrição do meio circulante; redução drástica do gasto público e recuperação das receitas do governo por meio da reparação da tarifa-ouro nas importações, no sentido de sanar o problema fiscal evidente no ano de 1898; e não intervenção, especialmente com gasto público, na volatilidade dos preços do café.

Os resultados foram os seguintes: recuperação da taxa cambial (verifique o Gráfico II.1); queda importante na quantidade de meios de pagamento em circulação na economia (observe Tabela II.5); equilíbrio nas contas públicas mais como resultado da redução do gasto do que do aumento da receita (veja o Gráfico II.2); queda dos preços do café em moeda nacional e estrangeira.

O retorno da credibilidade do Estado, portanto, parece que atendeu às necessidades e aos interesses do setor dinâmico da economia nacional. Afinal, como disse Galeão Carvalhal nos debates parlamentares em torno dos projetos de valorização do café, em 1903, era verdade “que muitos produtores esta[vam] comprometidos e outros arruinados, mas nem por isso a lavoura ir[ia] perecer; o negociante que é falido não concorre para a falência do negócio; se o interessado vem a falir, outros com recursos novos exploram o mesmo negócio ou a mesma

indústria”<sup>183</sup>. Logo, o que dizia a elite cafeeira paulista era que os preços do café se recuperariam com a desarticulação dos produtores menos eficientes, o mesmo discurso de Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões, já que, naquele momento, era muito mais interessante para este grupo defender a retomada do equilíbrio das contas públicas no sentido de entrar na rota dos recursos financeiros internacionais e salvaguardar os seus interesses na dinâmica de recuperação das economias cêntricas. Uma ação na defesa dos preços do café não era prioridade, visto que tinham total capacidade de resistir à crise por meio da rentabilidade das outras atividades que possuíam no complexo econômico e, além do mais, tinham expectativas de maiores lucros com os negócios que poderiam realizar em conjunto com capital financeiro internacional, sempre preservando os interesses do negócio que nos inseria no sistema capitalista.

Por isso que, em última análise, durante os debates parlamentares à respeito da defesa do café, a postura dos membros da elite cafeeira neste período foi sempre de defender que o Estado não interviesse no mercado, visto que o interesse ligado à manutenção da credibilidade internacional parecia ser, naquele momento, o principal para a elite paulista, na medida que a rentabilidade do negócio não estava sendo afetada pela queda dos preços do café pelo menos até o ano de 1906. Mesmo a voz dissonante desta postura, Alfredo Ellis, se manteve sempre em ambigüidade quanto aos interesses da lavoura cafeeira (câmbio baixo e políticas anti-cíclicas) e os do grande capital cafeeiro (câmbio razoavelmente equilibrado e políticas pró-cíclicas nos momentos de expansão dos fluxos de capitais internacionais).

## **2) 1906-1914: a adoção do padrão-ouro e a defesa do café**

As situações cambial, monetária e fiscal ao iniciar o governo Afonso Pena, como vimos no capítulo segundo, eram evidentemente melhores do que aquela que os seus antecessores haviam herdado, especialmente Campos Sales. No Parlamento, como discutimos no primeiro capítulo, as propostas de valorização do café começaram a se intensificar a partir de 1903, ano em que Alfredo Ellis no Senado e Cândido Rodrigues na Câmara dos Deputados apresentam projetos de lei nesse sentido. Além disso, como discutimos no segundo capítulo, surge também a proposta de Alexandre Siciliano na Sociedade Paulista de Agricultura.

---

<sup>183</sup> Cf: **Documentos Parlamentares**. *Política Econômica: Valorização do Café (1895-1906)*. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, p. 158.

Por outro lado, o quadro internacional já se mostrava bastante propício à expansão, especialmente a partir de 1900, quando as economias centrais já estavam profundamente recuperadas da crise chamada de *Grande Depressão*, o que significava que o fluxo de capital estrangeiro tendia a aumentar significativamente. O Brasil e, mais especificamente, a elite cafeeira paulista aproveitou-se bastante destas condições externas e conseguiu a recuperação da atividade econômica interna. Neste tópico do nosso trabalho, vamos discutir justamente como é que, por meio de uma política econômica a serviço dos interesses do capital cafeeiro, o estado de São Paulo alcançou uma multiplicação das atividades econômicas sem precedentes anteriores àquele momento histórico<sup>184</sup>.

Evidentemente, a vulnerabilidade da economia brasileira daquele instante estava ligada a três fatores especialmente: i) a lógica intrínseca da produção de café, alternando grandes, médias e pequenas safras, o que influenciava bastante na dinâmica dos preços; ii) o segundo produto de exportação do Brasil naquele instante que era a borracha; e iii) os fluxos de capital externo. Estes três problemas foram superados neste período por uma política que aproveitou as condições internacionais e submeteu toda a economia nacional aos interesses específicos da valorização do café, não se esquecendo, também, dos altos preços alcançados pela borracha.

Quando, em 1906, a taxa de câmbio atingiu dezesseis pence por mil-réis e os preços do café estavam baixos demais para suportar a pressão de uma super safra de mais de vinte milhões de sacas, a elite cafeeira paulista percebeu que não era mais possível ancorar a sua inserção internacional numa política econômica restritiva e de caráter profundamente deflacionista como vinha sendo feito desde 1898.

Os problemas que surgiram, portanto, é que começaram a determinar uma mudança de rumo da política econômica, apesar das fortes oposições nesse sentido, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo, até então amarrada a uma lógica específica que respondia a uma conjuntura dada. A transformação desta conjuntura impunha uma mudança também na

---

<sup>184</sup> “Os anos entre o fim do período de ajuste recessivo da virada do século e a desaceleração que precede a Primeira Guerra Mundial marcam um ciclo de crescimento que, em termos de duração e extensão do progresso material, não teve paralelo na memória daqueles que o testemunharam. Após quase uma década de estagnação econômica, entre 1900 e 1913 o produto agregado cresceu a uma taxa média superior a 4% ao ano, a formação de capital na indústria prosseguiu em ritmo ainda mais acelerado, realizou-se gigantesco esforço de reaparelhamento do sistema de transportes através de grandes obras portuárias e ferroviárias mantendo-se, além disso, relativa estabilidade de preços ao longo de todo o período”. Cf. **Winston Fritsch**. “Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 37.



lógica da política econômica interna no sentido da preservação dos interesses de rentabilidade do negócio do café.

Na tentativa de dar solução ao problema cafeeiro, surgiu a proposta do Convênio de Taubaté, um plano ambicioso onde os estados produtores regulariam a oferta e determinariam os preços a partir de um empréstimo de quinze milhões de libras esterlinas. Este projeto, na visão de Perissinotto, correspondia aos interesses dos produtores de café: “A proposta inicial para a primeira valorização, isto é, o Convênio de Taubaté, tinha, assim, uma clara conotação pró-lavoura. Nessas condições, é compreensível que o grande capital cafeeiro se opusesse a tal plano”. Para caracterizar esta visão contra a valorização, o autor citado recorda a postura de Antônio Prado, opositor aberto do plano de Taubaté: “Como exportador duas coisas não lhe interessavam: a fixação de um preço mínimo do café, ainda mais em um nível tão elevado, que abalaria a confortável posição em que se encontravam os oligopsônios comerciais na determinação dos preços do produto; além disso, a proposta de monopolização do comércio do grão pelo Estado era inadmissível na medida em que teria como resultado a expulsão do grande capital de um dos setores mais lucrativos em que atuava”. Conclui então afirmando que Antônio Prado, “como proprietário de um império mercantil que abarcava todas as esferas da economia cafeeira, da produção ao comércio externo, reconheceu no esquema valorizador, tal como apresentado pelo convênio, uma ameaça aos seus interesses do capital mercantil”<sup>185</sup>.

Diferentemente, o Plano Siciliano “expressava um tipo de participação que interessava à burguesia mercantil, pois, ao contrário do convênio, propunha a formação de um sindicato de capitalistas que, através de um contrato de seis anos prorrogáveis com o estado de São Paulo, centralizaria todas as compras do café e, mais importante, exerceria o monopólio da comercialização dos estoques do produto com vistas à elevação do seu preço”<sup>186</sup>. Ou seja, o Plano de Siciliano era muito mais vantajoso para a elite cafeeira paulista do que o Convênio de Taubaté, que aproximava-se muito mais dos interesses vinculados à lavoura.

Mesmo aprovado no Congresso Nacional, o Convênio de Taubaté sofreu um golpe naquilo que era justamente essencial para que o plano se realizasse: o financiamento. A recusa dos capitais financeiros internacionais em abrigar um negócio sobre o qual não teriam nenhum controle foi o motivo principal para que este projeto não fosse levado à frente. Evidentemente,

---

<sup>185</sup> Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Classes sociais e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 72.

<sup>186</sup> Cf: **Idem**. *Ibidem*, p. 73.

apenas um plano que contemplasse também os interesses do capital mercantil internacional e nacional teria o necessário acesso ao financiamento.

Em 1908, o financiamento veio, mas o controle da ação de valorização foi transferido para as mãos dos grandes exportadores, os principais inimigos do produtor de café nos discursos do senador Alfredo Ellis. Como podemos apreender pela observação da Tabela III.3, o negócio da valorização foi sendo tomado pelos principais estocadores e comerciantes estrangeiros do café, que retiveram a maior parte dos cafés em estoque sob sua supervisão e controle. Isso significa que o grande capital cafeeiro, em conjunto com o capital mercantil e financeiro internacional, é que promoveu a valorização no sentido de defender os seus interesses no mercado internacional e garantir, assim, a melhoria dos preços que foram absorvidos na maior fatia por eles ao comprar dos produtores o café por 55 francos a saca de sessenta quilos e revender no mercado mundial após algum tempo por 70 a 80 francos.

**Tabela III.3 – Principais Membros do Consórcio da Valorização e Estoques de Café, meados de 1907**

Firma	Porto	Estoques (saca 60 Kg)
Arbuckle Brothers	Nova York	1.105.000
Crossman & Sielcken	Nova York	351.342
Theodor Wille & Co.	Hamburgo	662.500
Piermann Ziegler & Co.	Hamburgo	434.500
Latham & Co.	Havre	400.000
Frederic Jung & Co.	Havre	250.000
Fernand Sauquet	Havre	200.000
F. Metz & Co.	Havre	150.000
Westphalen & Co.	Havre	100.000
Société d'Importation et de Comission Comptoir Comercial	Havre	100.000
Anversois et Bunge & Co.	Antuérpia	1.000.000
J. Henry Schroeder & Co.	Londres	200.000
Meeus & Zoonen	Rotterdam	150.000
W. Schoffer & Co.	Rotterdam	50.000
C. Arnstein	Trieste	120.000
Dafay Gigandet & Co.	Marselha	15.000

Fonte: **Thomas Holloway**. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 78.

Além do mais, o novo plano graduava o café para, dessa forma, deslocar os tipos inferiores do comércio internacional. Sobre isto, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, assim se manifestou: “Restringindo, porém, o suprimento, aos mercados de consumo, das qualidades baixas que servem para a confecção das aludidas misturas, o artigo 2º, animará a

indústria das falsificações, e, em lugar de ampliar, reduzirá a procura”<sup>187</sup>. Evidente, que a citada Associação manifestava-se em defesa dos produtores fluminenses, que possuíam cafeeiros mais velhos, de menor produtividade e de qualidade inferior, mas sua argumentação fazia sentido em relação às grandes fábricas de falsificação de café que existiam pela Europa e Estados Unidos, na intenção de baratear o produto e vendê-lo a um mercado consumidor menos exigente.

Assim, para explicar o esquema valorizador do café “não basta analisar o histórico dos preços do café após 1906, constatar a sua ascensão e concluir a partir disso que houve uma vitória da lavoura cafeeira sobre o capital mercantil. Nem basta dizer que a valorização garantiu à lavoura uma boa margem de lucros”. É necessário entender o processo “globalmente para perceber nele as principais reivindicações da lavoura não foram atendidas. Ao contrário, a ela coube uma posição completamente subordinada no esquema, além do peso das sobretaxas. Os grandes lucros de fato couberam aos exportadores que, com o controle e a retenção dos estoques, conseguiram que o preço subisse nos países consumidores e, ao mesmo tempo, impuseram um preço mínimo bastante baixo ao cafeicultor”<sup>188</sup>. A defesa do café, portanto, foi muito proveitosa para o grande capital cafeeiro e para o capital mercantil e financeiro internacionais, o preço foi pago, em grande medida, pelo lavrador.

Além da defesa do café, o plano arquitetado em Taubaté trazia uma proposta de estabilização cambial por meio de uma Caixa de Conversão. Os mecanismos de funcionamento do instrumento em questão foram analisados no capítulo segundo e os debates em torno dele no Parlamento foram tratados no primeiro. Entretanto, cabe ressaltar que a lavoura exigia um câmbio a doze dinheiros, enquanto que em 1906, como já dissemos, o câmbio já se encontrava em dezesseis pence por mil-réis. A proposta foi encampada pela elite cafeeira paulista, mas em outros termos.

Importante lembrar que a proposta da Caixa era inspirada na *Caja de Conversión* da Argentina, criada em 1899. No entanto, haviam algumas diferenças fundamentais entre os dois regimes de política monetária e cambial: a mais importante, sem dúvida, era o fato de as reservas da *Caja* converterem automaticamente todo o meio circulante argentino, garantindo à ele integralmente um valor em ouro resgatável à vista, enquanto a Caixa de Conversão emitia

---

<sup>187</sup> Cf: **Associação Comercial do Rio de Janeiro**. *Valorização do Café*. Rio de Janeiro: Tipografia Olímpio de Campos e Cia., 1906, p. 88.

<sup>188</sup> Cf: **Renato M. Perissinotto**. *Op. cit.*, 1994, p. 76-77.

sobre depósitos de moeda forte que a procuravam e somente este meio circulante tinha lastro nessa moeda forte. Isso é importante, pois a quantidade de papel-moeda em circulação na economia brasileira passou a depender fundamentalmente da entrada de recursos externos.

Por isso afirmou Fritsch que “a adoção do padrão-ouro pelo Brasil em 1906 vinculou a estabilidade monetária doméstica ao comportamento do balanço de pagamentos, acentuando, portanto, o caráter pró-cíclico dos déficits e superávits externos da economia agro-exportadora. Por causa disto, até o início da guerra em 1914, os acontecimentos exógenos que afetariam os mercados internacionais do café e da borracha, e o fluxo de capital europeu de longo prazo, seriam decisivos para a determinação do nível de atividade interna da economia”<sup>189</sup>.

**Tabela III.4 – Continentes entre os quais se Repartiam (Aproximadamente) os Capitais Investidos no Estrangeiro por volta de 1910 (em bilhões de marcos)**

Continentes	Inglaterra	França	Alemanha	Total
Europa	4	23	18	45
América	37	4	10	51
África, Ásia e Austrália	29	8	7	44
Total	70	35	35	140

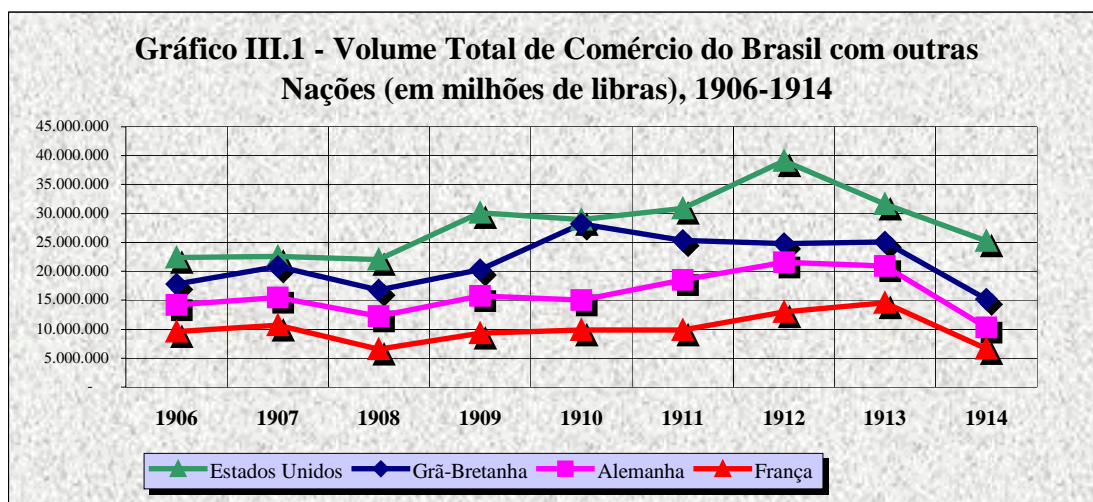
Fonte: **Vladimir Lênin**. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª edição. São Paulo: Global, 1987, p. 62.

A questão a ressaltar aqui é que o instrumento da Caixa de Conversão foi uma nova política cambial e monetária cujo sentido era a busca da credibilidade com os capitais financeiros internacionais. Como ressaltou José Luís Fiori, “a partir de 1870, consolida-se também o padrão-ouro, vigente na Inglaterra desde 1821, mas que se transforma num sistema monetário internacional, com a adesão dos países que passaram a compor, até o final do século XIX, o núcleo orgânico do sistema econômico capitalista mundial: Alemanha, em 1871; França, em 1873; Estados Unidos, em 1879; e Japão, em 1895 – esse sistema que se estende à periferia colonial ou dependente com a adoção da Índia, em 1893; Argentina, em 1899; Brasil, em 1906; e Coréia, em 1910. Iniciava-se ali uma nova conjuntura política econômica mundial, que balizou um processo de redistribuição mundial da riqueza viabilizado pelo sucesso econômico de alguns ‘capitalismos tardios’ e de algumas economias periféricas”<sup>190</sup>. Logo, a

<sup>189</sup> Cf: **Winston Fritsch**. “Aspectos da política econômica no Brasil, 1906-1914”. In: Paulo Neuhaus (coord.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 276.

<sup>190</sup> Cf: **José Luís Fiori**. “Estados, moedas e desenvolvimento”. In: José Luís Fiori (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 64. Por seu lado, Triffin levanta questões importantes sobre a

adoção de um novo padrão monetário e cambial era essencial para a penetração no sistema num contexto de forte trânsito de capitais por conta das rivalidades imperialistas. Lênin nos apresenta, por exemplo, a importância da penetração do capital inglês na América (verifique a Tabela III.4).



Fonte: Brasil. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.366-68.

Por outro lado, o Brasil dependia fundamentalmente do mercado norte-americano para colocação dos seus produtos, em especial o café. Verificamos por intermédio do Gráfico III.1, que o volume de comércio com os Estados Unidos era razoavelmente superior ao que ocorria com as outras potências do momento. Isso enquadrava o Brasil justamente na lógica que assistíamos naquele momento, onde a economia inglesa, já incapaz de dar respostas ao nível produtivo das outras nações industrializadas, principalmente a norte-americana, mantém o seu domínio internacional com a inversão de capitais financeiros pelos países em condição de possibilitar a sua reprodução. A verdade é que o Brasil adequou a sua economia para a entrada deste recursos, garantindo a reprodução do capital cêntrico e, ao mesmo tempo, aumentando a liquidez interna, pelo volume das emissões proporcionadas pela recepção dessas reservas na Caixa de Conversão, o que permitiu a expansão da atividade econômica, como vimos no

---

efetividade do padrão-ouro. Afirma este autor que “a conciliação entre os altos níveis de crescimento econômico e a estabilidade do preço do ouro e das taxas de câmbio tornou-se possível, na verdade, em virtude do rápido crescimento e do manejo adequado da moeda escritural, e dificilmente poderia ser conseguida pelos sistemas pura ou predominantemente metálicos, de criação de dinheiro, característicos dos séculos anteriores. Finalmente, o termo ‘padrão-ouro’ dificilmente poderia ser aplicado ao período como um todo, em vista do domínio esmagador da prata, durante as primeiras décadas, e da moeda escritural, durante as últimas. Em suma, o século XIX poderia ser mais exatamente descrito como o século de um novo e ascendente padrão de dinheiro de crédito, e da eutanásia do ouro e da prata como moeda, e não como o século do padrão-ouro”. Cf. **Robert Triffin**. *O sistema monetário internacional ontem, hoje, amanhã*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972, p. 43.

capítulo II e, mais especificamente, a expansão do complexo econômico cafeeiro, núcleo central da economia nacional e, naturalmente, para onde migravam os capitais em busca de valorização.

Quando o teto de emissões da Caixa de Conversão imposta pela lei em 320 mil contos de réis o equivalente, à taxa de 15 pence por mil-réis, a 15 milhões de libras esterlinas foi atingido em maio de 1910, o capital cafeeiro já havia se acostumado a viver sob o regime da Caixa de Conversão. David Campista, o idealizador do projeto de criação da Caixa, afirmou em carta à Afonso Pena em outubro de 1906, que o teto de emissões era uma concessão aos opositores do projeto, visto que tratava-se de algo sem importância<sup>191</sup>.

No entanto, não parece que quando isso aconteceu realmente se tratava de algo realmente sem importância. O ministro da Fazenda, àquela altura era novamente Leopoldo de Bulhões, sua intenção era a retomada das políticas de elevação cambial<sup>192</sup>. A elite paulista não poderia aceitar esta medida, pois a relação com o capital internacional ia bem, na medida em que seus interesses se coadunaram no momento em que este capital migrava para reproduzir as possibilidades de expansão do capital cafeeiro e, ao mesmo tempo, o regime monetário e cambial da Caixa de Conversão garantia a tranquilidade a este capital aqui investido.

A elite paulista nos debates parlamentares se posiciona, portanto, em defesa dos seus interesses, e estes se concentravam na recuperação da capacidade de emissão da Caixa de Conversão. Consegue, desta vez, uma vitória parcial, na medida em que impõe a retomada das emissões da Caixa, mas a 16 dinheiros por mil-réis, que seriam pagos também a quem possui a nota de 15 dinheiros, dessa forma garantindo um ganho a mais aos capitais aqui investidos. O ponto culminante das emissões da Caixa foi atingido em fevereiro de 1913, quando quase 420 mil contos, equivalendo a 28 milhões de libras, tinham sido colocados em circulação.

Estas condições permitiram a expansão da atividade interna. Cardoso de Mello acredita que “é indiscutível que o gasto público esteve na raiz da recuperação da economia que se inicia em 1903, contribuindo marcadamente para a expansão que teria começado por volta de

---

<sup>191</sup> Carta de David Campista em 20 de outubro de 1906 ao presidente eleito Afonso Pena. *Apud: Antônio Gontijo de Carvalho. Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1968, p. 99-100.

<sup>192</sup> Para um contemporâneo aos acontecimentos, Carlos Inglez de Souza, o responsável pelo fracasso da Caixa de Conversão, foi o ministro Leopoldo de Bulhões, na medida em que promoveu a desarticulação da Caixa no momento em que propôs o aumento do câmbio. Diz Inglez de Souza que “o fracasso da Caixa de Conversão foi devido antes à falta de compreensão dos seus fins por parte dos nossos homens públicos, que não souberam fazer dela um órgão permanente da nossa economia, do que à sua organização que, embora imperfeita, produzira tão apreciáveis resultados”. *Cf: Carlos Inglez de Souza. A anarquia monetária e suas consequências*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1924, p. 511.

1906 e se acelerado, de modo significativo, em 1908-09”. As informações que temos não permitem uma discussão mais aprofundada a respeito, mas “é inegável que a sustentação do complexo exportador cafeeiro, ao manter seu nível de operação e ao preservar relativamente sua capacidade de acumulação, não deixou que se afetasse sua demanda corrente por *wage goods*, permitindo, ademais, a diversificação da agricultura e, quem sabe, a canalização para o setor industrial de algum capital monetário excedente”<sup>193</sup>.

Dessa forma, a recuperação do setor industrial tinha relação com a capacidade para importar aumentada pela recuperação dos preços do café a partir de 1909 e o bom comportamento dos preços da borracha durante todo o período em questão (1906-1914). Associa-se a isto a condição de oferta do mercado de trabalho, com o crescimento vegetativo da população acrescido da retomada dos fluxos migratórios desde 1905, como observamos na Tabela III.5.

**Tabela III.5 – Imigrantes Entrados em São Paulo, 1880-1924**

Anos	Nacionalidades					Total
	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Outras	
1880/84	7.287	4.127	695	-	3.816	15.925
1885/89	137.367	18.486	4.843	-	6.968	167.664
1890/94	210.910	30.752	42.316	-	20.899	304.877
1895/99	219.333	28.259	44.678	-	11.305	303.575
1900/04	111.039	18.530	18.842	-	11.141	159.602
1905/09	63.595	38.567	69.682	825	23.870	196.539
1910/14	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096	362.898
1915/19	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530	83.684
1920/24	45.306	48.200	36.502	6.591	61.713	198.312

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.307.

Mas, nas palavras de Cardoso de Mello, “a expansão detém-se, porém, em 1913. A ameaça da guerra promove uma corrida às importações e, ao mesmo tempo, uma queda dos preços internacionais do café, acarretando um déficit comercial inédito. Acrescente-se a isto a fuga de capitais para o exterior, ocasionada, da mesma maneira, pela perspectiva do conflito, para que se possa fazer juízo da gravidade da situação cambial e monetária”<sup>194</sup>. Ou seja, a crise

<sup>193</sup> Cf. **J. M. Cardoso de Mello**. *Op. cit.*, 1998, p. 148-149.

<sup>194</sup> Cf. **Idem**. *Ibidem*, p. 149.

internacional reverte o quadro de expansão de capitais, fazendo com que a economia brasileira entre em profunda crise. Quais as razões disso?

A política econômica deste momento baseou-se, na verdade, na grande quantidade de capitais externos presentes na economia, estas reservas internacionais para cá se deslocavam na busca de rentabilidade garantida por uma estrutura que dava segurança ao capital de que seus investimentos teriam retorno (verificar Tabela III.6, referente à dívida externa). Estes investimentos penetravam na economia e, através da Caixa de Conversão, se tornavam meios de pagamento que irrigavam a economia, garantindo liquidez interna. O Estado, por sua vez, expande os gastos; além disso tudo, a elite cafeeira paulista impõe a defesa do café, com entrada de recursos externos.

**Tabela III.6 – Dívida Externa Consolidada da União, 1906-1914**

Ano	Libras	Crescimento em relação ao ano anterior (em %)
1906	69.821	0,0
1907	72.133	3,2
1908	77.926	7,4
1909	80.602	3,3
1910	86.847	7,2
1911	94.798	8,4
1912	93.334	-1,6
1913	103.773	10,1
1914	104.482	0,7

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.424.

Os resultados não poderiam ser outros: enquanto houve entrada de capitais estrangeiros líquidos, o câmbio esteve fixo (verificar Tabela II.7 na página 78), a economia se manteve em acelerado expansão incentivada pela grande liquidez (veja o Gráfico II.5 na página 85), pelo gasto público (verifique o Gráfico II.6 à página 86) e por conta da recuperação dos preços do café (observe o Gráfico II.3 à página 79). No momento em que esse quadro se reverte, o que assistimos é justamente a incapacidade da política econômica em promover ações anti-cíclicas de defesa da economia interna.

Com a Caixa de Conversão, ou seja, a adoção do padrão-ouro e a estabilização do câmbio, o Estado abre mão do controle da moeda ficando esta inteiramente dependente do



setor externo da economia. Dessa forma, o preço da credibilidade internacional era a impossibilidade de utilização de qualquer recurso de política econômica<sup>195</sup>, a não ser o fiscal, para se defender de uma possível crise internacional, absolutamente factível diante das disputas interimperialistas durante os primeiros anos do século XX.

A adoção do padrão-ouro, portanto, levou a economia nacional a estar profundamente ligada aos humores do mercado internacional, isto é, conseguiu-se um forte índice de crescimento econômico associado à entrada de investimentos financeiros e empréstimos públicos, mas que nos mantinham absolutamente dependentes destes recursos. Foram oito anos em que, a melhoria dos preços internacionais do café, o mecanismo pró-cíclico da Caixa de Conversão e a *belle époque* cêntrica garantiram a expansão e reprodução dos negócios da elite cafeeira paulista. Entretanto, no instante em que estes investimentos cessaram e a crise bateu à porta da Caixa de Conversão por conta da fuga de capitais iniciada com a crise pré-Grande Guerra, o mecanismo mostrou-se extremamente frágil para suportar um choque externo e a economia deveria ser reorganizada em novas bases para atravessar o período de turbulências que estava por vir.

### 3-) 1914-1920: o ajuste interno à conjuntura da Grande Guerra

A Grande Guerra (1914-1918), é evidente, muda completamente o cenário. Do ponto de vista econômico, os doze anos anteriores ao início do conflito haviam assistido à expansão, sem precedentes, da exportação de capitais. Por outro lado, nações de poderio econômico avançado estavam relacionadas até o pescoço com a guerra, especialmente Alemanha, França e Inglaterra. Dessa forma, o mundo todo foi dramaticamente envolvido num conflito que, também, não tinha precedentes na história humana.

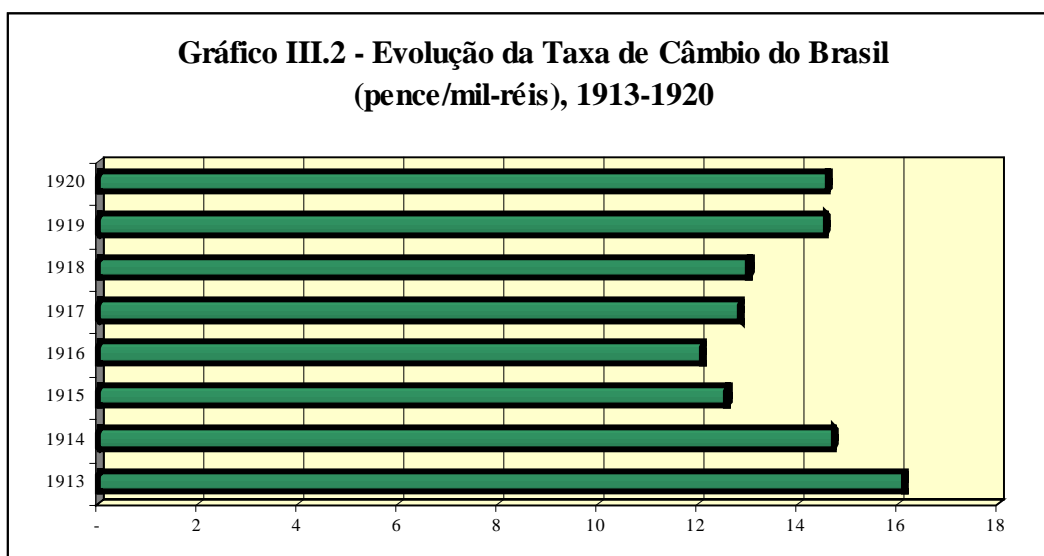
As origens da chamada Primeira Guerra Mundial são praticamente consensuais. As disputas interimperialistas geravam conflitos intensos entre as principais potências européias. Estas passam a buscar aliados e investir na indústria bélica. Dessa forma, destaca

---

<sup>195</sup> Como afirma Carl Hellwig, “ao primeiro sinal de fraqueza da taxa cambial as notas ‘ouro’ principiam a se distinguir das ‘fiduciárias’ – desaparecem da circulação e a deflação com os seus efeitos, as vezes bem piores do que os de inflação, se manifesta. As notas se procuram alcançando ágio e a troca contra ouro na Caixa de Estabilização se faz: o ouro emigra”. Cf: **Carl Hellwig**. *Organização bancária e financeira do Brasil*. São Paulo, 1930, p. 08. As mesmas idéias expostas em termos mais contemporâneos e aplicado ao caso específico da Caixa de Conversão: “(...) o funcionamento da Caixa de Conversão é fator fundamental para a explicação do comportamento cíclico da economia no período. Pela ausência de mecanismos que permitissem contrarrestar o caráter pró-cíclico que a Caixa imprimia automaticamente às variações da base monetária, e por efeito do mecanismo de ajustamento do balanço de pagamentos inerente ao seu funcionamento na presença de grandes variações na conta de capital, o padrão-ouro ampliou as causas exógenas da instabilidade da economia no pré-guerra, com efeitos particularmente danosos a partir de 1913”. Cf: **Winston Fritsch**. *Op. cit.*, 1980, p. 298.

Hobsbawm, que “descobrir as origens da Primeira Guerra Mundial não equivale a descobrir ‘o agressor’. Ele repousa na natureza progressiva, que escapava cada vez mais ao controle dos governos. Gradualmente a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações. Tais blocos, fora de uma guerra, eram novos em si mesmos e derivavam, essencialmente, do surgimento no cenário europeu de um Império Alemão unificado, constituído entre 1864 e 1871 por meio da diplomacia e da guerra, às custas dos outros, e procurava se proteger contra seu principal perdedor, a França, através de alianças em tempos de paz, que geraram contra-alianças”. Conclui, então, o historiador inglês, dizendo que “um sistema de blocos de nações só se tornou um perigo para a paz quando as alianças opostas se consolidaram como permanentes, mas especialmente quando as disputas entre eles se transformaram em confrontos inadministráveis”<sup>196</sup>.

Para o mesmo autor, estas alianças tornaram-se perigosas no momento em que o fluxo internacional de capitais atinge um nível que começa a desestabilizar o concerto mundial por conta das ambições mútuas das nações; além disso, a lógica do planejamento militar conjunto congelou os blocos e, definitivamente, a entrada da Grã-Bretanha na Tríplice Entente, contra a Alemanha, principal nação da Tríplice Aliança, determinou uma nova situação, onde a guerra era o fim inevitável<sup>197</sup>.



Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40)**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 1.354.

<sup>196</sup> Cf: **Eric Hobsbawm. Op. cit.**, 2002, p. 431.

<sup>197</sup> Cf: **Idem. Ibidem**, p.433.

Para a periferia, o conflito armado determinava uma nova lógica econômica, esta deveria ser, evidentemente, muito mais autônoma em relação aos capitais internacionais. Como vimos na segunda parte deste capítulo, o Brasil estava profundamente ligado aos humores do mercado internacional por meio do regime monetário e cambial que era a Caixa de Conversão. Portanto, sentiu fortemente os abalos ligados ao início da guerra. O dado mais importante para medir isso está no Gráfico III.2, que apresenta a queda da taxa cambial no período de guerra.

Por outro lado, a queda do fluxo de capitais externos pode ser medida pelo baixo crescimento da dívida externa (dados que apresentamos na Tabela III.7), que também está associada a perda de credibilidade do governo brasileiro, obrigado a negociar um novo *funding loan* em 1914. A crise que o país enfrentava também pode ser medida pela queda dos preços do café, na redução drástica da acumulação na indústria e no problema vinculado às condições de gasto público, com a queda bastante acentuada das receitas em virtude da redução das importações (veja o Gráfico II.7) e inalteração do gasto (ver Tabela II.12).

**Tabela III.7 – Dívida Externa Consolidada da União, 1913-1920**

Anos	Dívida em Libras	Taxa de Crescimento em relação ao ano anterior (%)
1913	103.773	10,1
1914	104.482	0,7
1915	108.629	3,8
1916	112.333	3,3
1917	115.448	2,7
1918	116.432	0,8
1919	116.282	-0,1
1920	115.926	-0,3

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.424.

A crise internacional exigia que o governo brasileiro buscasse alternativas no sentido de retomar a capacidade de intervenção na economia, ou seja, para defender os interesses da elite cafeeira paulista era necessário que o Estado recuperasse o seu caráter flexível e anti-cíclico na intenção de atravessar o período de turbulências. Era evidente, por exemplo, a

necessidade de intervenção no mercado cafeeiro, visto que os preços começavam a cair no plano internacional a números que não mais podiam operar os grandes capitais.

Dessa forma, articula-se uma nova política econômica *a posteriori* da crise. O Estado, mesmo em dificuldades e ameaçado por conta dos déficits em que estava operando, começa a promover, após o fechamento da Caixa de Conversão em agosto de 1914, as emissões do Tesouro para saldar os seus compromissos e, dessa forma, articular uma tentativa de política anti-cíclica. A base monetária dispara de quase 900 mil contos em 1913 para mais de 1.740 mil contos em 1919, ou seja, em seis anos a quantidade de papel-moeda em circulação na economia quase dobra. Muito rápida a transformação para quem a austeridade monetária era questão de doutrina e equilíbrio.

**Tabela III.8 – Quantidade Anual Exportada, Preço e Divisas Geradas pelo Café Brasileiro, 1913-1920**

Anos	Quantidade Exportada	Preço em Libra-Ouro	Divisas em Libras
1913	13.268	3,07	40.779
1914	11.270	2,39	27.000
1915	17.061	1,88	32.191
1916	13.039	2,24	29.281
1917	10.606	2,17	23.054
1918	7.433	2,55	19.041
1919	12.963	5,10	66.081
1920	11.525	3,51	40.456

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.375-1.378

A elite cafeeira paulista, neste momento, defende o aumento do gasto público e das emissões, algo que poucos anos antes consideravam um crime de lesa à pátria. O gasto público deveria financiar a manutenção de um determinado nível de atividade da economia e as emissões, além de servirem para o Estado manter em dia os seus compromissos, também seriam usadas no financiamento da chamada segunda operação valorizadora do café (1917-1920). No entendimento de Delfim Netto, “esta intervenção foi o produto das condições de estagnação a que haviam sido levadas as exportações durante a guerra”<sup>198</sup>. Como podemos verificar por intermédio da Tabela III.8, a ação valorizadora teve êxito, no entanto, foi muito

<sup>198</sup> Cf: **Antônio Delfim Netto. O problema do café no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976, p. 66.

mais resultado da forte geada de 1918, que reduziu a produção a cerca da metade do consumo normal, do que propriamente pela ação valorizadora<sup>199</sup>.

Muitos autores afirmam que esta segunda operação de valorização do café foi uma imposição da lavoura, que teria conseguido neutralizar as forças políticas contrárias ao emissionismo e, dessa forma, imposto um novo plano de política econômica, que não onerava a lavoura com mais empréstimos externos e, portanto, mais impostos. Entretanto, seguimos as afirmações de Perissinotto, ao dizer que “tanto a primeira como a segunda valorização tentaram sustentar o preço do café através da retenção da oferta. O fato de a segunda ter se realizado através da emissão de papel-moeda se deve às peculiaridades do momento. Tanto é que, já na terceira valorização, o recurso aos empréstimos externos foi novamente utilizado”. Portanto, “a segunda valorização, pela situação de exceção em que se deu, não pode ser tomada como padrão seguido nas intervenções valorizadoras. Os empréstimos externos e o monopólio privado dos estoques e do comércio de café eram, nesses esquemas, a norma usual e não as emissões e o monopólio oficial dos estoques”<sup>200</sup>.

**Tabela III.9 – Total do Comércio do Brasil com os Principais Países do Sistema Capitalista (em libras), 1913-1920**

Anos	Inglaterra	França	Estados Unidos	Alemanha
1913	25.059.730	14.564.407	31.636.916	20.896.711
1914	15.182.797	6.596.559	25.224.729	10.356.382
1915	13.072.595	7.518.377	31.800.861	458.308
1916	14.722.033	10.994.955	41.672.510	17.729
1917	15.791.079	10.110.872	49.078.438	48.049
1918	16.952.550	8.083.058	40.271.428	///
1919	22.220.792	30.235.148	91.492.138	902.530
1920	35.956.815	19.697.680	96.926.280	12.060.123

Fonte: **Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40).** Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.366-68.

Nossa posição, portanto, reconhece que a segunda operação de valorização do café foi determinada por uma situação bastante específica, qual seja, um conflito mundial de

<sup>199</sup> “A Segunda Valorização, portanto, teve importante papel na manutenção dos preços internos, impedindo uma profunda crise do complexo exportador cafeeiro, ainda quando se leva em conta que, em 1917, a taxa de câmbio se valorizou. Já em 1918, os preços internacionais conhecem um significativo crescimento, que nada tem a ver com os efeitos da Segunda Valorização, mas com a geada que danificou seriamente os cafezais, provocando uma quebra sensível na safra. Como a taxa cambial praticamente se manteve, os preços internos subiram perto de 15%”. Cf. **J. M. Cardoso de Mello. Op. cit.**, 1998, p. 151.

<sup>200</sup> Cf. **Renato M. Perissinotto. Op. cit.**, 1994, p. 78.

proporções gigantescas. O mercado consumidor do café, em virtude da guerra e das ações retaliadoras da Inglaterra quanto a nossa neutralidade em relação à deflagração<sup>201</sup>, ficou dependente fundamentalmente dos Estados Unidos, como podemos verificar pela Tabela III.9, que mostra os números referentes ao comércio internacional brasileiro no período em questão. Assim sendo, uma operação de valorização não poderia ter grande êxito naquele momento tão específico, não fosse a geada que destruiu boa parte da safra. O grande capital cafeeiro, por isso, transferiu a responsabilidade de execução desta para o governo, no sentido de que qualquer eventualidade seria automaticamente responsabilidade estatal, não cabendo aos grandes comerciantes, estocadores e financiadores maiores dificuldades.

**Tabela III. 10 – Importação de Bens de Capital para a Indústria Brasileira, 1911-1920 (índice de quantum, 1939=100)**

Ano	Importação
1911	153,6
1912	205,3
1913	152,6
1914	63,4
1915	25,2
1916	32,2
1917	32,0
1918	36,9
1919	64,6
1920	108,1

Fonte: **A. V. Villela & W. Suzigan. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.** 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 440.

Em relação às outras atividades do complexo econômico assistimos a algumas transformações importantes. Flávio Saes discute o papel que a Grande Guerra teria exercido sobre os serviços públicos do complexo cafeeiro. Para este, parece evidente um crescimento das receitas do setor de energia e uma queda no setor de transportes. Isso ocorreu, no caso do

<sup>201</sup> “Com o início da guerra, a Alemanha foi imediatamente eliminada da parceira comercial com o Brasil pelos navios de guerra ingleses. As exportações de café para os mercados alemães, austríacos e escandinavos foram proibidos e o café foi considerado contrabando condicional de guerra. Isto representou um grande golpe para a economia brasileira, pois Hamburgo estava em segundo lugar nas importações do produto, ou seja, somente Nova York estava à sua frente”. Como se isso não bastasse, “por fim, o último golpe: alegando a necessidade de poupar espaço na escassa tonelagem mercante para garantir o transporte dos artigos e produtos essenciais à continuação da guerra, no dia 30 de março de 1917, o governo inglês baixou um decreto com uma longa lista de produtos que foram proibidos de serem importados, entre eles, o café. O Brasil ficava assim totalmente dependente do mercado consumidor norte-americano”. Cf. **Angelita Matos Souza. Estado e Dependência no Brasil (1889-1930).** São Paulo: Annablume, 2001, p. 123-124.

primeiro, por conta da maior atividade a que se submeteu em virtude, possivelmente, do aumento da utilização de energia por parte da indústria. Já a queda da receita das ferrovias está associada ao problema dos preços do café e a diminuição das exportações durante a guerra. Ao contrário, os transportes urbanos acabam sofrendo uma elevação importante em suas atividades<sup>202</sup>. A indústria, por sua vez, teria sofrido também uma elevação de rentabilidade e uma queda no ritmo da acumulação (como podemos observar pela Tabela III.10 acima). Isso em função do mercado externo fechado e da demanda reprimida interna, sendo, naturalmente dentro das suas possibilidades, ocupada pela indústria nacional.

Antes, entre 1913 e 1914, esta enfrenta uma crise, que tem suas raízes, “em primeiro lugar, na perturbação financeira causada pela contração dos meios de pagamento, que resulta da ‘corrida’ por divisas contra a Caixa de Conversão. De outro lado, como as importações de bens de capital o indicam, o setor industrial após 1910 sobreacumulou, desde que não se pode pretender que a demanda tenha se expandido às mesmas taxas que a capacidade produtiva”. No período da guerra (1914-1918), no entanto, trouxe mudanças, já que “a pressão da demanda interna e externa sobre a capacidade instalada por alimentos, conjugada à elevação dos preços de importação, gera fortes pressões inflacionárias, que, sancionadas por uma política monetária expansionista, provocam a elevação do nível de preços. Como os salários dificilmente acompanharam os preços dos bens manufaturados de consumo industrial e, também, porque os preços internos sobem mais que os preços de importação, as margens de lucro do setor industrial devem ter-se ampliado consideravelmente. Devido, no entanto, à existência de capacidade ociosa, à volta ao funcionamento de empresas postas fora de combate na crise de 1913/14, e às dificuldades de importar, a taxa de acumulação de capital produtivo manteve-se em baixos níveis. A alta taxa de acumulação financeira se exprimiria na demanda por bens de produção exercida no imediato pós-guerra”<sup>203</sup>.

A expansão da indústria também foi seguida, como podemos verificar pelos dados presentes na Tabela III.11, por outro ramo do complexo que era a produção mercantil de alimentos. Este setor sofreu esta alteração, assim como a indústria, também em função da queda das importações de produtos agrícolas, sendo, então, levado a ocupar o espaço deixado

---

<sup>202</sup> Cf: Flávio A. M. de Saes. *Op. cit.*, 1986, p. 227-231.

<sup>203</sup> Cf: J. M. Cardoso de Mello. *Op. cit.*, 1998, p. 164-166.

no mercado pelos artigos externos. Além disso, também avançou neste momento sobre o mercado externo, passando a exportar quantidades muito maiores do que antes da guerra.

**Tabela III.11 – Brasil - Importação e Exportação de alguns Gêneros Alimentícios, 1901-1920 (médias anuais em toneladas)**

Produtos	1906-1910		1911-1915		1916-1920	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Arroz	86.760	181	48.019	144	758	236.655
Feijão	38.165	282	32.698	360	1.829	291.753
Milho	46.798	21	22.625	488	10.907	51.065
Charque	169.969	2.060	70.075	1.061	9.101	29.253
Batata	103.885	3	104.355	9	14.812	11.168
Trigo	1.314.056	-	1.905.898	-	1.506.626	-

Fonte: Anibal V. Villela & Wilson Suzigan. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001, p. 53.

Dessa forma, o que podemos observar é que o capital cafeeiro manteve basicamente a sua rentabilidade por conta de um “milagre” climático, que permitiu o aumento dos preços do café mesmo com um mercado consumidor restrito, e, também, pela maior rentabilidade de outros setores componentes do complexo econômico, como a indústria e a agricultura mercantil de alimentos.

A política econômica, por seu turno, foi reorganizada a serviço de uma postura de maior flexibilidade diante do mercado de capitais internacional, visto que este estava temporariamente, acreditava-se, muito reduzido em virtude da Grande Guerra. Assim, as políticas fiscal, cambial e monetária atenderam *ex post* a uma demanda anti-cíclica de ajuste expansionista. A queda cambial serviu de proteção à indústria e à agricultura mercantil de alimentos e a expansão da liquidez interna por meio de emissões do Tesouro, garantia meio de pagamento para o mercado consumidor. O déficit fiscal verificado neste período é resultante justamente desta política em busca da flexibilidade, que impõe uma ação ativa do gasto público na manutenção do nível de atividade interna da economia. Assim, ao Estado coube assumir o risco cambial no sentido sempre de garantir a rentabilidade do negócio do café.

Assim, a elite cafeeira paulista, ao que parece, atravessou o período de crise da Primeira Guerra Mundial praticamente ilesa, arrebatando, para isso, as contas públicas de um Estado a serviço destes interesses. O deputado e senador Barbosa Lima sempre dizia que



aquele aparelho estatal estava a serviço do café e somente quando isso fosse desfeito é que o país poderia colocar-se diante do mundo como uma nação soberana. Ainda não seria desta vez.

\*\*\*

O que procuramos discutir neste capítulo é a ação da elite cafeeira paulista no sentido de impor os seus interesses aos outros grupos oligárquicos por meio das estruturas estatais, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Esta postura não tinha compromisso firmado com doutrinas e/ou esquemas teóricos específicos, apesar do discurso liberal que assumia. O que esta elite buscava era, a partir dos problemas colocados, impor uma solução que fosse positiva para a rentabilidade do seu negócio. Para isso, foi necessário transformar esse negócio, o café, em problema nacional.

Desde sua formação enquanto complexo econômico que a elite cafeeira paulista teve esta postura. José Murilo de Carvalho afirmou que, durante a crise do Império, “a principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo no século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência do governo mas o governo a serviço de seus interesses. E isto seria melhor conseguido mediante o fortalecimento e o controle pleno do governo estadual. A centralização imperial impedia esse controle, além de drenar os recursos dos cofres provinciais para a Corte e para outras províncias”. Esta visão era resultado do fato de “os republicanos paulistas estarem solidamente vinculados às transformações sócio econômicas por que passava sua província e sabiam muito bem o que queriam. Seu pragmatismo ia ao ponto de fazerem alianças com conservadores e liberais de acordo com seus melhores interesses”. Esse pragmatismo se manifestou, inclusive, no processo de Abolição da escravatura, onde a maior resistência vinha do sul, “inclusive São Paulo, até menos de um ano antes da Lei Áurea”<sup>204</sup>.

Com a República, sua postura é a mesma quanto à defesa dos seus interesses, mas agora o Estado nacional pode ser convertido em um instrumento destes interesses. Assim, nos

---

<sup>204</sup> Cf: **José Murilo de Carvalho**. *A construção da ordem; Teatro das sombras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume-Dumará, 1996, p. 189, 195 e 203.

três momentos que estudamos, percebemos a postura efetivamente pragmática dos paulistas tanto no Legislativo quanto no Executivo.

No anos entre 1898 e 1906, a intenção, com já dissemos, era garantir que o Estado adquirisse a credibilidade necessária para a inserção internacional desta elite cafeeira. Seguimos Kugelmas na definição de que a “bancarota do Estado” era a ameaça mais decisiva para a garantia desta inserção naquele momento e que a crise de preços do café não era tão sentida pela elite cafeeira paulista, diversificada nos negócios do complexo e com acesso ao crédito internacional. Assim, um Estado com condições de garantir esta credibilidade ao país era um passo decisivo para a manutenção da rentabilidade do negócio do café. E, portanto, “a problemática do setor cafeeiro era diagnosticada como uma crise de superprodução, a ser resolvida pela ação das forças do mercado”<sup>205</sup>, como ficou evidente nos debates parlamentares em torno das propostas de valorização do café até 1906.

No segundo momento, entre 1906 e 1914, a política econômica deveria ser reorganizada no sentido de aproveitar a *belle époque* dos países centrais. Dessa forma, articulou-se uma nova política monetária e cambial baseada na adoção definitiva do padrão-ouro com a criação da Caixa de Conversão. O debate no Legislativo, como vimos, mudou de caráter. Agora, a elite cafeeira paulista defendia que o café era um problema nacional, que a crise de superprodução era responsabilidade de todo o país e que este produto é que nos garantia as rendas com as quais fazíamos nossos gastos correntes. Por isso, a obrigação do Estado era dar garantias para a rentabilidade deste produto e interferir no mercado internacional a seu favor.

Paralelamente, a elite cafeeira paulista promoveu, subordinando-se inclusive aos interesses do capital mercantil e financeiro internacional, uma defesa do café que ia de encontro aos seus interesses e subordinavam novamente a lavoura, que acabou pagando as contas, garantindo a maior parte dos lucros aos setores do grande capital cafeeiro e do capital estrangeiro.

Quando cessou os grandes fluxos de capitais à periferia por conta da ameaça de guerra, o caráter pró-cíclico da Caixa de Conversão fez com que a economia brasileira ficasse profundamente vulnerável e, dessa forma, fosse obrigada a reorganizar sua inserção

---

<sup>205</sup> Cf: **Eduardo Kugelmas**. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p. 113. (tese de doutoramento).

internacional, agora numa política econômica que buscasse a desvinculação da situação externa, na medida em que o fluxo de capitais não fazia mais parte do cenário.

Dessa forma, o Estado buscou uma política de flexibilidade cambial, fiscal e monetária, atendendo às demandas do capital cafeeiro com uma segunda valorização do café, financiada com emissões, e uma política fiscal ativa no sentido de incentivar a atividade econômica interna e cumprir os compromissos do Estado. Estas novas obrigações deixaram o aparelho estatal em sérias dificuldades, mas a rentabilidade do complexo cafeeiro foi garantida.

A nossa postura, portanto, apresenta uma visão alternativa às mais recentes análises que atribui ao Estado nacional da Primeira República uma certa autonomia e, em alguns casos, mesmo uma afronta em relação aos interesses da elite cafeeira paulista. Para nós, ao contrário, este grupo, no período do estudo, conseguiu utilizar-se dos instrumentos estatais a seu favor – mesmo enfrentando oposições fortes – defendendo a rentabilidade do café, deixando temporariamente de lado os compromissos com doutrinas e/ou esquemas teóricos definidos, mas numa reação *ex post* aos humores do mercado internacional. Assim, a garantia destes interesses foram sempre preservadas no âmbito do Estado, na medida em que a rentabilidade do setor cafeeiro, pela ação da elite paulista, passou a ser confundida com os interesses nacionais.

## Considerações Finais

O estudo de como esta elite cafeeira paulista defendeu seus interesses é, como discutimos na Introdução, o primeiro passo no entendimento do processo de industrialização propriamente dita no Brasil, na medida em que é na dinâmica da acumulação cafeeira que o capital industrial começa a surgir. Evidentemente que no período do nosso estudo, este capital industrial está subordinado à lógica de acumulação do capital cafeeiro, constituindo-se de um braço deste no complexo econômico. No entanto, se esta elite cafeeira participou efetivamente do processo de modernização da economia brasileira, este não era seu objetivo.

Na verdade, suas intenções sempre foram, aos longo do período do nosso trabalho, a defesa, em última instância, dos interesses de rentabilidade e realização do capital cafeeiro. Para isso, conseguiu impor a noção de que o café era um problema nacional e de que era, portanto, obrigação do Estado nacional defender os interesses deste produto, pois dele dependíamos para honrar os compromissos externos e pagar nossas contas.

Com esta premissa, este trabalho defende que a postura da elite cafeeira paulista nos Debates Parlamentares foi mudando em função das conjunturas específicas que enfrentava. Em relação ao projeto de valorização do café, até 1906 sua postura era contrária, em virtude do interesse maior em defender o programa de estabilização cambial e de austeridade nas contas públicas seguido pelos governos de Campos Sales e Rodrigues Alves. Este interesse estava acima de tudo pois tratava-se da inserção internacional da elite cafeeira paulista no momento de retomada dos fluxos de capital pelo mundo após o fim da chamada Grande Depressão.

Um Estado com credibilidade junto aos credores internacionais era evidentemente necessário para que a elite cafeeira paulista garantisse seu acesso a este mercado. Por isso que a questão da defesa do café, neste momento, ficou em segundo plano.

Quando esta condição estava garantida e a crise de preços do café se encontrava cada vez mais agravada, prejudicando a manutenção do negócio, a elite paulista assumiu a postura de defesa da valorização, afirmando o argumento de que o problema do café era nacional, algo que acabou transbordando para a questão cambial, onde a elite paulista e seus aliados conseguiram impor a Caixa de Conversão, instrumento importante para a estabilização cambial e, portanto, de defesa da rentabilidade do setor cafeeiro. Além disso, esta política de

adoção do padrão-ouro trazia ainda mais credibilidade ao Estado brasileiro que, com isso, se aproveitou bastante do grande fluxo internacional de capitais entre 1906 e 1913.

Dessa forma, no momento em que o fluxo de capital externo exigia, num primeiro momento, uma política econômica de recuperação das contas públicas, isto foi feito, em benefício da elite cafeeira paulista. Num segundo momento, quando os preços do café se achavam extremamente deprimidos e a defesa deles passou a ser essencial para garantir os níveis de realização dos negócios cafeeiros, a valorização do café também foi feita.

Entretanto, quando as condições de financiamento externo não estavam mais presentes em função da Primeira Guerra Mundial, a ação imposta pela elite cafeeira paulista foi de defender o negócio em detrimento das condições das finanças públicas, negando profundamente toda a política adotada pelos mesmos homens componentes desta elite nos quinze anos anteriores.

Com estas constatações, nos permitimos levantar a hipótese, no terceiro e último capítulo, de que a ação da elite paulista foi sempre pragmática na defesa dos seus interesses, mantendo sob suas orientações a política econômica de Estado para a garantia incondicional dos movimentos de rentabilidade do seu negócio do café, a despeito de qualquer doutrina ou ideologia. Por isso seus aliados mudam em função destas alterações de postura que esta elite adotava.

Assim, em relação aos trabalhos mais recentes a respeito do tema, onde claramente se posicionam os autores numa interpretação em que o Estado nacional conquistou, diante dos interesses da elite cafeeira paulista, uma autonomia relativa, sendo que sua política atenderia ora aos interesses do capital internacional, ora às próprias razões de Estado, pensamos que talvez este aparelho estatal, na verdade, tivesse seu papel nesta inserção no mercado internacional de trocas e, dessa forma, apesar das oposições, fosse decisivo para a elite cafeeira paulista.

No nosso entendimento, ao contrário, não havia discordância importante de interesses do grande capital cafeeiro e do Estado, na medida em que estas chamadas “razões de Estado” – isto é, política econômica de ajuste das contas públicas – foram colocadas em prática quando isto atendia também aos interesses do grande capital cafeeiro e, logo, por influência deste.

Dessa forma, acreditamos que as ações de Estado na política econômica no período em questão parecem que estiveram – apesar das posições liberais ortodoxas que, em alguns

momentos, retornavam ao poder e tentavam dar uma nova direção à ação estatal na economia, sendo um exemplo evidente a gestão de Leopoldo de Bulhões no interregno 1909-1910 – subordinadas aos interesses da elite cafeeira paulista, que, conseguiu impor a visão de que o café era um problema nacional, subordinando toda a sociedade aos seus interesses. Nesse sentido, não devemos creditar nossos males daquele momento apenas na conta das disputas interimperialistas que, sem dúvida, tiveram um papel central para a manutenção daquela nossa situação periférica. Porém, as opções internas tomadas pela direção central de um grupo de algumas centenas de pessoas que comandavam o complexo cafeeiro e que tinham, se as nossas conclusões estiverem corretas, importante influência também no Estado e, portanto, jogavam um papel na decisão da política econômica, devem ser, da mesma forma, responsabilizados por àquela situação, pois tratou-se efetivamente de uma opção interna de inserção ao sistema capitalista internacional na defesa dos interesses de preservação do negócio cafeeiro, essencialmente subordinado ao capital mercantil e financeiro internacional.



## Fontes

### 1-) Fontes Primárias

BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

BRASIL. Ministério da Fazenda. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murinho no ano de 1899”. In: Documentos Parlamentares. *Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1902)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

BRASIL. Ministério da Fazenda. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murinho no ano de 1900”. In: Documentos Parlamentares. *Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1902)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

BRASIL. Ministério da Fazenda. “Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Joaquim Murinho no ano de 1901”. In: Documentos Parlamentares. *Meio Circulante: emissões e resgate (1897-1902)*. Volume IV. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1914.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Leopoldo de Bulhões no ano de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David Campista no ano de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David Campista no ano de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório Apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. João Pandiá Calógeras no ano de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

DOCUMENTOS Parlamentares. *Caixa de Conversão*. Paris: Tipografia Aillaud, Alves Cia., 1914, 2 volumes.



DOCUMENTOS Parlamentares. *Política Econômica: valorização do café*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915, 2 volumes.

## **2-) Fontes Secundárias**

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960. (1ª edição de 1910)

COSTA, Afonso. *A Caixa de Conversão e a taxa cambial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

CAVALCANTI, Pedro. *A Presidência Wenceslau Braz (1914-1918)*. Brasília, Editora da UnB, 1983.

RIO DE JANEIRO, Associação Comercial do. *Valorização do Café*. Rio de Janeiro: Tipografia de Olimpio de Campos & Cia., 1906.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB, 1983.

SOUZA, Carlos Inglez de. *A anarquia monetária e suas conseqüências*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

## Bibliografia Citada

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª edição. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 10ª edição. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998.
- \_\_\_\_\_. “A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana – Um prólogo em homenagem a Celso Furtado”. In: Maria da C. TAVARES & José L. FIORI (orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República* (texto e contexto). São Paulo: Difel, 1969.
- \_\_\_\_\_. *A República Velha* (evolução política). São Paulo: Difel, 1971.
- \_\_\_\_\_. *A República Velha* (instituições e classes sociais). 2ª edição. São Paulo: Difel, 1972.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem; Teatro das Sombras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume-Dumará, 1996.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEAN, Waren. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris FAUSTO (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1976.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Um parlamentar paulista da República*. São Paulo: João Bentivegna, 1949.

FAUSTO, Boris. “Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 27, 1990.

\_\_\_\_\_. “Expansão do Café e Política Cafeeira”. Boris FAUSTO (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 10, 1972.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

FIORI, José Luis. “Estados, moedas e desenvolvimento”. In: Idem (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973.

FRANCO, Gustavo H. Barroso. “A Primeira Década Republicana”. In: Marcelo de Paiva ABREU (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

FRITSCH, Winston. “Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930”. In: Marcelo de Paiva ABREU (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. “Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914”. In: Paulo NEUHAUS (coord.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. “Sobre as interpretações tradicionais da lógica política da política econômica na Primeira República”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985.

FURTADO, Celso Monteiro. *Formação econômica do Brasil*. 25ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Publifolha, 2000.

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. *A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (Tese de doutoramento)

HELLWIG, Carl. *Organização bancária e financeira do Brasil*. São Paulo, 1930.

HOBBSBAWM, Eric John. *A era dos impérios (1875-1914)*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 5ª edição. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volume 5: Do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Tese de doutoramento)
- \_\_\_\_\_. “A Primeira República no período 1891 a 1909”. In: Paula BEIGUELMAN. *Pequenos estudos de ciência política*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1973.
- LANDES, David. *Prometeu Desacorrentado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LENIN, Vladimir. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930*. São Paulo: Annablume, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Classes sociais e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”. *Revista Estudos Avançados*, v. 03, nº 07, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906)”. *Revista Brasileira de História*, v. 01, nº 02, 1981.
- \_\_\_\_\_. *As ferrovias de São Paulo (1870-1940)*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora da UnB, 1982

- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930”. In: Boris FAUSTO (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano; 1º volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª edição. São Paulo: Difel, 1985.
- SOARES JÚNIOR, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958, II volumes.
- SOUSA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- SOUZA, Maria do C. Campello de. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em Perspectiva*. 15ª edição. São Paulo: Difel, 1985.
- SZMERECSÁNYI, Tamás & SAES, Flávio Azevedo Marques de. “O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930”. *Revista Estudos Econômicos*, v. 15, nº 02, 1985.
- TANNURI, Luís Antônio. *O Encilhamento*. Campinas, SP: Funcamp; São Paulo: Hucitec, 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização do Brasil*. 3ª edição. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil entre 1889 e 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TORELLI, Leandro Salman. *A criação do Banco do Estado de São Paulo: um estudo sobre a política de defesa do café, 1906-1930*. Franca, SP: UNESP-Franca, 2001. (Trabalho de Conclusão de Curso em História)
- TRIFFIN, Robert. *O sistema monetário internacional ontem, hoje, amanhã*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- VILARDO, Franceschina. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1986. (Dissertação de Mestrado)
- VILLELA, Aníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2001.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.